

RAÍZES Nº 1

JUL/DEZ.
1982

SUMÁRIO

A Diretoria: Apresentação da Revista. 3

ARTIGOS

Marcel Jollivet: O lugar dos camponeses na estrutura de classes: algumas reflexões gerais a partir de um caso particular. 5

Nilson Araújo de Souza: Natureza e contradições da reanimação econômica de 1978/79: prelúdio de uma recessão. 25

Gustavo Lins Ribeiro: Aspectos contemporâneos da questão indígena. 45

Gilda de Castro Rodrigues: O método histórico em Etnologia: Evans-Pritchard e Lévi-Strauss. 55

Elimar Nascimento: O conceito de revolução em Gramsci. 71

A Diretoria: Seminário "Agricultura e Desenvolvimento". 86

Manuel Correia de Andrade: A agricultura e os desafios do desenvolvimento no Nordeste do Brasil. 87

Alberto Passos Guimarães: O complexo agroindustrial como etapa e via do desenvolvimento da agricultura. 99

Francisco Barreto: Notas acerca da intermediação institucional recente e seus efeitos sobre o processo de ocupação de áreas de fronteiras da Amazônia e Centro-Oeste. 105

Marcelo Grondin: Considerações em torno do tema Agroindústria e Desenvolvimento. 123

José Francisco da Silva: As reformas agrárias no processo de desenvolvimento. 135

NOTAS E COMENTÁRIOS

Josemir Camilo: Karl Popper: Filosofia da ciência ou imobilismo ideológico? 147

Jurandir Antonio: Energia e Desenvolvimento. 157

Ivony Lúcia Monteiro Saraiva: A questão cooperativista numa "cooperativa" da Paraíba. 165

RAIZES

Ano I, No. 1, jul.-dez./1982

Revista semestral de Ciências Sociais e Econômicas

Editores:

Mestrado em Economia e
Mestrado em Sociologia
da Universidade Federal da
Paraíba, Campus II,
Campina Grande

Diretores:

Ademir Alves de Melo
Charles M. M. J. Beylier

Conselho Editorial:

Elbio Troccoli Pakman (Presidente)
Antonio Ildefonso Albuquerque Melo
Elimar Pinheiro do Nascimento
Gilda de Castro Rodrigues
Gustavo Sérgio Lins Ribeiro
Itan Pereira da Silva
Josemir Camilo de Melo
Nilson Araújo de Souza
Raimundo Nonato Santos

Comitê de Redação:

Elbio Troccoli Pakman
Givaldo Gualberto da Silva
Rômulo de Araújo Lima

Colaboração:

NEMPPPO e COFECUB

Composição gráfica:

Equipe Editora Universitária

Gravura de capa:

Elifas Andreatto

Os trabalhos assinados são de inteira
responsabilidade de seus(s) autor(es).

É permitida a livre transcrição de
qualquer matéria, desde que seja
citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio de revistas.

© RAIZES, 1982

A revista RAIZES é uma publicação semestral editada pelos mestrados em Economia e em Sociologia – especialização em problemática rural – da Universidade Federal da Paraíba e impressa na Editora Universitária da UFPb.

Correspondência e material para publicação:

Revista RAIZES

Av. Aprígio Veloso, 882
Centro de Humanidades
Universidade Federal da Paraíba
58.100 – Campina Grande –
Paraíba.

Tel.: (083) 321-7222, ramais
143 e 558

Distribuidora:

Editora Universitária
Campus Universitário
58.000 – João Pessoa – Paraíba

Referência Bibliográfica:

RAIZES; revista semestral de
Ciências Sociais e Econô-
micas da Universidade Federal
da Paraíba.
ano I, No. 1, jul.-dez./
1982
Campina Grande, Paraíba

APRESENTAÇÃO

Nestes últimos anos, vários estudos foram publicados sobre a agricultura no desenvolvimento capitalista da América Latina e do Brasil. Após um período de produção científica fundamentalmente teórica, visando situar o desenvolvimento dependente das nações ditas "periféricas" no contexto do desenvolvimento do capitalismo mundial, os estudiosos começaram a voltar-se para uma análise mais empírica da realidade sem a qual as melhores teorias se esterilizam por si mesmas. A contribuição de Centros de Pesquisa como: UNICAMP, CEBRAP, CEDEC, USP, Museu Nacional do Rio de Janeiro, para citar apenas alguns, foi particularmente importante para o progresso das pesquisas sobre o Nordeste, tanto pelas suas publicações como pela sua participação em encontros, cursos e seminários promovidos sobre a realidade nordestina nos centros acadêmicos desta região.

Um dos maiores frutos do intercâmbio científico assim iniciado foi certamente o surgimento, em algumas Universidades do Nordeste, de cursos de pós-graduação em Ciências Humanas, voltados para a pesquisa e cuja produção científica começa a ser significativa. No entanto, um dos problemas encontrados pelos pesquisadores destes centros reside na dificuldade de divulgação dos seus trabalhos e de participação no debate científico a nível regional ou nacional. Teses, pesquisas, ensaios teóricos dormem em cima de prateleiras, ignorados ou esquecidos, privando os pesquisadores de dados e reflexões que não deixam de constituir uma contribuição importante para a comunidade científica.

Ao apresentar o primeiro número da revista "RAIZES", os Mestrados em Sociologia e Economia da Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, visam abrir um espaço que propicie aos estudiosos e pesquisadores

um veículo de informação, um meio de participação ao debate científico, condição de um verdadeiro progresso.

A abordagem sócio-econômica do problema agrário no Nordeste orienta os estudiosos dos dois Mestrados cujas áreas de concentração são de Sociologia rural e Economia rural respectivamente. Esta abordagem não é limitativa por motivos óbvios: não se concebe uma análise da economia camponesa fora do contexto do desenvolvimento capitalista regional, nacional e internacional. O aparente ecletismo dos artigos apresentados no primeiro número desta revista corresponde portanto a uma vontade deliberada dos responsáveis da publicação de reunir as contribuições de cientistas nas diversas áreas de conhecimento em ciências humanas para analisar numa perspectiva crítica e pluridisciplinar o desenvolvimento do Nordeste. Tal objetivo não exclui ensaios mais teóricos ou estudos de formações sócio-econômicos diferentes que passam a estimular a reflexão e questionar os nossos quadros teóricos ou metodológicos.

Lançar uma revista num momento em que as Universidades atravessam sérias dificuldades de ordem financeira e institucional pode parecer um verdadeiro desafio, e realmente o é. Trata-se na realidade de um duplo desafio: o da qualidade da produção científica dos centros acadêmicos do Nordeste nas precárias condições de trabalho que todos conhecem e, talvez mais importante, o do compromisso dos estudiosos e das instituições universitárias com o desenvolvimento do povo do Nordeste.

A Diretoria

O LUGAR DOS CAMPONESES NA ESTRUTURA DE CLASSE: ALGUMAS REFLEXÕES GERAIS A PARTIR DE UM CASO PARTICULAR *

Marcel Jollivet**

I – INTRODUÇÃO

O texto que segue não tem nenhuma relação direta com a realidade nordestina. Ainda assim é importante, sobretudo no atual contexto político do Brasil. Com este trabalho, não se pretende trazer "revelações", senão reabrir o debate sobre uma questão que me parece, em geral, solucionada apressadamente, como se a história já lhe tivesse fornecido uma resposta clara e definitiva. Esta questão refere-se ao lugar dos camponeses na estrutura de classes das formações sociais capitalistas. De fato, para esta questão, como para muitas outras – talvez todas as que se colocam para o analista em ciências sociais – a história não faz outra coisa, a não ser ensejar-nos a novas perguntas, ela nunca chegou a fornecer a "prova", como pretendem alguns, do que são os camponeses como classe ou conjunto de camadas sociais. A história não terminou e não tem o que fazer com as essências; ela é o resultado de forças sociais concretas, contraditórias, sempre em transformação e os camponeses são parte dessas forças. O sentido do nosso trabalho é precisamente de conhecê-las e torná-las conhecidas. É necessário, porém, evitar que esquemas preconcebidos venham substituir a análise histórica real.

É precisamente neste ponto que se situa a importância que tenho a pretensão de atribuir a minha exposição. Entendo com efeito, que a história da Europa é demasiadamente tomada como modelo teórico. Em particular, as análises feitas por Marx e Engels, num primeiro tempo, por Kautsky e Lênin depois, e finalmente por todos seus seguidores até hoje, relativas ao lugar da agricultura e do campesinato no desenvolvimento do capitalismo e na luta de classes, servem de modelo explicativo geral e, portanto de modelo

* Tradução de Ghislaine Duqué, revisão de Elimar do Nascimento. (Subtítulos da redação).

** Diretor de pesquisa no Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), responsável do grupo de pesquisas sociológicas (Sociologia Rural) da Universidade de Nanterre (Paris X), França.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano I	Nº 1	5 – 24	jul. - dez. / 1982
-------------	----------------	-------	------	--------	--------------------

histórico. Nesta perspectiva, simplifica-se muitas vezes de maneira extrema as análises que, em última instância, são mais sofisticadas e contraditórias do que em geral se comenta, particularmente no caso de Marx e Lênin. A história da Europa é a da divisão entre os movimentos camponeses e operários, fomentada e utilizada pela burguesia para manter a sua dominação. Constitui, no entanto, um paradoxo que as análises feitas sob a ótica do método marxista só contribuem, na medida em que se referem ao modelo europeu erigido em modelo geral, válido para todos os países do mundo, e estender o esquema de aliança de classes que proporcionou o êxito da burguesia nos primeiros países capitalistas. Parece-me que se pode afirmar que estamos aqui frente a um processo típico de produção ideológica interna ao capitalismo e o que pode aparecer, com razão, como perversão da análise marxista, me parece, pura e simplesmente, decorrer do desleixo de uma das regras de ouro do método marxista, que é um método histórico. É a esse procedimento histórico que quero voltar, é ele que pretendo "por de pé". Partindo de uma análise realmente histórica da situação do campesinato na estrutura de classes na França, gostaria de definir alguns grandes eixos e formular algumas perguntas fundamentais da problemática da análise histórica concreta de uma situação concreta. Embora totalmente consciente de estar me apoiando numa história particular de uma formação social específica, estou convencido de que esta análise tem, a um certo nível, um valor universal. É necessário precisar isso para que os leitores também possam se dedicar à análise concreta da situação concreta dos camponeses na estrutura de classes do Brasil. Não ignoro que esses debates já estão atualmente abertos aqui e que deram origem a uma abundante literatura, notadamente a respeito da questão da pequena produção. Quero portanto, muito modestamente, dar uma contribuição a esses debates, valendo-me das vantagens e sofrendo os inconvenientes de ser o produto de outra história.

A questão levantada aqui (o lugar dos camponeses na estrutura de classes) é de grande interesse, ao mesmo tempo teórico e político. Seu interesse, teórico provém do fato de que se trata de um problema difícil, em razão das características particulares da agricultura, como atividade de produção, e dos grupos sociais ligados à atividade agrícola, como camadas e classes sociais. Na terminologia marxista, o camponês é, a rigor, inclassificável quando não se trata de um assalariado agrícola puro e simples, que apenas tem a sua

força de trabalho para vender, percebendo uma quantia de dinheiro em troca desta, caso relativamente raro na população agrícola economicamente ativa. Ele é também dificilmente classificável por parâmetros estatísticos. Basta enumerar a relação dos termos utilizados para designar as diversas situações nas quais ele pode se encontrar em relação à terra e ao produto de seu trabalho, para fazer aparecer a diversidade das relações sociais nas quais se inscreve o trabalho agrícola.

Essa própria diversidade constitui um problema, e obriga a aprofundar a reflexão sobre a noção de classe social e sobre a teoria do desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, o problema levantado configura-se como uma questão teórica central para as ciências sociais.

Esse interesse teórico é acompanhado de um interesse político, pois, enganando-se a respeito das posições de classe das diversas camadas do campesinato, cometem-se erros de sérias conseqüências econômicas, sociais e políticas. Basta evocar o exemplo dos países socialistas para se convencer disso.⁽¹⁾ Mais recente na história, o caso de Portugal mostra que as forças políticas de esquerda não sabem fazer dos camponeses seus aliados (digo não sabem, e não, não podem) e que esse fracasso os impede de ascender ao poder.

Ora, as opiniões as mais diversas, e também as mais extremadas, existem a respeito do papel que o campesinato pode desenvolver na luta de classes. Os camponeses são conservadores, até reacionários, dizem alguns. Só a classe operária, acrescentam eles, tem uma "capacidade" revolucionária. Apoiam-se freqüentemente sobre o que Marx disse dos camponeses franceses no "18 Brumário de Louis-Napoléon Bonaparte" para justificar essa tese. Os camponeses são revolucionários dizem outros, apoiando-se sobre o exemplo da China de Mao Tse Tung ou, mais recentemente, sobre o exemplo vietnamita. Pode-se também encontrar em Marx passagens onde se evocam as potencialidades revolucionárias existentes, pelo menos, em certas camadas do campesinato. Em Lênin, e depois em Mao Tse Tung, esta perspectiva encontra-se

(1) *Uma pesquisa sobre a Polônia realizada por Jean-Charles Szurek coloca em evidência as interações entre o poder político, as ideologias e as pesquisas econômicas e sociais num país socialista. Trata-se da tese de doutorado "Sciences sociales et politique en Pologne: la question agraire de 1948 à 1956", Paris 1979.*

sistematizada no que se pode chamar de “teoria do camponês pobre” (oposto ao kulak”).⁽²⁾

A existência de pontos de vista os mais divergentes mostra que o problema do lugar ocupado pelos camponeses na estrutura de classes está mal situado e induz a aprofundar a análise sociológica neste aspecto.

Não pretendo absolutamente apontar a solução para esta questão. Penso, aliás, que não existe solução teórica, solução em si. Pelo contrário, aqui como alhures, é a ação das forças sociais que traz a única resposta possível, aquela dada pela história. Apenas quero dizer que a história é mais aberta do que se diz geralmente: que existem várias histórias possíveis, e não uma só.

Queria, portanto, apresentar algumas observações, reflexões e questões que, acredito, sejam suscetíveis de ajudar os sociólogos a formular perspectivas de pesquisa que tomem em consideração a condição histórica dos camponeses.

Vou me apoiar na minha experiência de pesquisador francês, bem consciente dos limites deste ponto de vista.

A história e as estruturas agrárias francesas se caracterizam pela importância representada pela exploração familiar. Na sua imensa maioria, os estabelecimentos agrícolas franceses são dirigidos por um pequeno produtor independente que trabalha a terra com os membros de sua família e é proprietário, há um século, de sua terra e de seus meios de produção. Este quadro é, certamente, muito diferente do apresentado pelo Brasil. Não obstante, a importância da pequena propriedade camponesa parece aqui longe de ser tão negligenciável como se diz geralmente. Por outro lado, se os camponeses franceses são, hoje, na sua imensa maioria, pequenos produtores diretos, proprietários, a situação não era a mesma há um século e meio. A classe dos grandes proprietários era então muito mais potente. Grande número de cam-

(2) *Em 1968, os estudantes franceses partiram ao campo à procura desses camponeses revolucionários. Depararam-se com uma incompreensão geral. O mesmo aconteceu com os jovens oficiais “esquerdistas” do exército português, em 1974-75, quando empreenderam uma ampla campanha de ação cultural a fim de conseguir sua adesão à “revolução dos cravos”. Essas experiências inábeis, baseadas numa visão nítida dos camponeses (e da revolução) reforçam a imagem de um camponês reacionário, quando esses fracassos só fazem traduzir o total desconhecimento do campesinato. Os fracassos sempre estão na altura das ilusões.*

poneses eram parceiros (ou especificamente: meieiros) e os proprietários de parcelas mínimas (os camponeses parcelários) tinham que trabalhar nas grandes propriedades ou emigrar temporariamente para a cidade, para sobreviver. Não quero dizer que a França de 1830 apresentava a mesma paisagem que o Brasil de 1980, mas faço questão de frisar que o campesinato francês, na época em que articulava de maneira decisiva sua aliança de classe com a burguesia, era, na sua grande maioria, um pequeno campesinato pobre ou um campesinato dominado pela grande propriedade, e não esse campesinato médio de hoje que adquiriu seu estatuto de pequeno produtor autônomo. Aliás, ainda hoje, grande número de chefes de explorações agrícolas são obrigados a ter outra atividade para poder sobreviver.

Entro nessas minúcias para evitar que a imagem necessariamente rápida e simplificada do campesinato francês que lhes dou aqui, leve-os a acreditar que o exemplo da história agrária não pode ser de nenhuma utilidade aqui. Pelo contrário, na medida em que o campesinato francês tem, hoje, as características que indiquei, e que essas características são o produto de uma história, o exemplo francês merece ser tomado em consideração.

Para tratar de um assunto tão vasto, optei partir diretamente da noção de estrutura de classes. Considerarei esta, sucessivamente, sob dois ângulos que me parecem importantes para definir e caracterizar a estrutura de classe:

- 1) os mecanismos da produção e da repartição da mais-valia;
- 2) as alianças de classes.

A necessidade de considerar esses dois níveis aparecerá no corpo da exposição.

II – OS CAMPONESES E AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO CAPITALISTAS

A primeira questão parece ser a seguinte: que lugar ocupam os camponeses na estrutura de produção e de repartição da mais-valia? Em outros termos, onde se situam nas relações de produção capitalistas? A resposta a esta pergunta é evidentemente essencial para situar os camponeses na estrutura de classes.

Esta resposta seria simples se a agricultura tivesse se tornado capitalista, seguindo a mesma via que a indústria, através de um processo de desaparecimento dos produtores diretos e de formação de grandes “empresas”

agrícolas com assalariados. Teríamos presenciado a formação de uma classe de empresários oposta à uma classe de proletários, cada uma dessas duas classes incorporando-se na classe correspondente do capitalismo industrial. Sabe-se que este é o esquema de evolução previsto por Marx para a agricultura, contudo com um detalhe: Marx estimava que os grandes empresários agrícolas seriam arrendatários e que a classe dos grandes proprietários fundiários se manteria e formaria uma classe suplementar, específica à agricultura.

Esse tipo de evolução pôde se produzir em alguns sistemas de produção franceses: a grande agricultura de cereais e beterrabas da Bacia Parisiense configura-se como agricultura capitalista, ainda que os limites de seu caráter capitalista sejam constantemente frisados. Em todo caso, é uma exceção.

A evolução característica da agricultura francesa — e até europeia de maneira geral — consiste na consolidação da exploração familiar. Esta apresenta traços bem característicos que importa lembrar.

O chefe do estabelecimento não é um patrão, um empregador — é o chefe de família; é enquanto tal que exerce autoridade sobre a exploração, que é seu mestre de obras. Sua mão-de-obra não é assalariada, mas familiar: constituída por ele mesmo, sua esposa, seus filhos e eventualmente outros familiares que moram debaixo de seu teto. É uma mão-de-obra gratuita, ou seja, mão-de-obra cuja reprodução não se faz mediante um salário, mas mediante valores de uso distribuídos dentro do próprio lar. A terra, meio de produção fundamental, não é capital, é patrimônio da família. Os outros meios de produção tampouco são capital na medida em que não são destinados a obter um sobretabalho de mão-de-obra assalariada. São, com a terra, os instrumentos de trabalho pelos quais o grupo familiar se reproduz socialmente a partir de seu próprio trabalho coletivo. Trata-se, portanto, de um produtor independente que trabalha ele mesmo sua terra e vende o produto de seu trabalho e não sua força de trabalho. Formalmente, não há nada de capitalista nesta estrutura de produção.

Isto não significa que a atividade agrícola que se desenvolve nesse quadro seja um corpo estranho no interior das formações sociais capitalistas e não tenha qualquer relação com o capitalismo. Pelo contrário, ela se integra nele de uma maneira perfeitamente satisfatória. A produção agrícola familiar apresenta, com efeito, várias vantagens para o capitalismo:

1. – Ela produz as mercadorias agrícolas ao menor custo, e isto é de uma importância primordial para a fixação dos salários. Por que o menor custo? Primeiro, em razão da utilização de mão-de-obra gratuita, isto é mão-de-obra cuja totalidade dos custos de reprodução não está incluída nos custos de produção das mercadorias agrícolas. Por outro lado, o camponês, não sendo um capitalista, não exige a taxa de lucro médio para seus capitais uma vez que nem a terra, nem os animais, nem os instrumentos de trabalho constituem capitais mas apenas instrumentos de trabalho, e como tais, bens mediante os quais os grupo familiar pode se reproduzir ao mesmo tempo física e socialmente (o que constitui o próprio sentido da noção de patrimônio). Enfim, como veremos mais adiante, o camponês não cobra a renda fundiária. Portanto, o que ele exige como preço das mercadorias por ele produzidas (e não de seu trabalho) é apenas o necessário para sua reprodução e a de seu patrimônio graças ao qual ele pode se reproduzir.

2. – A pequena produção permite, portanto, a extração de um sobretabalho das famílias camponesas e esta concorre para a acumulação do capital de várias formas:

a) A produção de mercadorias agrícolas ao menor custo permite limitar os salários e favorece, portanto, a acumulação do capital social global. A crise que atinge a França desde 1973, tem seus efeitos no campesinato em termos de queda do nível de vida. Esta mesma crise, cujas conseqüências também atingem a classe operária, se expressa para esta – e só para esta – na forma de desemprego total ou parcial. É sintomático que, para os camponeses, não se fala em desemprego pois não são assalariados, são produtores diretos. Isto dito, a pressão – e a punção – que se operam sobre suas rendas, servem para limitar a alta dos salários e permitir a reconstituição das taxas de lucro atingidas pela crise econômica.

b) A produção de mercadorias agrícolas a baixo preço para as indústrias agro-alimentares permite a acumulação do capital nesses ramos.

c) Os camponeses contribuem também para a acumulação do capital mediante suas compras. Bens e produtos de cultura são comprados segundo uma lógica do trabalho e não do capital. Trata-se, para o camponês, de aumentar a produtividade de seu trabalho para responder à diminuição do preço das mercadorias que ele coloca no mercado. Não se trata do cálculo de rentabilidade de um investimento. Equipamentos superdimensionados e endividamento são os dois seios onde mamam as indústrias de materiais agrícolas, de adubos, de produtos de cultura bem como o crédito agrícola.

Assim, de maneira geral, pode dizer-se que a pequena produção camponesa é, para o capitalismo, um meio bem superior à relação salarial para mobilizar uma força de trabalho na produção agrícola. Mas além disso:

3. — As famílias agrícolas mantêm, gratuitamente, para o capitalismo, uma reserva de mão-de-obra.

Isto se observa particularmente hoje, pois nota-se uma diminuição do êxodo rural consecutivamente à crise econômica atual. Os jovens, rapazes e moças, que deveriam ter procurado um emprego na cidade permanecem em suas famílias em razão do desemprego. Aí, eles são mantidos sem ônus para a coletividade.

4. — Uma outra vantagem da pequena propriedade camponesa para o capitalismo é que ela resolve da melhor maneira possível o problema da renda fundiária. Já vimos que ela permite superar o obstáculo que esta podia representar para a penetração do capital na agricultura: através da obtenção de matérias primas baratas e das compras feitas segundo uma lógica de trabalho e de economia doméstica, as indústrias a montante e a jusante conseguem realizar a acumulação de capital.

Mas, além disso, a pequena propriedade camponesa elimina a extração de uma renda fundiária como tal sobre a mais-valia social. Este ponto é importante e merece ser desenvolvido.

O camponês é proprietário da terra por ele trabalhada, e trabalha a terra que possui. Portanto, teoricamente, é ele o beneficiário da renda. Porém, como proprietário, não precisa pagar renda, e como vive do produto de seu trabalho, não necessita exigi-la para subsistir. Pode dizer-se, sempre teoricamente, que a renda é incorporada ao preço pelo qual ele vendeu seu produto no mercado. Consequentemente, o camponês extrai renda da mais-valia social global. Supondo tal proposição consistente teoricamente — o que se precisaria demonstrar — que sentido pode ter no plano da análise social das relações de classe nas quais os camponeses se situam?

Precisamos fazer aqui duas observações:

a) Os pequenos e médios camponeses não constituem uma classe social de proprietários, isto é, ociosa e vivendo do trabalho dos outros, mas vivem de seu trabalho e até fornecem um sobre-trabalho. Não podem ser classificados como proprietários fundiários que vivem da renda da terra.

b) Os pequenos e médios camponeses não utilizam trabalho assalariado, isto é, não se utilizam do monopólio da propriedade da terra (do qual gozam) para se beneficiar também de uma mais-valia.

Conclui-se do exposto que os camponeses não existem como classe extraindo renda do solo, se se entender por isso uma classe que pode viver sem trabalhar, graças à renda fundiária que o monopólio da propriedade da terra lhe permitiria extrair sobre a produção social global de valor.

Ao contrário, graças à pequena propriedade camponesa, o capital não precisa investir na terra para assegurar a produção agrícola, uma vez que os camponeses, na sua lógica de pequenos proprietários produtores, são candidatos à aquisição da terra para se manterem como pequenos produtores independentes, sem exigir, em contrapartida, a renda fundiária, como expusimos acima.

Assim, a produção agrícola pode ser assegurada sem que nenhuma apropriação de renda fundiária venha freiar a acumulação do capital. Em suma, pode dizer-se que a implantação da pequena propriedade na França camponesa que exigiu vários séculos para se realizar, constitui uma verdadeira reforma agrária cujo custo recai sobre os próprios camponeses. Isso, do ponto de vista do capital, é uma operação perfeitamente interessante tanto no plano político, graças à constituição de uma classe de pequenos proprietários, quanto no plano econômico.

Convém assinalar que o capitalismo europeu não deixou, e continua sem deixar, que se instale, ou pelo menos se generalize uma estrutura agrária de tipo capitalista, apresentando as três classes previstas por Marx. Pode explicar-se isto dizendo que a solução da pequena propriedade camponesa era preferível porque suprimia a renda fundiária como acabamos de ver. Porém, esse tipo de especulação é precisamente o contrário de uma análise social porque dá a impressão que alguém, em algum lugar, espécie de demiurgo do capitalismo e da história, pensou, quis e organizou a evolução histórica mais desejável, ou ainda que algum mecanismo obscuro, porém rigoroso e infalível, tem gerido implacavelmente a construção mais coerente e mais racional do ponto de vista do capitalismo.

Ora, não se trata de nada disso. O quadro que pinte das vantagens que o capitalismo pode encontrar na pequena propriedade e na pequena produção camponesa é muito esquemático; e desse ponto de vista, totalmente insatisfatório, na medida que é funcionalista. Neste quadro, apenas lembrei coisas conhecidas, algumas delas merecendo inclusive ser examinadas mais de perto. Busquei simplesmente situar o campesinato nas relações de produção capitalistas e mostrar que a pequena propriedade e a produção direta podiam ser integradas à lógica capitalista, e de maneira a permitir a extração

de um sobre-trabalho em cima dos produtores diretos. Isto situa estes últimos num lugar específico na estrutura de classes, isto é, do lado dos trabalhadores que fornecem um sobre-trabalho.

Porém, esta análise não é suficiente porque não explica como, nem porque, a agricultura tem evoluído, no interior do capitalismo, no sentido de um reforço da estrutura familiar das explorações, como e porque, os camponeses permaneceram produtores independentes, como, enfim, se construiu essa articulação aparentemente tão perfeita entre o capitalismo e um setor da produção no qual as modalidades de submissão do trabalho não tomaram a forma mais típica do capitalismo.

Para responder a essas perguntas, é preciso voltar à história. Com efeito, se a pequena propriedade camponesa ocupou progressivamente, um lugar sempre mais importante, e, finalmente, essencial, nas estruturas da produção agrícola francesa - e, mais uma vez, poderia se dizer a mesma coisa da maioria dos países europeus - é que o desenvolvimento do capitalismo se fez em condições históricas bem definidas. As estruturas agrárias herdadas do feudalismo e de sua decomposição pesaram em toda sua plenitude. A burguesia apoiou-se sobre o campesinato em luta contra o poder dos feudais e a exploração feudal, para abater a grande propriedade fundiária aristocrática, que constituía a base política da realeza e se opunha ao advento da república burguesa.

Assim, a estrutura agrária que se desenvolveu, e que domina hoje na França, é o produto histórico da aliança entre a burguesia e o campesinato forjada no século XVIII, para lutar contra o feudalismo e a monarquia. E o lugar ocupado pelos camponeses nas relações de produção capitalistas, e que acabamos de analisar, é o produto - paradoxal, é necessário reconhecê-lo - dessa aliança. Mas o paradoxo talvez seja menor do que parece e, frente ao passivo, coloca-se o ativo da aliança a favor dos camponeses: o fato que se mantiveram no seu estatuto de produtores independentes. Explorado, porém produtor independente: produtor independente, porém explorado. Assim aparece o estatuto contraditório que o camponês tira de sua aliança com a burguesia. Essa contradição demonstra que a própria aliança, longe de ser natural, como se diz frequentemente, é contraditória. E se esta conclusão é correta, seu alcance, sem dúvida é enorme, pois sugere que outras alianças seriam possíveis.

Chega-se, assim, ao segundo ponto da análise: as alianças de classes. Vê-se que este é o complemento indispensável do primeiro, isto porque as relações econômicas analisadas são, elas mesmas, o produto, o resultado constantemente questionado de, pelo menos, dois séculos de negociações entre o campesinato e a burguesia, em aplicação de uma aliança de classe conflitual.

III – A ALIANÇA DE CLASSES

A segunda questão que precisa ser colocada agora é, portanto, a seguinte: como se apresenta hoje a aliança de classes que o campesinato contraiu com a burguesia? Como se traduz na situação de classe do campesinato?

O ponto chave do compromisso entre o campesinato e a burguesia continua sendo a questão da terra. Hoje, os resultados desse compromisso são claros.

O campesinato se beneficia do monopólio da propriedade da terra. Isto se traduz, entre outros, pelo fato de que ele controla praticamente a entrada na profissão: para ser agricultor, precisa ser filho de agricultor. Ele controla, ainda, a utilização que se faz das terras agrícolas e guarda em reserva, com finalidades ou especulativas ou de uso pessoal, grandes quantidades de terras.

Pode dizer-se, desse ponto de vista, que os camponeses detêm a renda absoluta. Apenas esta não pode mais, como vimos, ser utilizada para criar uma relação de classe de caráter econômica, isto é, para extrair a renda. Mas isto só se verifica quando se trata da produção agrícola. Pois quando se trata de um outro uso do solo (terra para construção por ex.), a renda volta a ser encontrada no preço, especulativo, pelo qual o camponês aceita vender sua terra. Mas o que conta para o capital, é que a renda não venha a pesar sobre o preço dos gêneros alimentícios. E isto foi conseguido, como vimos, graças à generalização da propriedade fundiária camponesa.

Trata-se, portanto de um monopólio que dá um poder – político – de controle, mas não funda um direito – econômico – de extração de renda, nem constitui um obstáculo à penetração do capital na agricultura (como também vimos). Observa-se pois, tratar-se realmente de um compromisso realizado num longo período histórico, traduzindo e consagrando uma

relação de força na qual cada parte tentou preservar o que mais lhe importava. Esse monopólio, por limitado que seja no plano económico, não deixa de ser importante para o camponês, uma vez que lhe garante sua reprodução como pequeno produtor independente, pelo menos — e eis aqui uma reserva importante — na medida em que a terra lhe é necessária e suficiente (ela o é cada vez menos) para essa reprodução. Isto é importante tanto política como economicamente, pois a base da aliança entre o campesinato e a burguesia é justamente o reconhecimento da existência do camponês como pequeno proprietário e como produtor independente, aquela antiga reivindicação sinônima de emancipação económica e política herdada dos ancestrais que sofreram e lutaram contra o jugo e a exploração do feudo.

Na base desta defesa da pequena propriedade, a burguesia utilizou, abundantemente, o campesinato contra o movimento operário, já na época da Revolução Francesa, mas sobretudo no século XIX e até hoje. A todas as vantagens económicas da pequena produção camponesa para o capitalismo, precisa se acrescentar a vantagem política considerável do apoio fornecido pelo campesinato à burguesia nos períodos revolucionários. Ainda hoje, a cada eleição, os partidos da direita lançam apelos à “sabedoria”, ao bom senso. . . e ao interesse bem compreendido dos camponeses (mediante subvenções criteriosamente distribuídas).

Ao serviço desta aliança, todos os meios foram utilizados. a política agrícola, a escola (difundindo a mitologia revolucionária e republicana), e a Igreja (denunciando os vermelhos ateus). Quero frisar com isso a importância política dessa aliança de classes. Ela foi e permanece um dos fundamentos da vida política, não apenas na França mas na maioria dos países europeus. Essa importância permanece, a despeito da diminuição do papel do campesinato no corpo eleitoral. A fraqueza das maiorias dá importância ao campesinato como grupo chave, cujas vozes podem levar à decisão.

Um segundo aspecto, que prolonga o primeiro, do compromisso entre o campesinato e a burguesia, é o fato do campesinato ser estreitamente associado à definição, e sobretudo à aplicação da política agrícola. É o sindicalismo agrícola que aplica a política agrícola. Reencontra-se aqui o poder de controle político corporativista outorgado pela burguesia ao campesinato: de conceder ao campesinato uma forma de autogestão profissional (veremos mais adiante para que fins).

Mas, em torno desse compromisso, a aliança sempre é conflituosa, nunca totalmente assegurada, tanto do lado da burguesia quanto do lado do campesinato.

A burguesia vive sua aliança com o campesinato de maneira contraditória. De um lado, ela é constrangida a preservar a estrutura familiar da exploração e o estatuto de produtores independentes dos camponeses para conservar o apoio político do campesinato. Do outro lado, ela precisa cuidar de assegurar a “modernização” do aparelho produtivo agrícola, isto é, fazer com que este se adapte às evoluções econômicas gerais para continuar a preencher seu papel produtivo, favorecendo ao máximo a acumulação do capital. Desse ponto de vista, o debate é constante no seio da burguesia a respeito da conveniência de manter os camponeses como pequenos produtores diretos.

Novos projetos de industrialização da agricultura são constantemente propostos por certas camadas da burguesia. E a política agrícola aplicada constitui um compromisso entre as diversas camadas da burguesia em torno desse problema da modernização da agricultura.

Isto dito, uma situação hoje se configura: os camponeses, produtores diretos são ao mesmo tempo os fiadores e os donos da produção agrícola, e esta não só alimenta amplamente o país, mas ainda faz da França um dos grandes exportadores de produtos agrícolas. O governo é, com efeito, obrigado a consentir certas despesas orçamentárias que decorrem da estrutura familiar das explorações agrícolas, mas ele também pode dizer que o potencial produtivo agrícola francês é eficiente, uma vez que permite ocupar um lugar razoavelmente bom nos mercados internacionais. Isto não impede que a pressão sobre os produtores seja constante.

Voltamos a encontrar aqui o que foi dito na primeira parte a respeito das relações entre a pequena produção camponesa e o capitalismo. A dominação exercida por este último sobre a agricultura deixa prever certas dificuldades nas relações entre o Estado e os camponeses. A alta do preço da terra; a insuficiência dos preços agrícolas — meio pelo qual o capitalismo pressiona os camponeses para obrigá-los a intensificar sua produção —; o endividamento; o agravamento das condições de trabalho para aumentar a produtividade; a concentração progressiva das explorações por desaparecimento das menores; as destruições de safras em caso de saturação dos mercados, etc., estão na origem de movimentos camponeses. Estes podem revestir formas muito duras (greve das entregas de leite com bloqueio das estradas, intercepção de caminhões transportando produtos agrícolas importados e

destruição de seu conteúdo, derrama de estrume ou de produtos agrícolas na frente dos prédios oficiais), e até trágicas (enfrentamentos com a polícia provocando mortes).

O desenvolvimento dos contratos de produção entre os camponeses e as firmas agro-alimentares, ao submeter totalmente o trabalho do camponês às exigências técnicas, às normas de produção e às imposições financeiras das indústrias, chegou a negar pura e simplesmente a capacidade de autonomia como trabalhador e produtor independente pelo qual o camponês se define pessoal, social e politicamente, isto é, a negar pura e simplesmente as razões da aliança entre o campesinato e a burguesia.

Frente a todos esses problemas, uma corrente se desenvolveu no seio do campesinato para questionar a aliança. Esses agricultores levaram muito longe a análise de sua condição econômica e social, declarando que, no fundo, eles eram proprietários apenas de suas dívidas, portanto tinham, apenas a propriedade formal de seus meios de trabalho, e assim eram fundamentalmente trabalhadores explorados como os operários. Eles adotavam, finalmente, uma análise de classe da sociedade e se situavam na classe explorada. Daí, eles se batizaram "Camponeses-Trabalhadores".

De fato, em razão do próprio caráter contraditório da aliança entre o campesinato e a burguesia, o campesinato se desagrega. Até agora, simplifiquei bastante ao falar dos camponeses, como se formassem um só bloco homogêneo. O momento chegou de dizer que não é nada disso. Em realidade, nos países europeus como aqui, há uma diversidade econômica e social muito grande no seio do campesinato. Evoquei, no início desta exposição, o caso da grande exploração "capitalista" de cereais e beterrabas, muito equipada, empregando assalariados agrícolas e utilizando-se dos sistemas de produção muito simplificados, na Bacia Parisiense. Em todos os ramos da produção agrícola, há grandes, médias e pequenas explorações. Em relação aos problemas, evocados acima, de preços, endividamento, etc., as posições das diversas camadas de camponeses não são as mesmas.

Ora, é interessante observar que, no caso francês, pelo menos (mas não é o único), é nas médias explorações que as reações foram as mais vivas. Nas grandes, a reprodução simples e até ampliada é assegurada. Nas pequenas — os camponeses pobres —, encontram-se, na maioria das vezes, agricultores idosos, prestes a aposentar-se, ou agricultores que exercem outra atividade, ao mesmo tempo que na agricultura. Pelo contrário, nas explorações

médias, encontram-se agricultores que, ao mesmo tempo têm a ambição de permanecer como pequenos produtores independentes e têm as maiores dificuldades em realizá-la. É entre estes que se encontram, na França, os “Camponeses-Trabalhadores” que mencionei acima. Porém, é também entre estes que encontramos os elementos “dinâmicos”, prontos a fazerem o jogo da aliança com a burguesia para se safar. Então, contra os que se definem como “trabalhadores”, eles se fazem os defensores ardorosos da ideologia do “chefe de empresa”, do “pequeno empresário” cheio de iniciativa, moderno, e da liberdade de empresa em cujo nome os menos bem aquinhoados devem desaparecer. Portanto, a burguesia encontra neles, aliados preciosos, os intermediários que ela precisa para rearticular sua aliança com o campesinato. Esses camponeses “empresários” comandam os sindicatos camponeses, provavelmente porque se beneficiam do apoio do Estado e porque representam os agricultores bem sucedidos ao apoiar-se no sindicalismo oficial, mas também porque devolvem aos camponeses a única imagem que estes aceitam de si mesmos: a de um produtor autônomo, que justamente recusa a proletarização. Essa imagem corresponde aliás à sua situação real, uma vez que não são realmente vendedores de sua força de trabalho e permanecem proprietários — mesmo se é apenas juridicamente — de seus meios de trabalho, e vendedores do produto de seu trabalho.

Graças a esse apoio no seio mesmo do campesinato, o Estado pode manter sua política de concentração progressiva das explorações, e de intensificação do trabalho na agricultura. E toda sua estratégia política consiste em utilizar esses intermediários no campesinato para reforçar o sentimento que este tem de pertencer às classes médias, junto a pequenas e médias empresas, artesãos, técnicos, etc.

O sindicalismo agrícola, como já vimos, desempenha um papel importante na aplicação da política agrícola. Por isso torna-se, para o Estado, um importante expediente para exigir a manutenção da aliança de classes, e, ao mesmo tempo, fazer aceitar a política seletiva de modernização da agricultura. Assim, esse controle é monopolizado por uma camada dos agricultores — os que aceitam servir de representantes ao Estado no seio do campesinato porque são beneficiários de sua política agrícola. Esse controle leva ao que se poderia chamar de autogestão da seleção: são os próprios agricultores que geralmente decidem quais entre eles merecem beneficiar-se da ajuda do Estado e quais devem desaparecer. Deste ponto de vista, a burguesia soube

habilmente utilizar uma das características estruturais da pequena produção mercantil, isto é, o individualismo dos produtores diretos; para atingir seus objetivos, ela põs simplesmente estes em concorrência entre si.

Mas o resultado disto é que o sindicalismo agrícola está em crise: as camadas médias inferiores do campesinato não se reconhecem mais no sindicalismo oficial, a despeito do apoio vigoroso que este recebe do Estado, e cada partido de esquerda tem mais ou menos uma organização camponesa que lhe corresponde.

Apesar da extraordinária pressão ideológica e institucional que o Estado e as organizações profissionais agrícolas impõem ao campesinato, este encontra-se muito dividido; a aliança com a burguesia nunca obteve a unanimidade, hoje, menos do que anunca.

O voto camponês não é, de certo, monoliticamente conservador, apenas, no conjunto, um pouco mais do que o do corpo eleitoral francês. Porém o traço mais característico do comportamento eleitoral dos camponeses franceses é que reproduz o comportamento eleitoral do conjunto dos franceses: os votos camponeses se repartem entre os diversos partidos mais ou menos nas mesmas proporções que os do corpo eleitoral francês como um todo. Afinal, nem todos os operários franceses votam no PCF (Partido Comunista Francês), longe disso, e não se deduz daí que a classe operária é conservadora.

Assim, campesinato e burguesia só aceitam constrangidos e forçados a aliança de classes que os une. Na estrutura de classes capitalista, o campesinato é dominado; donde, ele procura aliança com a classe capitalista no poder para ter garantido seu estatuto de pequeno produtor direto. Mas a relação entre o trabalhador e o capital só pode se configurar como relação de exploração; e o camponês, ao aceitar essa aliança, sofre esta exploração; tudo o que ele pode fazer é tentar limitá-la.

A burguesia, de seu lado, não pode aceder ao poder nem nele se manter, sem o apoio do campesinato e, ao garantir esse apoio para si, ela se dá uma base política extremamente sólida, sobretudo onde a classe operária ainda não se desenvolveu muito e está concentrada em algumas cidades industriais. Ao aceitar essa aliança, a burguesia aceita a manutenção, no seio do capitalismo, de uma propriedade fundiária suscetível de exigir a renda, de uma relação de produção que é anticapitalista por excelência (uma vez que se trata de um produtor direto, portanto, de um trabalhador que recusa ser separado de seus meios de produção), e de uma estrutura de produção

artesanal que arrisca aumentar os custos de produção e freiar a entrada de capital num ramo de produção muito importante. Vimos que, de fato, não acontece nada disso e que a pequena produção camponesa contribui, a seu modo mas muito eficazmente, à acumulação capitalista. Porém, isto continua a ser questionado por certas camadas da burguesia e, de todo modo, a integração do campesinato nos mecanismos capitalistas de extração do sobre-trabalho não estava ganho de antemão e só se deu após um processo muito longo de desenvolvimento do capitalismo, influenciado, ele mesmo, pela exigência dessa pequena produção camponesa, e após uma longa guerra de desgaste entre o Estado e os camponeses; e estes não deixam de negociar sua extinção progressiva.

Portanto, não se pode dizer, como se diz muitas vezes, que o camponês é o aliado natural da burguesia. Essa aliança se deu na Europa em condições históricas muito particulares, diversas, aliás, segundo os países, porém marcadas de maneira geral pelo feudalismo. Foi o servo o soldado de primeira linha da revolução burguesa. Se não temesse cometer um anacronismo, falaria, a respeito da aliança entre o campesinato e a burguesia, de um compromisso histórico. Efetivamente, é disso que se trata.

Falta explicar porque esse compromisso não se deu entre o campesinato e a classe operária em vez de entre o campesinato e a burguesia. O balanço, muito caro para o campesinato, de sua aliança com a burguesia leva a colocar essa pergunta. Aqui, mais uma vez, a resposta será histórica. É no século XVIII, quando se dá a revolução burguesa e mediante a mesma, que o campesinato começa a se libertar da opressão feudal. A Revolução Francesa foi uma etapa decisiva, embora tenha contribuído mais para abrir do que para completar esse movimento de emancipação que devia se prolongar até a Primeira Guerra Mundial e que em certos regimes, está ainda inacabado. Na medida em que coube à burguesia derrubar a sociedade feudal, só com ela poderia o campesinato aliar-se para se libertar. Trata-se, antes, de uma aliança do que de uma situação de fato: a revolução é a sublevação de todo um povo reunido, unificado pela própria ordem feudal no seio do "Terceiro-Estado". E enquanto o povo de Paris está destruindo a Bastilha, os camponeses estão queimando os castelos.

O problema da aliança de classes vai, realmente, colocar-se a partir do momento em que o movimento operário toma corpo, isto é, a partir da metade do século XIX. A atitude do movimento operário para com o campesinato desempenha um papel decisivo. Essa atitude é anti-camponesa. Nos

debates que se instauraram no seio do movimento socialista europeu nascente, a questão agrária ocupou um lugar importante. A linha política que acabou impondo-se no seio dos partidos operários repousa numa concepção do desenvolvimento do capitalismo que só pode reforçar a aliança entre o campesinato e a burguesia. Segundo essa concepção, todas as atividades produtivas — e particularmente a agricultura — devem, progressivamente, ser transformadas pelo capitalismo, e a relação de produção capitalista fundamental deve generalizar-se sob a forma da oposição entre uma burguesia detentora dos meios de produção e uma classe operária possuidora de força de trabalho. O campesinato é, portanto, um anacronismo. Proprietário de terra e de seus meios de trabalho, ainda faz parte da classe possuidora. O camponês é, portanto, um aliado da burguesia até o momento em que é proletarizado pelo capitalismo, isto é, em que é obrigado a abandonar sua propriedade e a agricultura para se tornar operário na indústria. Portanto, o camponês é um inimigo de classe, enquanto camponês, porém um aliado de classe, enquanto futuro proletário. Isto significa que só passa a se tornar um aliado se aceitar a sua negação como camponês. Em todo caso, é condenado a desaparecer, e uma das tarefas históricas do socialismo é justamente acelerar esse desaparecimento para favorecer o desenvolvimento das forças produtivas. Entende-se que, frente a essa posição teórica e política que se torna o credo dos partidos operários no fim do século XIX, o campesinato tenha optado, e de maneira sempre mais consciente, a favor da aliança com a burguesia. Esta, por seu lado, como ação estratégica, aceitava continuar assumindo o papel histórico de lutar pela emancipação econômica e política do feudalismo; reconhecia e até ampliava suas conquistas (o fim do século XIX e a primeira metade do século XX são o período por excelência em que os camponeses acedem à propriedade da terra e em que se generaliza a exploração familiar autônoma) e declarava garanti-las politicamente. Acobertada por essa aliança política, a burguesia tinha condição de terminar de preparar as modalidades de submissão do trabalho camponês ao capital, tanto mais impunemente que o campesinato não dispunha de nenhum recurso político possível alhures. Este não tinha outra alternativa, uma vez que, por seu lado, os partidos operários só pensavam em suprimi-lo pura e simplesmente. Não é o exemplo soviético e depois o dos países europeus do Leste que podem desenganá-lo nesse ponto. Eles vêm, pelo contrário, reforçar sua atitude e fornecer novos argumentos para a burguesia.

Desde então, o campesinato não tem outra opção senão a revolta, (daí o caráter radical de suas ações) ou a colaboração de classes de caráter defensivo (que explica a impressão que dá, às vezes, de sempre situar-se ao lado do poder, isto é da burguesia, nas formações sociais capitalistas).

Assim, embora pequenos proprietários e trabalhadores diretos, os camponeses — ou em todo caso os pequenos e médios camponeses familiares — são trabalhadores explorados pelo capitalismo. Contrariamente a uma teoria corrente, segundo a qual eles seriam conservadores, ou mesmo reacionários por deterem a propriedade da terra, pode mostrar-se que a aliança que concluíram, nos países europeus, com a burguesia, pode se explicar pelas condições históricas nas quais a burguesia acedeu ao poder a partir do século XVIII, sobre as ruínas do feudalismo. E também pelas opções políticas feitas pelos partidos operários no fim do século XIX, em condições históricas muito específicas.

Não há razão para que essa história específica da Europa, que corresponde a um estágio de desenvolvimento do capitalismo, sirva de modelo teórico e político para o resto do mundo.

Se os pequenos camponeses proprietários são explorados pelo capital, porque não se admitir a possibilidade de uma aliança entre eles e os outros trabalhadores explorados? Isto supõe que os partidos operários reconheçam como legítima a reivindicação de um estatuto de pequeno produtor independente, até mesmo de pequeno proprietário, uma vez que os camponeses têm aí um de seus objetivos de luta. A importância dessa questão da pequena propriedade se explica historicamente, como já foi assinalado. Ele tornou-se uma questão crucial, porque é aí que se decidiu a opção da aliança de classes do campesinato na Europa. Porém, ela não representou nenhum obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo. Sua importância seria portanto, política e ideológica mais do que teórica, e nada permitiria dizer que constituiria um empecilho real para o desenvolvimento da forma de socialização do trabalho e de acumulação social do valor no modo de produção no qual ela se inseriu.

Este ponto é fundamental, na medida em que permite pensar o problema da aliança entre o campesinato e a classe operária, no Brasil por exemplo, em termos bem diferentes dos da Europa.

Será que os partidos operários são capazes, por sua vez, de firmar um compromisso histórico com o campesinato? Da resposta a esta pergunta de-

pende o futuro político de um país. Ela deve, portanto, ser o objeto de um debate político direto entre o campesinato e o movimento operário; e esse debate, longe de ser fechado, permanece aberto, como a história.

Campina Grande, dezembro de 1980.

NATUREZA E CONTRADIÇÕES DA REANIMAÇÃO ECONÔMICA DE 1978/79: PRÉLÚDIO DE UMA RECESSÃO*

Nilson Araújo de Souza**

CARACTERIZAÇÃO DA CRISE

A crise que vive hoje o país e que se arrasta desde meados de 1974 é a mais grave de toda a nossa história. Em primeiro lugar, sua continuidade, com altos e baixos, durante sete longos anos, lhe conferiu o record nacional; em segundo, desembocou na mais profunda recessão que já passou a economia nacional, particularmente durante seu período industrial, e, por último, essa crise, mais do que qualquer outra anterior, abre amplas possibilidades para modificações profundas em nossa sociedade. Essa não é uma crise passageira, à moda dos ciclos periódicos do capitalismo. É uma crise bem mais profunda que expressa o conjunto das contradições inerentes à forma como se desenvolveu o capitalismo no Brasil, particularmente a partir de 1964, o qual, por sua vez, se insere no desenvolvimento do capitalismo a nível mundial durante o período de pós-guerra.

Trata-se, em última análise, do esgotamento do chamado "modelo brasileiro de desenvolvimento", patrocinado e estimulado pelo regime instaurado a partir de 1964. A base desse modelo é o controle crescente da economia nacional pelo capital imperialista, o que implica na evasão, a cada

★ *Esse ensaio corresponde a um extrato revisado do capítulo 5 da tese que apresentamos, na Universidad Nacional Autónoma de México, para efeito de obtenção do grau de Doutor em Economia, em 1980, sob o título "Crisis y lucha de clases en Brasil - 1974/1979". As notas comprobatórias foram excluídas do presente texto, a fim de não alargar demasiado o ensaio.*

★★ *Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Doutor em Economia pela Universidad Nacional Autónoma de México; professor adjunto da Universidade Federal de Paraíba - Departamento de Economia e Finanças e do Mestrado em Economia (Rural), Campus II, Campina Grande; Presidente do Centro de Pesquisas e Estudos Políticos e Sociais "Noel Nutels" (São Paulo).*

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano I	Nº 1	pgs.. 25 - 43	jul. - dez./ 1982
-------------	----------------	-------	------	---------------	-------------------

ano, de parcela significativa do excedente econômico, que assim se desvia da inversão no processo produtivo interno; é o desenvolvimento de um capital financeiro especulativo, que se apropria de uma parcela ponderável do produto nacional, elevando os custos industriais e desestimulando assim as inversões produtivas; é o crescimento desproporcional da indústria de bens de luxo (setor III), que leva ao estrangulamento do setor produtor de bens de consumo popular (setor II) – fazendo sua realização depender crescentemente do mercado externo e, portanto, das oscilações da economia mundial – e do setor produtor de meios de produção (setor I) – fazendo a economia brasileira depender crescentemente de importações de máquinas, equipamentos e matérias primas; é a concentração desenfreada da estrutura fundiária, somada à política agrária e agrícola do pós-64, que desvia a produção agrícola para o mercado externo e estrangula o abastecimento alimentar e de matérias primas para o mercado interno, elevando os custos industriais; é o arrocho salarial e a concentração da renda, que, à parte os efeitos nocivos sobre as condições de vida dos trabalhadores, limita as possibilidades de expansão do mercado interno, particularmente do setor II.

Enquanto não se superarem esses “pontos de estrangulamento”, as medidas adotadas de combate à crise terão apenas caráter paliativo, podendo levar a ligeiras reanimações da economia, sem, entretanto, tirá-la da profunda crise em que se encontra. Assim, por exemplo, depois de quase quatro anos de crise (com um desafogo em 1976), a economia brasileira experimenta uma certa reanimação em 1978 e 1979, particularmente na indústria. Assim como em 1976, os observadores superficiais e nostálgicos do “milagre” uma vez mais saltaram de alegria pensando que o fantasma da crise havia ficado para o passado. E substituíram a análise séria pelo entusiasmo proporcionado pela reanimação econômica. Por isso, não perceberam que, como a de 1976, também esta era de duração efêmera e estava apenas servindo de prelúdio para a recessão que se anunciava no horizonte das legítimas pelepas entre M.H. Simonsen e A. Delfim Netto. E isso porque as contradições principais que haviam levado à crise ainda não haviam sido superadas.

Quanto ao desenvolvimento do setor I, este estava-se dando a passo de tartaruga, principalmente a indústria de bens de capital. Isso se devia, em grande medida, ao fato de que os financiamentos e os incentivos governamentais à dita indústria minguavam progressivamente. O setor II, cujo desenvolvimento contribuiria para o barateamento da força de trabalho, tendia a um certo estancamento e inclusive uma declinação, como foi o caso de sua parte

agrícola. O resultado foi, não o barateamento de suas mercadorias, senão ao contrário uma forte elevação de seus preços, o que dificultava o aumento do grau de exploração sob a forma de mais-valia relativa. Só em 1979, preocupados com a forte crise do setor, as autoridades começam a definir mais claramente uma política de estímulos a seu desenvolvimento, sob a demagogia de baratear o custo de vida da população, porém seus resultados não têm sido animadores. A especulação financeira e a conseqüente elevação das taxas de juros seguiram corroendo os lucros industriais. Finalmente, as inversões produtivas não puderam contar no período com o financiamento do capital estrangeiro. Ainda que em 1978 tenha aumentado expressivamente a entrada de empréstimos e financiamentos e em 1979 tenha passado o mesmo com as inversões diretas, a saída de mais-valia para pagar prestações, juros e lucros aumentou a tal ponto que praticamente equiparou em quantidade o capital que entrou.

Ainda assim, a indústria logrou uma certa reanimação. Isso pode ser atribuído, em primeiro lugar, a uma certa melhoria da taxa de lucro. Por um lado, a recessão de 1977 provocou capacidade ociosa do aparato produtivo, assim como o recrudescimento das insolvências econômicas, o que sem dúvida promoveu uma certa desvalorização do capital fixo. Por outro lado, o agravamento da inflação de 1976 em diante pode haver promovido uma certa queda do salário real e, por fim, a elevação do grau de exploração. Tal situação não se mantém durante todo o ano, já que os reajustes salariais anuais sempre têm logrado recuperar o nível do ano anterior; porém, entre um período e outro de reajuste, a inflação come o aumento salarial anterior e, nesse intervalo, tende a aumentar o grau de exploração, o qual vem a baixar novamente no reajuste seguinte.

Desde 1977 as exportações industriais haviam retomado o ritmo de expansão do período do auge, o qual havia sido perturbado entre 1975 e 1977. Isso, no entanto, não havia sido suficiente para contrarrestar todas as demais forças que estavam levando à crise. Em 1978 e 1979, o ritmo de expansão das exportações industriais segue a tendência iniciada em 1977. Certos ramos industriais, como material de transporte, calçados, máquinas e aparelhos eletrônicos, produtos siderúrgicos manufaturados e máquinas, caldeiras, aparelhos e instrumentos mecânicos, tiveram suas exportações sensivelmente elevadas, devendo-se a elas a manutenção do elevado ritmo de expansão das exportações de produtos industriais. Isso contribuiu para contrarrestar a tendência a reduzir-se, com a crise, a capacidade de realização

desses ramos, o que, somando-se à melhoria das condições de valorização do capital, levou à reanimação industrial daqueles dois anos. .

Porém, a satisfação haveria de ter duração curta. Já a fins de 1979, começam a aparecer os primeiros sintomas de que se iniciaria uma nova recessão. Até o sempre otimista super-ministro A. Delfim Netto, cuja principal função depois de haver assumido a direção da política econômica do governo em meados de 1979 é justamente criar ânimo no empresariado prometendo-lhe que não haverá recessão, tinha começado a admitir que o ritmo de crescimento da produção industrial estava-se reduzindo, ainda que, para injetar otimismo no empresariado, se via obrigado a prometer que “logo tudo voltará à normalidade”.

O RESPIRO DE 1978 E A RETOMADA DA ASFIXIA

Seria incorreto afirmar que o início da reanimação industrial de 1978 e 1979 houvesse correspondido ao término da crise. Esta persistia, ainda que não sob a forma de recessão. Por um lado, a reanimação industrial se fez sem elevar a inversão na indústria, o que significa que só se dedicou a ocupar a capacidade ociosa, ou seja, a provável elevação da taxa de lucro não foi suficiente para incentivar o incremento da acumulação industrial. Por outro lado, exatamente por seguir baixa a taxa de lucro, simultaneamente com a reativação industrial se intensificou a inflação. Na medida em que seguia baixa a taxa de lucro, cada empresário buscava elevar seus próprios preços como forma de descarregar seus prejuízos sobre seus pares, o que desencadeava aumentos de preços em todos os pontos da economia. Essa possibilidade estava dada graças ao forte grau de monopolização da economia brasileira. Ao fim e ao cabo, com a generalização dos aumentos de preços, os empresários tentavam recuperar sua anterior taxa de lucro transferindo os aumentos de seus custos para os trabalhadores mediante os aumentos de preços e conseqüente redução dos salários reais; como os trabalhadores reagiam em defesa de suas condições de vida, começava uma nova onda de aumentos de preços, intensificando-se assim a inflação.

Esse elevado nível inflacionário pode ser considerado como uma das determinantes da recessão que haveria de vir posteriormente. A princípio, a inflação ajuda à acumulação de capital, já que, ao reduzir o salário real dos operários, faz elevar a taxa de mais-valia e assim contrarresta a tendência

da taxa de lucro a declinar. Entretanto, quando ela atinge um nível muito elevado, começa a prejudicar a acumulação, na medida em que, não podendo fazer cálculos de rentabilidade para o futuro, os empresários preferem dedicar uma boa parte de seu capital a atividades especulativas, que garantem lucro líquido e certo, desviando-a assim das inversões produtivas.

A efêmera reanimação vem expressar, como vimos antes, que ainda não se haviam solucionado as contradições básicas que haviam levado à crise. O fato de que o desenvolvimento dos ramos de bens de capital houvesse seguido demasiado lentamente fazia que a acumulação de capital no país seguisse dependendo, em grande medida, da importação destes bens. Assim, um aumento generalizado de seus preços no mercado internacional haveria de afetar seriamente a acumulação de capital no Brasil, já que aceleraria a elevação de sua composição orgânica. Tudo indica que isso se passou no ano de 1979; é possível que, precisamente como reação ao forte aumento dos preços do petróleo nesse ano, os países imperialistas hajam aumentado os preços dos bens de capital que exportam para os países dependentes. A própria elevação do preço do petróleo contribuiu, fortemente, à aceleração do aumento tendencial da composição orgânica do capital no Brasil. Por outro lado, como já vimos, não avançava o desenvolvimento do setor II, o que repercutiu numa forte elevação dos preços de seus produtos em 1979, ou seja, não barateavam os produtos que entram na reprodução da força de trabalho e, por isso, não se desenvolviam os mecanismos geradores de mais-valia relativa. Ademais, como veremos, a intensificação da luta do proletariado em 1978 e 1979 dificultava o aprofundamento dos mecanismos da superexploração e das mais-valias absolutas.

Em síntese, ao mesmo tempo que em 1979 voltava a acelerar-se o aumento da composição orgânica do capital, não se lograva compensá-la com uma correspondente elevação do grau de exploração. A consequência havia de ser a continuidade da tendência, que vinha desde 1974, à queda da taxa de lucro. Por outro lado, a subordinação da economia brasileira ao capital imperialista uma vez mais cobrava seu preço. As taxas de juro no mercado internacional, que vinham elevando-se moderadamente desde 1977, como consequência da reanimação econômica mundial, experimentam uma brusca elevação na conjuntura de 1979 e começos de 1980, como resultado da passagem da reanimação econômica mundial a uma situação de recessão. Em uma situação como essa, todos os devedores mundiais intensificam suas demandas de créditos para pagar dívidas e os banqueiros aproveitam essa

situação para elevar as taxas de juro. Além disso, para combater o recrudescimento inflacionário, os próprios governos promovem tal elevação. Dado o enorme montante da dívida externa brasileira, cada elevação da taxa de juros no mercado internacional se converte em uma sucção crescente da mais-valia produzida internamente. Ademais, como já vimos antes, em 1979 se intensificam as remessas de lucros para o exterior, que deverão intensificar-se ainda mais em 1980, já que as matrizes dos monopólios imperialistas haverão de recorrer as suas sucursais no resto do mundo para resolver os problemas financeiros que estavam enfrentando por causa da recessão. Finalmente, foi, de certo modo, a expansão acelerada das exportações industriais o que permitiu a reanimação econômica no país entre 1978 e 1979. Já em 1979, os países centrais começaram a restringir suas importações, restrição que deveria aumentar ainda mais em 1980, quando estaria aprofundando a recessão. Essa recessão haveria de generalizar-se para o conjunto do mundo imperialista, como o fez em 1974/75, o que cortaria as possibilidades do Brasil aumentar suas exportações para outros países dependentes. Todos estes fatores haveriam de contribuir a fazer declinar ainda mais a taxa de lucro no Brasil, aprofundando sua tendência à recessão. O fantasma da crise seguiu, pois, rondando o capitalismo brasileiro e convertendo em pesadelos os perfumados sonhos da burguesia.

Frente a essa situação, o governo e sua equipe se desmoralizam cada vez mais. Todos esperam que o todo-poderoso Estado resolva a situação premente em que vivem em função da crise. Porém, aquele se enreda e não logra sair do atoleiro. As medidas de maior profundidade ou não eram implementadas ao ritmo requerido ou eram decididas demasiado tarde, expressando as contradições em que estava metido o governo: avançar rápido naquelas medidas implicava perder o respaldo de uma determinada fração grandeburguesa; avançar devagar implicava distanciar-se de outra. Daí que a solução era avançar aqui e acolá, porém sempre, como na “distenção”, de forma “lenta, gradual e segura”. Segura? Ninguém garante.

SIMONSEM VERSUS DELFIM NETO, E OS DOIS CONTRA O POVO

Enquanto não avançava nas medidas de maior profundidade, o governo se arrastava em busca de soluções de curto prazo. Arrastava-se porque não conseguia um consenso de sua equipe econômica (os Ministros da área econômica: planejamento, fazenda, indústria e comércio e agricultura) acerca

de que tática adotar, o que expressava a ausência de consenso no seio do bloco dominante. Enfrentavam-se duas táticas: a) a respaldada pelo então Ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, que propunha fortes medidas de controle da inflação, que acelerariam a irrupção da recessão; era a tática que, no plano da economia, correspondia à tática da “linha dura” no plano político: repressão sobre o movimento popular e democrático como forma de manter intacta a ditadura militar; 2) a respaldada pelo então Ministro da Agricultura, Antonio Delfim Netto, que propunha reduzir moderadamente a inflação, porém mantendo o crescimento econômico; essa tática correspondia à política da “distensão lenta, gradual e segura” ou de “abertura”: busca de institucionalização da ditadura, com algumas concessões para os de cima, a fim de reunificar o bloco dominante. neutralizar a pequena burguesia e manter sob controle o movimento popular. Devagar com o andor que o santo é de barro. A luta de classes havia chegado ao interior do aparato estatal. E, enquanto o conflito não se resolvia, a política econômica do Estado se imobilizava.

AS MUDANÇAS DA FACHADA POLÍTICA

Na área política, pouco antes havia-se dado o mesmo: o tempo passava e o projeto de “institucionalização” não avançava. O problema é que a falta de acordo no seio da equipe no poder, em particular pela resistência dos “duros”, levava a ditadura a um certo imobilismo, faltando-lhe iniciativa. Entretanto, na medida em que aumentavam as pressões da burguesia, somada à política dos “direitos humanos” do presidente norte-americano J. Carter, os “falcões” foram sendo isolados ou foram se submetendo ao projeto.

Os que, dentro da ditadura, sustentavam esse projeto tinham que golpear aos “duros” para poder avançar, porém simultaneamente tinham que contentá-los, já que necessitavam deles: lembre-se que um dos aspectos do projeto consiste precisamente em isolar e reprimir aos setores populares, tarefa na qual os “duros” haviam-se revelado eficazes. Daí que, ao mesmo tempo que se demite a fins de 1977 do Ministério do Exército ao então chefe da “linha dura”, General Silvio Frota, a corrente “institucionalista”, liderada por Golberi do Couto e Silva e Ernesto Geisel, decide integrar ao gabinete do novo presidente, nomeado em 1978, a militares ou civis representativos de dita linha.

A indicação do novo presidente, João Baptista de Figueiredo, que tomou posse a princípios de 1979, não foi um processo pacífico. Expressou simultaneamente os conflitos que se desenvolviam no interior das classes dominantes e os conflitos entre os distintos projetos políticos que demandavam o respaldo da burguesia. Aqueles conflitos, em lugar de suavizarem-se com a reanimação industrial de 1978/79, aprofundaram-se ainda mais, o que expressava que dita reanimação não estava favorecendo a todos igualmente. De um lado, havia-se parcialmente compensado aos banqueiros com a liberação da taxa de juros e aos empresários do setor III com várias medidas de estímulo às exportações, as quais compensavam suas perdas no mercado interno, fazendo que essas frações burguesas fossem as mais beneficiadas com a reanimação industrial. Porém, por outro, reduziam-se os financiamentos e incentivos definidos para favorecer aos empresários do setor I. Ao mesmo tempo, a intensificação da inflação e a elevação das taxas de juros prejudicavam sensivelmente aos pequenos e médios empresários, levando muitos deles à falência.

A renimação econômica não podia, pois, realizar a tão desejada reunificação burguesa, principalmente porque progressivamente as manifestações de descontentamento tendem a agudizar-se como consequência das perdas econômicas e vão saindo do terreno meramente reivindicativo para assumir conotação diretamente política. Desde antes, diversos setores burgueses, pequenos e médios, estavam passando-se para o lado da oposição, seguindo a direção dos “moderados” do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Simultaneamente, através de suas associações de classe, tais setores aprofundavam suas pressões sobre o governo, exigindo termos mais favoráveis para a pequena e média empresa e denunciando o “autoritarismo” do governo. Quanto aos empresários do setor I, também desde antes seu descontentamento vinha se manifestando mediante pressões, porém não chegavam a ponto de deslocar-se firmemente para o campo de oposição ao regime: mais bem estariam de acordo com o projeto de “institucionalização”. Entretanto, como esta avançava demasiado lentamente enquanto eles se sentiam prejudicados economicamente, em 1978 optam por dar um passo mais decidido: através de alguns de seus representantes mais reconhecidos, apresentam um projeto político-econômico alternativo, que revelava claramente sua vocação hegemônica. A grande burguesia industrial do setor I tentava disputar a hegemonia estatal com a grande burguesia financeira e industrial do setor III.

Enquanto se aprofundavam os conflitos interburgueses, chegava a época da escolha do novo presidente. Nesse processo, que se inicia precocemente desde 1977, se expressa claramente o nível a que haviam chegado ditos conflitos. A linha “institucionalista” do eixo Geisel-Golberri propunha o general João Baptista Figueiredo, comprometido com seu projeto de institucionalização. Enquanto isso, a “linha dura”, avalizada pelos generais Silvío Frota e Hugo Abreu, ambos pertencentes à equipe governamental de então, pugnavam por um candidato próprio. Enfrentando-se a essas duas “candidaturas”, os setores burgueses descontentes, com os empresários de bens de capital à frente, propõem uma candidatura alternativa, que se compromettesse a avançar mais rapidamente no projeto de “institucionalização”, antes que chegasse o “caos”: depois de discussões, terminam optando também por um militar, o general Euler Bentes. Os conflitos interburgueses chegavam ao interior dos quartéis. Rompia-se a unidade contruída a suor e sangue.

Porém, enganaram-se os granburgueses do setor I e os setores médios e pequenos burgueses que os acompanharam, ao pensar que iam chegar ao poder tão facilmente. A ditadura havia-se debilitado bastante, tanto pelos conflitos intestinos como pelo avanço do movimento popular e democrático, porém ainda seguia com força suficiente para impor seu candidato. E assim a princípios de 1979 sobe ao governo o candidato da “institucionalização”, revelando que esse projeto havia ganho, dentro da classe dominante, tanto da “linha dura” como dos que queriam seguir mais rapidamente. Ou seja, politicamente os “institucionalistas” seguiam com a hegemonia do processo, ainda que não houvessem logrado reunificar a burguesia em torno de seu projeto. Tal vitória permitiu-lhes recuperar a iniciativa política, fazendo que, ainda antes de assumir o novo presidente, se avançasse rapidamente no sentido da “institucionalização”: adaptação da Lei de Segurança Nacional aos novos tempos, incorporação modificada do AI-5 à Constituição, etc.

O que essa luta pela escolha do novo presidente expressa é que os distintos setores burgueses em pugna já não se contentavam com que fossem atendidas suas reivindicações econômicas iniciais, fazendo que o enfrentamento entre eles se transferisse progressivamente para o terreno político. A grande burguesia do setor I já não se contentava só em pressionar por incentivos e financiamentos para seu setor: queria o poder do Estado. Por sua vez, a burguesia financeira e a grande burguesia internacional e associada vinculada ao setor III já não se contentavam em ver seus prejuízos compen-

sados por certas concessões econômico-financeiras: tinham que lutar por manter sua hegemonia questionada. Cada qual sentia na pele que um menor controle direto das ações estatais significava um maior controle por outra fração do capital e a possibilidade de ser discriminado na política do Estado: as várias frações burguesas se davam conta de que para defender seus interesses econômicos a questão crucial passava a ser sua representatividade no interior do aparato estatal. Abria-se a luta pela hegemonia política no interior do bloco dominante. A luta de classe interburguesa adquiria uma dinâmica própria.

A RESPOSTA DOS TRABALHADORES E DA OPOSIÇÃO

Enquanto isso, a classe operária e demais setores populares, depois do teste da campanha de reposição salarial de 1977, realizavam sua entrada mais massiva na vida política do país, assumindo mais decididamente a luta por melhores condições de vida e por liberdades democráticas. Se bem a continuação da crise econômica, com o recrudescimento inflacionário e as tentativas de golpes a suas condições de vida, levava à intensificação de suas lutas, por outra parte e crise entre "os de cima" criava mais condições para isso, na medida em que reduzia a capacidade de repressão do regime. Nesse sentido, as jornadas de 1977 foram importante fonte de ensinamentos, ao mesmo tempo em que realizaram o despertar, sacudiam aos demais setores populares. A campanha por reposição salarial foi um importante momento de agitação, que preparou o espírito das massas operárias para as jornadas de 1978; ao mesmo tempo, as gloriosas jornadas dos estudantes em 1977 demonstraram à pequena burguesia que era possível enfrentar-se ao regime, que era possível lutar.

Na classe operária, seu movimento ascendente passou por várias pequenas escaramuças entre fins de 1977 e começos de 1978, levando à grande greve dos metalúrgicos do cordão industrial de São Paulo (ABC paulista) a princípios de 1978, primeiro grande teste do enfrentamento massivo da classe operária com os patrões e o governo na atual conjuntura de crise. A partir de então, o movimento grevista não só começou a estender-se para outras categorias de assalariados como para as demais regiões do país, fato que converteu 1978 no ano de intensas mobilizações sindicais, com a aparição em cena de importantes líderes sindicais, que ainda dentro dos sindicatos oficiais começaram direta ou indiretamente a dirigir o movimento

grevista, conquistando na prática a autonomia sindical. Essa prática começa a construir a unidade sindical a partir de bandeiras de lutas que contribuíam para o avanço do conjunto dos trabalhadores. A maior expressão desse fato em 1978 se deu no Congresso realizado pela CNTI, quando, além de por os “pelegos” contra a parede, os dirigentes e ativistas combativos aprovaram uma série de bandeiras, que deveriam impulsar no movimento sindical.

Em março de 1979, os metalúrgicos do ABC paulista voltam à cena: entram em greve 210 mil metalúrgicos de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema, greve que dura 14 dias e termina com a intervenção governamental no sindicato. Nos primeiros meses desse ano, o movimento se estende para outras categorias sindicais, tais como os condutores e cobradores de ônibus, os metalúrgicos da construção naval, os trabalhadores de postos de gasolina, os lixeiros, os camioneiros, os operários da construção civil, etc. Simultaneamente, se estendia de São Paulo para outros Estados: a onda de greves atingia em agosto de 1979 a outros seis Estados: Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás (além de Brasília), Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Nesse processo, vários sindicatos vão sendo tomados dos “pelegos” por sindicalistas comprometidos com suas categorias, enquanto em outros as anteriores diretorias “pelegas” ou vacilantes iam sendo empurradas para frente por suas bases, forjando assim a unidade sindical que haverá de converter-se numa poderosa Central Única de Trabalhadores.

Estes dois anos também correspondem ao aumento da efervescência nos bairros. O Movimento contra a Carestia realiza vários encontros, onde se intensifica a luta contra a alta do custo de vida. Por outro lado, a atividade de criação de associações de moradores se aprofunda paralelamente com a ativação de muitas já existentes. Mais importante ainda foi que esse movimento se foi expressando na formação de federações de associações de moradores em várias capitais e cidades importantes do país, o que aumenta a luta unitária das populações pobres dos bairros.

Nesse período, a luta no campo também se intensifica. A fins de 1978, os trabalhadores das plantações de banana de Itanhaém, São Paulo, realizam uma importante greve. Em 1979, os canavieiros de Pernambuco também vão à greve, logrando conquistar todas as demandas. A tendência ao aprofundamento das lutas do proletariado agrícola deve-se à intensificação do processo de proletarização dos trabalhadores rurais e às péssimas condições de vida a que os está submetendo o capital, que lhes barra o acesso inclusive aos direitos trabalhistas já conquistados pelo proletariado urbano. Também

intensificou-se a luta dos camponeses em processo de proletarização, estendendo-se do norte e centroeste do país para os Estados da Bahia, Paraná e Rio Grande do Sul. A radicalização de sua luta se revela em que, esgotados todos os expedientes legais, geralmente a luta se transfere para o terreno das armas. A luta dos camponeses por melhores preços para os produtos agrícolas assumiu várias formas. No primeiro Encontro Nacional de Representantes do Povo contra a Carestia, realizado em fevereiro de 1979 em São Paulo, representantes de camponeses da Bahia e de São Paulo pediram que o Movimento contra a Carestia incluísse em sua plataforma a reivindicação de "preços justos" para seus produtos. Porém, a manifestação mais expressiva ocorreu em Santa Catarina naquele mesmo mês: os produtores de tabaco para as companhias Souza Cruz e Philip Morris paralisaram as entregas de tabaco exigindo que se atendessem várias reivindicações, entre elas o aumento de 40% no preço do tabaco. O camponês estava enfrentando-se ao capital como se fosse um proletário, usando a greve, luta tipicamente operária.

Assim, as massas populares do campo tendem a enfrentar-se, de maneira crescente, diretamente com o capital e seu Estado, o que cria a possibilidade de aumentar sua solidariedade. No terreno sindical, também tem avançado a luta no campo. Além da intensificação da criação de novos sindicatos e da sindicalização dos trabalhadores, progressivamente os setores mais avançados vão assumindo a direção da luta sindical no campo, como o expressa a tomada da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco por uma diretoria combativa e a realização do III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais: tanto no Congresso como nos quatro encontros regionais preliminares se levantaram bandeiras de luta desde a autonomia sindical até as liberdades democráticas mais gerais, marcando a entrada das massas rurais na cena política.

Na pequena burguesia, também segue-se aprofundando a reanimação do movimento de massas. Os estudantes realizam várias greves em quase todo o país, assim como vários encontros regionais e nacionais. Prosseguem na reconstrução de suas entidades de base e estaduais, processo que culmina com a reconstrução, contra as leis ditatoriais, em 1979, de sua entidade nacional, a União Nacional dos Estudantes (UNE). Enquanto isso, a pequena burguesia assalariada (os assalariados de "colarinho branco"), dá um importante salto qualitativo em relação ao período anterior em sua luta em defesa das condições de vida: passa a usar crescentemente, como os operários, o instrumento da greve. Entre 1978 e 1979, entram em greve os médicos

de São Paulo e Rio de Janeiro, os bancários de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte, os funcionários públicos de São Paulo, os professores universitários das três universidades estaduais de São Paulo, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e de Salvador e da Universidade Estadual de Rio de Janeiro; os professores do ensino médio do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba, Brasília, Bahia, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Goiás, etc. Todo esse processo repercutiu na criação e recriação de entidades sindicais.

Simultaneamente com suas lutas econômicas, o movimento operário e popular também avança no sentido de assumir mais claramente a luta política por liberdades democráticas. Na prática de suas lutas econômicas, a classe operária e demais setores do povo cada vez mais se enfrentavam às barreiras políticas impostas pela ditadura. E assim tendiam a assumir progressivamente as bandeiras de luta propostas por seus setores mais avançados. Esse mesmo processo de luta vai desvendando aos olhos das massas populares que a não existência das liberdades mais elementares — direito de greve, liberdade e autonomia sindical, etc. — se deve a todo um regime político, baseado na repressão aos amplos setores da população. E assim é que, crescentemente, vão assumindo lutas mais gerais contra esse regime. Foi o que ocorreu com a luta pro-anistia, que, devido ao caráter massivo que foi assumindo, forçou o governo a decretar em 1979 uma anistia que, ainda que parcial, significou uma importante conquista do movimento popular e democrático. Foi o que ocorreu também com a participação direta do movimento popular ao interior da frente de oposições, o então MDB, mudando o caráter inicial de simples voto plebiscitário para uma atitude mais ativa de integração a dita frente, resultando em que, de 189 deputados federais eleitos pelo MDB em 1978, cerca de 80 deles o foram a partir de plataformas mais próximas aos interesses populares.

Vê-se, pois, que, de um lado, a reanimação industrial do período não logrou acabar com a crise, mais bem passando esta a expressar-se de outro modo, particularmente no recrudescimento inflacionário, devendo além disso culminar numa recessão a partir de 1980. Por outro lado, no período, se intensificaram os conflitos no seio do bloco dominante e se aprofundou a reanimação do movimento de massas: agudizava-se a luta de classes no país e aumentava o isolamento da ditadura militar, inclusive como consequência da persistência da crise econômica. Ou seja, a dimensão política da crise, desenvolvida no próprio seio da crise econômica, assumia cada vez maior

preponderância. Além disso, as eleições de 1978 e as amplas mobilizações de 1978 e 1979 mostravam que o eixo da oposição ao regime começava a deslocar-se gradativamente para o movimento popular.

IMPÕE-SE A POLÍTICA DE DELFIM

Frente à persistência da crise e o avanço da luta de classes, a ditadura busca recuperar o tempo perdido. Como vimos, os "institucionalistas" ganham o "round" no terreno político, isolando aos "duros" ou subordinando-os ao seu projeto. Faltava afinar-se na área da política econômica, onde enfrentavam-se à intransigência do Ministro do Planejamento, M. H. Simonsen, que insistia em adotar uma política recessiva, ou seja, uma política anti-institucionalização, já que prejudicava a desejada reunificação burguesa em torno da ditadura. Porém, M. H. Simonsen navegava contra a maré: dificilmente encontraria alguma fração burguesa importante que o apoiasse nessa aventura. Todos queriam reduzir a elevada inflação, porém nunca a custa de seus lucros. Por isso, lhes era mais atrativo o projeto de Delfim Netto: combater a inflação, porém mantendo a expansão econômica lograda em 1978/1979. M. H. Simonsen se vê, pois, isolado e termina caindo do pedestral no segundo semestre de 1979, dando lugar a seu rival Delfim Netto, o qual progressivamente vai eliminando os obstáculos de seu caminho e assumindo a direção do conjunto da política econômica do governo.

Com o caminho limpo, Delfim Netto começou a implementar sua política econômica: tinha que simultaneamente combater a inflação e manter uma certa taxa de crescimento da produção, tarefa difícil num momento em que todas as condições econômicas estavam levando a economia à recessão. Suas medidas econômicas são dadas a conhecer em um discurso do presidente da República de 7 de dezembro de 1979, as quais são logo complementadas com várias outras medidas a princípios de 1980.

Para garantir a expansão, são adotadas medidas de incentivo à exportação (desvalorização cambial de 30%) e à entrada de capital estrangeiro sob a forma de empréstimos (redução do imposto de renda sobre remessa de juros de 12,5% para 1,5%), assim como de captação de excedente econômico da agricultura de exportação para transferí-lo para outros setores (criação de um imposto sobre exportações agrícolas, que compensaria seus lucros com a desvalorização cambial). O desincentivo às importações que poderia resultar da desvalorização cambial foi compensado com a extinção de medidas

protecionistas existentes antes (depósitos prévio sobre valor importado e lei de similar nacional), medidas necessárias para atender às pressões imperialistas.

Supostamente garantida a expansão econômica, vem o arsenal de medidas de combate à inflação: 1) combate ao deficit público crescente: fim dos subsídios às exportações, fim gradativo do crédito subsidiado, redução do orçamento federal, redução dos gastos das empresas estatais; 2) controle direto sobre os preços: busca de “diálogo” com os empresários ou, no caso de que isso não funcionasse, sanções para os empresários que pratiquem preços considerados exorbitantes (suspensão de crédito pelos bancos oficiais, tentativa de que os bancos privados façam o mesmo e exame das declarações de imposto sobre renda dos últimos anos); 3) restrição da demanda: redução dos gastos públicos, determinação de que o crédito só aumente em 45% em 1980 e os meios de pagamento em só 50% (lembre-se de que a taxa inflacionária acercou-se aos 80% em 1980).

Do arsenal de medidas não escapou a área salarial. Como bom tecnocrata a serviço da burguesia, Delfim Netto afirma que o fato de que os trabalhadores hajam impedido nos últimos anos uma baixa significativa do salário real se constitui em um determinante da inflação. Em realidade, a origem do recrudescimento inflacionário está na queda da taxa de lucro, determinada pela elevação acelerada da composição orgânica do capital e a remessa de mais-valia para o exterior (sob as formas de lucro, juros, royalties, etc.), em cuja situação os empresários buscam elevar seus preços tentando escapar de dita lei “eterna” do capital. Daquilo que não podem escapar coletivamente, buscam fazê-lo individualmente, em especial os grandes monopólios. A política salarial que impulsa o governo não é só para controlar a inflação, senão sobretudo para restaurar as condições de valorização do capital. Ao mesmo tempo em que Delfim Netto buscava convencer aos dirigentes sindicais de um “pacto de cavalheiros” para a suspensão das greves por dois anos, o governo se preparava jurídica e materialmente para enfrentar-se à onda grevista e estabelecia uma política salarial que, de fato, resultava na contenção dos salários reais.

Essas são as medidas de “distensão” no terreno econômico. No terreno diretamente político, o governo também avança nesse fim de década. Vimos que um dos objetivos de seu projeto político consistia em reunificar o bloco dominante. Para isso, devia aumentar seus canais de expressão no interior do aparato estatal, o que implicava aumentar o poder do parlamen-

to e permitir que se criassem mais partidos burgueses. Para atender a essa necessidade, o governo patrocinou uma “reforma partidária” que extinguiu o bipartidarismo. Vimos antes que a unidade do movimento popular estava-se expressando progressivamente em sua influência crescente ao interior da frente oposicionista, levando esta a um enfrentamento mais combativo com o regime. Buscando isolá-lo, a lei de “reforma partidária” teve como ponto essencial a extinção legal do MDB: com isso, o governo buscava atrair para si a ala burguesa liberal da frente a fim de realizar a tão desejada reunificação burguesa e o isolamento político do movimento popular.

INSUCESSO E FRUSTRAÇÃO DA POLÍTICA DE DELFIM

Entretanto, ao contrário do que podem pensar os mais incautos, esse pacote de medidas econômicas e políticas dificilmente poderia levar à consecução do objetivo governamental de superar a crise, reunificar a burguesia e isolar o movimento operário e popular. As medidas econômicas, para lograr a retomada da expansão econômica, exigem que se concretizem a contenção salarial, a intensificação das exportações e a entrada de capital estrangeiro, assim como a possibilidade de apropriação de excedente econômico agrícola para transferi-lo a outros setores. Quanto à contenção salarial, esta não é uma variável de total controle do governo: seu comportamento vai depender da capacidade do movimento operário e popular para defender suas condições de vida. Vimos que a tendência geral desse movimento tem sido, com altos e baixos, de reanimação e de incremento de sua capacidade de resistência. Sobre o aumento das exportações, vimos já antes que, numa situação de recessão mundial, se torna impraticável o logro desse objetivo. As exportações podem até crescer a ritmo relativamente elevado, dada a diversificação do mercado, mas o limite desse crescimento será rapidamente alcançado. O mesmo passa com a apropriação do excedente agrícola, já que este depende da possibilidade de exportação de produtos agrícolas. Finalmente, sobre a entrada de capital estrangeiro de empréstimo, as tentativas do governo brasileiro nesse terreno a princípio de 1980 não tiveram êxito, já que os banqueiros internacionais reduziram sua confiança na capacidade de pagamento brasileira. Por isso, no governo brasileiro se admitia já a possibilidade de recorrer ao FMI, que, como se sabe, impõe severas condições, entre as quais uma política recessiva como forma de combate à inflação.

O recurso ao FMI serve não tanto como forma de obtenção de fundos — já que os fundos de que o mesmo dispõe jamais seriam suficientes para solucionar problemas de um país do porte do Brasil —, mas sim como avalista junto aos banqueiros internacionais.

Pois bem, se as medidas que levariam a manter o crescimento da produção não funcionam, por limitações que não dependem da genialidade do ministro Delfim Netto, sim funcionariam as medidas de restrição da demanda (de combate à inflação), principalmente a redução dos gastos públicos, do crédito e dos meios de pagamento. A possibilidade de recurso ao FMI, aberto ou disfarçado, haveria de intensificar ainda mais essas medidas. A implementação dessas medidas, ao restringir a demanda das empresas, haveria de reduzir suas taxas particulares de lucro e sua capacidade de acumulação, agravando a situação a que as mesmas leis econômicas já as estavam conduzindo, como vimos com anterioridade. Simultaneamente, o fim dos subsídios ao crédito reduziria ainda mais os lucros das empresas, assim como a liberação da importação de bens de capital reduziria o mercado para essa indústria e deprimiria sua capacidade de expansão. Assim, o que restaria do “pacote” de Delfim Netto seriam precisamente as medidas recessivas, identificando, ao fim e ao cabo, o resultado de sua política à que queria implementar seu rival M. H. Simonsen. As leis do capital impõem seus limites à demagogia dos tecnocratas.

A diferença entre A. Delfim Netto e M. H. Simonsen passa a ser o fato de que, enquanto este assumia publicamente a necessidade de uma política recessiva, aquele seguia apregoando aos quatro ventos que, ainda que a atividade econômica estivesse caindo, não haveria recessão. Talvez sem desejá-lo o fato de expressar os mesmos interesses levou Delfim Netto a encontrar-se com M. H. Simonsen ao final do caminho. Enredado em sua impotência para enfrentar-se exitosamente às leis do capital, não lhes resta outra coisa que fazer demagogia, a qual, às vezes, se vê forçado a mesclar com declarações “pessimistas”, como esta: “um combate à inflação é para 5 anos, 6, 12, 14 anos, não sei quantos”. Sua demagogia é política: quer infundir confiança ao empresariado. Porém, a mentira tem pernas curtas: não impede aos empresários de perceber que seus lucros estão diminuindo. E muitos deles responsabilizam ao governo por esse fato: já que foi ele quem retirou o crédito subsidiado, restringiu a demanda, controlou os preços, liberalizou a importação de bens de capital, etc. Por tudo isso e mais pela lentidão do processo de institucionalização, ainda as frações burguesas que estão de acordo

com esse projeto seguirão inquietas e a tendência é persistir o isolamento da ditadura, o qual dever-se-ia agravar com a emergência da recessão inevitável. A tendência a radicalizar-se na luta contra a ditadura do conjunto do movimento popular haveria de persistir no período seguinte, principalmente porque, em sua luta por melhores condições de vida e por impedir os efeitos nocivos do agravamento da crise, teria que enfrentar-se crescentemente com a política repressiva do governo, a qual buscará fazer valer a política de contenção salarial, definida como fundamental para eliminar a crise.

AS TRANSFORMAÇÕES NECESSÁRIAS

O que demonstra a análise anterior é que, com medidas superficiais, é impossível superar a profunda crise estrutural que vive o país desde 1974. A persistirem a situação descrita e a política adotada pelo governo, o resultado será necessariamente a recessão e o agravamento da crise em todos os sentidos. A saída desta crise supõe a adoção de medidas que não toquem no fundo das contradições que a geraram. Supõe o rompimento com a dependência de nossa economia em relação aos centros imperialistas: congelamento da dívida externa, nacionalização das multinacionais, diversificação do mercado externo; supõe a extinção da especulação financeira: nacionalização dos bancos e a aplicação dos recursos financeiros naqueles setores de verdadeiro interesse nacional; solução do abastecimento alimentar e de matérias primas: solução do problema agrário, mediante a reforma agrária e a adoção de uma política agrária que proporcione crédito e assistência técnica e comercialização justa da produção rural; solução do desenvolvimento "desproporcional" entre os setores da produção: conversão de parte da indústria automobilística para a produção de veículos coletivos, desenvolvimento da indústria de bens de capital e insumos básicos, assim como da indústria de bens de consumo popular; fim dos deficits e do endividamento do Estado: aplicação de uma política fiscal que taxe os grandes empresários e os proprietários de patrimônio, com isenção progressiva dos assalariados, o que permitiria a adoção de uma política de gastos sociais; melhoria das condições de vida da população: política de melhoria salarial e de benefícios sociais, o que, ademais, possibilitaria a ampliação do mercado interno.

A evolução da economia e da sociedade brasileira no período posterior à apresentação de nossas teses (1980), só tem vindo a confirmar a necessidade das modificações acima sugeridas.

A realidade dos últimos 18 anos e, particularmente, dos últimos 8 anos de crise já se encarregou de revelar-nos que o atual regime que domina o país não adotará o conjunto de medidas acima expostas. Conseqüentemente, há evidências sobrando de que dificilmente se sairá da crise nos marcos do regime atual. Isso porque o mesmo é unha e carne com os setores que seriam prejudicados com aquelas medidas: os monopólios imperialistas, os banqueiros e os latifundiários. Os mesmos setores que se locupletaram com as benesses dos dourados anos do "milagre" e seguem se beneficiando durante a crise. Assim, a solução da atual crise por que passa o nosso país depende do fim da ditadura militar e da instauração de um novo governo que expresse os legítimos interesses nacionais e populares. Só um governo desse tipo e que tenha amplo respaldo popular será capaz de adotar as medidas de fundo que requer a economia brasileira para sair do atoleiro em que se encontra.

ASPECTOS CONTEMPORÂNEOS DA QUESTÃO INDÍGENA ★

Gustavo Lins Ribeiro ★★

O objetivo central deste trabalho visa fornecer subsídios que ajudem a situar a trama complexa da questão indígena atual. É evidente que não temos a pretensão de cobrir todos os problemas com que se defrontam as populações indígenas, mas apenas tentar localizar pontos que contemporaneamente chamam a atenção de quem quer que esteja atento ao destino dos índios.

Como método expositivo dividimos o que segue em duas seções que dizem respeito aos últimos movimentos relativos aos dois lados da questão indígena, isto é, a sociedade brasileira e as diversas sociedades indígenas em conflito com ela. Devemos reconhecer a influência do pensamento do professor Roberto Cardoso de Oliveira, notadamente do seu discurso "Teses sobre o Indigenismo Brasileiro", proferido na Universidade de Brasília por ocasião do recebimento do "Prêmio Internacional para a Promoção do Entendimento Humano-1978", concedido pela "Organização Internacional pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial". No final do texto, dedicamo-nos, ainda que rapidamente, uma terceira seção, a propor uma definição de minoria social e a procurar entender melhor porque a discussão indigenista ainda permanece quase que totalmente estranha a várias áreas da intelectualidade brasileira.

★ Trabalho apresentado no "Seminário Sobre Minorias sociais" em 28 de maio de 1981, realizado em Campina Grande — Paraíba. Trata-se de texto corregido de uma versão preliminar publicada no No. 21 (abril-junho) do "Boletim de Ciências Sociais", do Mestrado em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

★★ Antropólogo, professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFPb C. Grande.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano I	Nº 1	pgs. 45 - 54	jul. - dez./ 1982
-------------	----------------	-------	------	--------------	-------------------

A SOCIEDADE NACIONAL BRASILEIRA

Como se sabe, a dominação que exerce a sociedade brasileira sobre as populações indígenas não é recente. Ao contrário, desde a chegada dos primeiros colonizadores a estas terras, os nativos que aqui se encontravam têm sido vítimas de todos os tipos de violências. Estas variam das culturais, como o “desrespeito” às formas de produzir e pensar diversas àquelas do colonizador, até às físicas, com o conseqüente extermínio da maior parte da população que secularmente habitava a região. Salientemos que estes “tipos” de violência entrelaçam-se e constituem aspectos de um mesmo processo. Muitas vezes, para cometer uma violência cultural a violência física foi usada e muitas vezes uma violência física aparece como apenas uma violência cultural.

Toda vez que a sociedade “branca” adentrava ou se interessava por um novo território, foram as sociedades indígenas que pagaram os preços mais altos da expansão. Mais contemporaneamente, desde os kaingang que no princípio do século foram vítimas de violentos ataques no sul do país para a construção de uma ferrovia, até os parakanã, waimiri-atroari, yanomami, nambiquara, por exemplo, os índios vêm sendo alvo das facetas mais negativas da nossa sociedade por se encontrarem diante do gigantesco e poderoso trator que a tudo derruba sem consideração, e que é mais conhecido como desenvolvimento econômico.

Apesar do conflito que vem levando ao desaparecimento sistemático dos indígenas ser da idade da história do nosso país, ele só eventualmente é alçado ao nível de questão nacional. E isto só ocorre quando acontecem fatos que provocam o posicionamento de setores mais esclarecidos da sociedade brasileira — como massacres, por exemplo. De certo modo, tudo se passa como se o aparecimento em cena do índio concreto, envolvido num conflito de vida ou morte pela sobrevivência de sua sociedade e de sua cultura, rompesse o esquema de sua imagem genérica na sociedade nacional: o índio símbolo de brasilidade ou de romântico relacionamento com a natureza. Falamos que aqui era terra dos Cariri, mas não nos perguntamos onde foram parar os Cariri.

Recentemente a questão do índio veio à tona como grande questão nacional mobilizando a sociedade civil. O Estado, que de há muito vem sendo discutível tutor, através da Fundação Nacional do Índio — FUNAI (ex-Serviço de Proteção aos Índios), passou a mostrar-se bastante interessado em

desvencilhar-se do problema que representam os índios que manipulam boa parte dos aparatos sócio-culturais de nossa sociedade, sendo lideranças políticas junto às suas comunidades e gozando da tutela garantida por lei. Trata-se do Projeto de Emancipação dos Índios que se espera devidamente fora de questão desde 1978. Este projeto abria uma brecha onde as comunidades ou indivíduos indígenas — sobretudo, acredita-se, aqueles que mais veementemente se posicionam pela continuação de suas sociedades e culturas — passariam a ter as condições de brasileiro comum, isto é passível de todos os rigores da legislação de nossa sociedade. Além disso, a Emancipação viria também acompanhada da possibilidade da venda das terras tribais — o ponto mais central de todo conflito relativo à questão indígena. Não é difícil de imaginar o que representaria para os grupos indígenas a venda de suas terras obedecendo à lógica da acumulação capitalista e não à de suas economias. Via-se este como o último e fatal golpe dado a dezenas de comunidades.

É, então, no bojo dessa questão da emancipação, que a consciência nacional — principalmente nas grandes capitais — se levanta e começa | por todo o país um grande movimento contra o Projeto de Emancipação dos Índios. É interessante frisar que este movimento parte de entidades da sociedade civil e, num sentido amplo, forma-se e cresce extra-partidos políticos existentes. São entidades da sociedade civil principalmente ligadas à intelectualidade. Os antropólogos, formando o setor socialmente visto como abalizado para opinar cientificamente sobre a questão indígena, tiveram papel importante. De importância também foi a atuação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) da Igreja Católica. Desta forma, grandes concentrações a favor do direito dos índios foram realizadas em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

Já se notava anteriormente no país o surgimento de algumas entidades da sociedade civil congregando grosso modo profissionais liberais, professores, jornalistas e estudantes, que tinham por objetivo especificamente trabalhar pela causa indígena. Mencione-se, por exemplo, a ANAÍ — Associação Nacional de Apoio ao Índio, fundada em Porto Alegre, em 1977. Com a questão da emancipação, na qual se engajaram as entidades já existentes, houve como um sopro de consciência na opinião pública nacional sobre a gravidade da situação das diversas nações indígenas. O resultado foi o surgimento, a partir do movimento contra a emancipação, de diversas entidades no país inteiro. Em 1979 cresce o interesse pela causa indígena bem como o número dos nela diretamente engajados. Ao que tudo indica, 1979 foi o ano — no

rescaldo da questão da emancipação — do pique nacional de organização da sociedade civil no tocante à questão indígena. Passam a existir no país, de Norte a Sul, diversas ANAIs, Comissões Pró-Índio (como as do Rio de Janeiro e São Paulo), Grupos de Apoio ao Índio, Grupos de Estudo da Questão Indígena, etc. A questão chegou a sensibilizar políticos que começaram a colocar mais intensamente na pauta de preocupações dos seus partidos a responsabilidade do Estado face aos grupos indígenas. Atualmente, existe no Congresso Nacional uma sub-comissão encarregada de assuntos indígenas. Em 1980 surge uma nova e importante entidade em Brasília. A Sociedade Brasileira de Indigenistas (SBI), de existência curta mas não por isso menos marcada por grandes conflitos. Trata-se de uma entidade formada por indigenistas vinculados ao órgão oficial e que, com sua prática com os índios, tinham adquirido uma forte perspectiva de defesa das nações indígenas a partir da ótica dessas populações. Em meados de 80, praticamente todos os membros da SBI em conflito com a administração da FUNAI, são demitidos por terem subscrito uma carta ao Ministro do Interior onde, entre outras coisas, afirmavam a incompetência do presidente do órgão tutelar e alertavam para a dramaticidade da questão indígena. Esta talvez tenha sido a última grande crise interna que o órgão do Estado passou. Sem dúvida, a saída desses indigenistas acaba por implicar, em última instância, em mais prejuízos para as diversas comunidades indígenas, já que uma das maneiras mais centrais do indigenismo construir-se passa basicamente por uma experiência histórica no tratamento dos problemas daquelas comunidades.

O quadro atual da situação indígena continua, obviamente, sendo dramático. No entanto, dentre todos os grandes e fatais problemas que as diversas nações indígenas vêm atravessando hoje, existem dois da maior relevância, ainda sem uma solução satisfatória e que têm encontrado eco nacional e internacionalmente. Trata-se dos casos nambiquara e yanomami,

Os nambiquara, que no começo do século, contavam aproximadamente 10.000 indivíduos, estão reduzidos a cerca de 600, como resultado do processo de expansão da “nossa” sociedade sobre suas terras, localizadas no Mato Grosso. Hoje, os últimos dos nambiquara encontram-se na iminência de total extermínio, segundo indigenistas e antropólogos, por força da construção da rodovia BR-364 que liga Cuiabá a Porto Velho. De fato, já é por demais veiculado o efeito destruidor dessas grandes obras como estradas e represas hidrelétricas (lembremos Tucuruí, no Pará, e Balbina, no Amazonas)

para as sociedades indígenas que habitam as regiões onde se realizam as construções. Entretanto, nunca é demais lembrar que o desaparecimento de uma sociedade humana inteira (o que obviamente acontece quando desaparecem os últimos dos seus membros) representa um terrível crime contra a humanidade, sem paralelo aos cometidos contra a natureza, como as destruições ecológicas que implicam em desaparecimento de espécies vegetais ou animais. De fato, o desaparecimento de qualquer sociedade humana deve ser visto como o desaparecimento de uma complexa forma de vida, composta por indivíduos concretos, que de maneira nenhuma ressurgirá no Planeta. É isto que está por acontecer com os nambiquara.

Já no que toca aos yanomami ainda se está longe de chegar a este ponto, uma vez que a presença da sociedade brasileira nas terras distantes de Roraima e Amazonas, na fronteira com a Venezuela, é ainda muito pequena. Entretanto ela já se fez e faz notar com a construção, em 1974, da Perimetral Norte (Br-210), que corta o território tradicional yanomami com implicações fatais para esses índios. Além disso, uma grande frente de expansão formada por garimpeiros que vão em busca de grandes jazidas de cassiterita, na Serra dos Surucucus, vai levando esses índios ao quadro típico dos primeiros momentos do contato: depopulação causada por enfermidades como tuberculose e doenças venéreas. Cabe-nos perguntar, o que há de particular com os yanomami que os coloca como um dos focos da atenção indigenista até agora? É justamente o fato desta ser a última das nações indígenas com uma grande população (do lado brasileiro cerca de 8.400 índios) basicamente vivendo de acordo com as suas formas tradicionais. Preocupado com o futuro próximo deste povo, um grupo formou uma 'Comissão Pró-Criação do Parque Indígena Yanomami', com sede em São Paulo. Em 1979, uma proposta de alto nível, com excelente mapeamento geográfico, demográfico e sócio-cultural dos yanomami, foi elaborada por essa comissão que desencadeou uma campanha nacional e internacional pró-parque. O projeto de qualidade irreprochável foi entregue ao Ministério do Interior que até hoje, efetivamente, não providenciou a criação do Parque Indígena.

Colocados, ainda que superficialmente, alguns dos principais movimentos realizados na nossa sociedade, tentemos ver, agora, o outro lado da questão.

AS SOCIEDADES INDÍGENAS

Parece-nos que o fato mais importante que vem acontecendo nos últimos anos é o aumento da consciência dos índios com relação aos seus problemas. Observa-se o aparecimento de várias lideranças saídas de contextos diferentes mas que guardam entre si uma semelhança muito importante e que merece nossa maior atenção. Lutam por duas coisas básicas e relacionadas entre si: a) o direito de ser e continuar sendo índio, isto é, uma sociedade, uma cultura, uma identidade étnica, diferentes da sociedade nacional abrangente; b) o direito de serem sujeitos dos seus próprios destinos, isto é, o que se denomina a auto-determinação das nações indígenas. Estes dois pontos encontram uma mesma resistência por parte do Estado brasileiro, na atual conjuntura e, provavelmente, em outras conjunturas se esbarraria no mesmo problema. O núcleo da resistência do Estado e essas proposições feitas por lideranças indígenas em reuniões que vêm ocorrendo pelo país, é muito mais simples e, talvez por isso, muito mais enraizado do que se possa imaginar. Admitir que os índios são nações distintas da nação brasileira, feriria a soberania nacional. Como se poderia admitir que dentro do país tivéssemos nações distintas que rompem a unidade nacional tanto em termos do território quanto em termos políticos? Aí reside o verdadeiro calcanhar de Aquiles, a partir do qual o Estado brasileiro deve — não é impossível de se imaginar — até classificar como impatriótica a colocação desta questão ao nível de contradições que devemos respeitar, entender e conviver, sob pena de cometermos genocídio ou etnocídio. Não se trata de colocar em xeque a soberania nacional brasileira. Quando se veicula a ideia de ‘nações indígenas’ não é isto que está em jogo. Trata-se sim de considerar as diferenças existentes na nossa realidade social e cultural sem querer desconhecê-las ou apagá-las. Isso é o que vem sendo chamado de **pluralismo cultural** que aponta para a necessidade urgente de saber conviver com as minorias étnicas que compõem uma nação formada num processo de expansão colonial.

A questão do respeito pelo Estado da existência de minorias étnicas com características que se desviam do modelo “ideal” homogeneizador, é pertinente também a formações econômicas que não sofreram um processo colonialista (enquanto objeto) mas que têm sob a mesma nação populações com tradições culturais distintas. Vejam-se os já tão falados casos da Espanha ou da China, entre outros. Claro que em alguns exemplos concretos, coisa

que a pesquisa antropológica e sociológica poderia dizer, alguns dos conflitos que aparecem como questões étnicas ou de minorias étnicas ou sociais, podem estar sendo guiados por questões econômicas que assumem a aparência de étnicas. Tal fato não tira a importância da questão étnica, já que ela seria então a aparência que dá a razão política para os agentes sociais. Chama a atenção, no entanto, para uma investigação ao nível da ideologia de como um conflito econômico pode revestir-se de uma determinada forma que esconde suas razões.

Retomemos o eixo da nossa discussão lançando mão da definição de pluralismo cultural que nos dá Roberto Cardoso de Oliveira quem, para chamar a atenção mais ainda para o assunto, propõe a mudança do nome da FUNAI, Fundação Nacional do Índio, para Fundação das Nacionalidades Indígenas (substituindo-se desta forma um colonialismo interno por uma diplomacia interna). A definição de pluralismo cultural dada por este autor é a seguinte: “não apenas a aceitação pela sociedade de uma ideologia pluralista, mas a promoção pelo Estado da diversidade dos modos de ser, isto é, de existir, de fazer e de pensar, como opções tão legítimas quanto aquelas consideradas expressivas do brasileiro moderno, letrado e pre-destinado ao desenvolvimento”.¹⁾

Vejamos agora mais de perto outro aspecto importante dos encontros de lideranças indígenas. O ponto que nos interessa é que, nestas reuniões, índios provenientes de diferentes sociedades de várias regiões do país se dão conta de que têm atributos e relações em comum que os constituem numa única e grande categoria formada por elementos diversos e que é definida pela sociedade brasileira: o índio. De certo modo, poder-se-ia dizer que estamos diante da “mesma” categoria índio genérico veiculada na sociedade nacional para designar o “índio brasileiro” e que sabemos tratar-se de um rótulo homogeneizador das diferenças existentes entre as distintas sociedades indígenas que habitam o território brasileiro. Existe, no entanto, uma diferença fundamental nos movimentos que constituíram esta categoria, aparentemente igual, que supomos usada por índios e brancos. O índio genérico foi construído pelo branco através do desconhecimento das diferenças que definem a multiplicidade das populações indígenas no território brasileiro e passou, via Estado, a ser um instrumento homogeneizador

1) *CARDOSO de Oliveira, Roberto: Teses sobre o Indigenismo Brasileiro, mimeo, Departamento de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, p. 8.*

de dominação. O **índio genérico** que supomos existir por trás de organizações feitas por **lideranças indígenas nacionais** (isto é, que cobrem a nação brasileira) como a União das Nações Indígenas (UNIND), é uma categoria construída a partir do reconhecimento de que as diferenças das populações indígenas esbarram num único e mais determinante conflito condensado no feixe de contradições mantidas por estas populações com a sociedade brasileira e seu Estado. Ao reconhecer as diferenças existentes entre os conflitos mantidos entre a sociedade brasileira e os, por exemplo, kaingang, os yanomami, os xavante, as lideranças indígenas foram percebendo que algo de comum existia entre esses conflitos e os unificava: o Estado brasileiro representando segmentos da sociedade brasileira que se expande necessitando transformar as terras indígenas em terras com valor econômico no mercado nacional. Para se contrapor a esta unificação do “lado brasileiro” só restaria a união do “lado indígena”. Muitas diferenças então são pensadas em termos dos problemas comuns — que remete para a questão do índio genérico — mas sem homogeneizar de todo as diferenças, o que nos é sugerido pela persistência da própria concepção de **nações indígenas**, e não de **nação indígena**.

Cabe-nos perguntar, seguindo o espírito deste texto, numa direção muito mais exploratória do que como certeza, se as figuras de **lideranças indígenas nacionais** não remetem para a imagem de **índio genérico** construída agora a partir dos próprios índios mas que também é veiculada pela sociedade brasileira. Aqui é exemplar a figura do conhecido líder xavante que se tornou tão célebre com a sua atividade política que é candidato a deputado federal por um Estado bastante distante das terras de sua tribo e da maioria das tribos que vivem o cotidiano dos conflitos.

Do lado das diferentes sociedades indígenas, portanto, o que nos parece mais significativo na questão indígena atual é, além da questão das diversas nacionalidades indígenas, o surgimento da figura do líder **índio nacional** e, em torno destas lideranças, o nascimento de uma **federação indígena**. Já nos referimos à UNIND — União das Nações Indígenas. Esta entidade puramente indígena surgiu em Brasília na Semana do Índio de 1980 e foi como que confirmada em Campo Grande (Mato Grosso do Sul) num encontro que reuniu indigenistas e lideranças indígenas. A falta de habilidade com que a FUNAI tem tratado este dado novo mostra bem a importância deste tipo de entidade.

MINORIAS SOCIAIS: ALGUMAS QUESTÕES

Esta última seção nos parece necessária pois chama a atenção para especificidades vinculadas à questão indígena. Diante de certas incompreensões relativas ao seu entendimento e ao seu tratamento como uma minoria social, preocupamo-nos em discutir, ainda que rapidamente, alguns pontos centrais. Deste modo, propomos, como definição passível de ser aperfeiçoada, que consideremos como **minorias sociais** todo grupo na sociedade que está forçado por quem o domina a negar suas formas de existir, produzir e/ou pensar. Um grupo que está obrigado a não ser, (e/ou) a desaparecer, (e/ou) a não estar na história, (e/ou) a se travestir numa forma transfigurada do outro que o domina. Uma definição que se preocupasse com esses aspectos nos permitiria pensar enquanto minorias as que tradicionalmente são incluídas neste rótulo e talvez outras, como, quem sabe, as **crianças**. Gostaríamos de considerar as crianças como uma **minorias social transitória**, já que com a passagem do tempo os indivíduos saem desta categoria e entram para o mundo dos adultos. Talvez sejam uma minoria que se submeta a uma das maiores dominações existentes porque nunca podem ter um seu membro reconhecido como legítimo representante dos seus direitos. O discurso infantil — sempre interpretado por especialistas — não é reconhecido como legítimo a não ser que esteja utilizando quadros de referência dos adultos, quando, então, já deixou de ser infantil.

A questão das minorias nos leva a crer também que o pensamento sociológico tem trabalhado basicamente a seguinte “equação”: o macho + adultos + branco + trabalhador + de dia. Consideremos que muitas coisas importantes para o cotidiano social existem em espaços, em práticas, em interstícios que não encontramos necessariamente nesta “equação” vista como um todo nem em seus termos. Deste modo, somos tentados a pensar uma “matemática” que postule problemas que nos levem a trabalhar o inverso da totalidade da equação ou cada um dos seus termos isoladamente. Pensar: o não-macho + não-adulto + não-branco + não-trabalhador + de noite.

Por outro lado, e finalmente, tomemos a questão de porque para algumas discussões a questão das minorias adquire caráter secundário, de segundo plano e algumas vezes é pensada até como cortina de fumaça para desviar a atenção dos conflitos principais. Parece-nos que a análise de cada minoria social deve engendrar respostas específicas a esta questão. Atenhamo-nos

apenas à questão indígena. No tocante a esta tudo faz crer que tal tipo de raciocínio vincula-se a uma lógica de análise política que quando não é meramente pragmática ou seja, o número de votos que a questão pode proporcionar, parece guiada por um sociologismo ou um reducionismo vinculados a um aspecto quantitativo e a um aspecto qualitativo. No caso específico dos índios o aspecto quantitativo é sempre a alusão ao pequeno número de indivíduos índios em comparação ao número enorme de indivíduos da sociedade brasileira que estão na mesma situação de oprimidos. Diz-se então: são apenas 150, 200 mil índios em contraposição a milhões de operários e camponeses. O aspecto qualitativo deste reducionismo sociológico de que falamos tem duas faces: a primeira, que diz ser inevitável o desaparecimento das sociedades indígenas face ao desenvolvimento do capitalismo no país, deixa de levar em consideração as lutas concretas levadas pelos indígenas no Brasil no sentido de permanecerem sujeitos de si mesmos e da história de suas sociedades. Além disso, em outros países onde o desenvolvimento das forças produtivas alcançou sociedades isoladas com formas “menos” complexas de produção, vários destes grupos seguiram mantendo o que vem sendo chamado de identidade étnica, e têm reagido no cotidiano político-econômico de suas vidas levando em consideração questões étnicas. A segunda face do aspecto qualitativo deste reducionismo sociológico é aquela que diz que índio não é força social transformadora de toda a sociedade, portanto é questão secundária. Para este ponto tanto quanto para o aspecto quantitativo — “são apenas 200 mil índios” — cabe lembrar uma especificidade central no que toca à questão indígena: a contradição que rege esta questão, que é o motor desta questão, seu conflito principal, não resulta numa superação mas numa destruição. O que quer dizer isto? Simplesmente que as sociedades indígenas em contato com a sociedade brasileira correm o risco concreto e evidente de serem destruídas física e culturalmente e não de superar a sociedade brasileira numa síntese mais desenvolvida.

“Estranhamente”, voltamos a bordejar a questão de crimes contra a humanidade.

O MÉTODO HISTÓRICO EM ETNOLOGIA: EVANS-PRITCHARD E LÉVI-STRAUSS ★

Gilda de Castro Rodrigues (★★)

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é discutir, através da obra de Evans-Pritchard e de Lévi-Strauss, o uso de dados históricos na análise da sociedade e da cultura, identificando os problemas que surgem da fusão da perspectiva histórica com a perspectiva etnográfica, ao abordar as duas situações básicas encontradas pelos antropólogos: as “sociedades primitivas” que não dispõem de escrita, e as “sociedades complexas”, área recentemente explorada pela Etnologia.

CONSIDERAÇÕES DO PROBLEMA DURANTE O DESENVOLVIMENTO DA ETNOLOGIA

No século passado, a sociedade europeia considerava que o seu modo de vida seria a expressão máxima do desenvolvimento humano. Houve então o interesse em esclarecer a sua longa trajetória, desde quando viviam em “estado de selvageria”, inclusive para demonstrar a sua capacidade superior frente a povos mais “atrasados” que não conseguiam a mesma velocidade no processo irremediável de progredir. Para isso, passaram a investigar as ‘sociedades primitivas’ existentes na época, tomadas como exemplos concretos dos primeiros estágios que os “civilizados” teriam vivido milhares de anos atrás. Surgia assim a Etnologia, com o objetivo de comparar sociedades, identificando o período em que cada uma se encontrava, dentro do modelo unilinear de evolução cultural, proposto por Lewis Morgan em seu livro

★ *A versão original deste artigo foi redigida ao final do curso de História da Antropologia II, realizado com o Dr. Roque de Barros Laraia (Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília) a quem agradeço pelas sugestões dadas naquela época (1976).*

★★ *Professora do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal da Paraíba, Campus de Campina Grande.*

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano I	Nº 1	pgs. 55 - 70	jul. - dez./ 1982
-------------	----------------	-------	------	--------------	-------------------

'Ancient Society' (1877). Para a realização desse trabalho, partiam de dados colhidos nas "sociedades primitivas" e de documentos históricos ou arqueológicos esparsos, que apresentavam técnicas discutíveis de coleta. As deduções elaboradas a partir desses indícios frágeis, que seriam a base para uma explicação geral da sociedade e para a identificação de princípios que regeriam o desenvolvimento de todas as sociedades, levaram antropólogos posteriores de uma linha rigidamente empiricista a negar o valor que a reconstrução histórica teria para a Etnologia. Sua proposta era de que, ao realizar pesquisas em sociedades que não dispusessem de documentos dos fatos ocorridos anteriormente, o pesquisador deveria se concentrar naquilo que pudesse observar diretamente para se ajustar às exigências do método científico. A validade dos dados era apreciada a partir da observação daqueles princípios, o que eliminava a utilização do método histórico enquanto se estudasse "sociedades primitivas". Assim, os antropólogos se concentraram nos fatos ocorridos durante a pesquisa, não importando a evidência de outros elementos que intervinham ou tivessem intervido para que as coisas chegassem a ser como eram. Além disso, as sociedades tribais deveriam ser estudadas por elas mesmas e não como "laboratórios" que apresentassem como a sociedade européia teria vivido anteriormente.

Este corte metodológico da seqüência temporal era praticado porque o antropólogo não estava instrumentalizado para a análise, dentro dos modelos do positivismo, na falta de elementos evidentes que testemunhassem fatos anteriores à sua chegada ao local de trabalho. Ele estudava sociedades que não tinham materiais objetivos que traduzissem os acontecimentos anteriores. Logo seria necessário eliminar os elementos que pudessem levar a conjecturas e trabalhar apenas com os fatos que pudesse observar diretamente.

Apesar dessa limitação, houve o desenvolvimento de uma metodologia para explicar amplamente uma sociedade, trazendo elementos que proporcionavam uma noção global e profunda de todos os aspectos da vida social. Através de etnografias detalhadas, apresentava-se um grande número de informações seguras, por terem sido obtidas em contatos prolongados do pesquisador com o grupo. A observação e o registro dos acontecimentos cotidianos, mesmo que aparentemente fossem de pouca importância para a análise das relações sociais, eram realizados cuidadosamente. Houve o desenvolvimento de uma sutileza sem paralelo nas outras ciências humanas, para indagar sobre a realidade social de seus informantes e que seriam fundamentais para a análise da organização social. Essa orientação teórica ficou conhe-

cida como funcionalismo, pois se analisava a sociedade humana por analogia a seres vivos e que, através da interligação das funções de suas partes componentes, formasse um todo único e ajustado.

Assim, os pesquisadores que consideravam a Etnologia mais próxima das ciências naturais, não usavam a análise histórica, ao estudar sociedades ágrafas. Pretendendo descobrir leis que regessem o comportamento social, não se interessavam por acontecimentos individuais de uma determinada sociedade e acreditavam que um estudo sincrônico era plenamente satisfatório, pois a sociedade, sendo um “organismo”, encerraria em si todos os elementos que poderiam levar à sua explicação.

Desde que foram iniciados os estudos em “sociedades complexas”, tornou-se necessário ajustar a metodologia antropológica a esta nova situação, pois são grupos que têm uma longa tradição registrada, onde o pesquisador pode resgatar um grande número de dados que o leve a uma análise das relações sociais, identificando as múltiplas interferências de acontecimentos anteriores que tenham sido importantes para o delineamento atual da sociedade. Além disso, é necessário verificar o corpo de idéias que as pessoas têm sobre o passado, pois ele constitui uma parte intrínseca da situação contemporânea e porque várias versões de um mesmo fato são encontradas em grupos diversos que estejam envolvidos na mesma situação, o que viria constituir parte importante nos estudos de ideologia de uma sociedade.

Entraria então uma outra variável nos estudos dos antropólogos, que seria o tempo. Através desta variável, conjugada com a outra tradicional – o espaço – seria possível descobrir o que realmente persiste através das mudanças provocadas por acontecimentos singulares e como as instituições vieram a ser.

Resta saber agora como isto seria importante para um estudo antropológico da sociedade, porque é deste problema que vai depender a ênfase maior na sincronia ou na diacronia. Se a ênfase fica na diacronia, corremos o risco de que o trabalho seja mais um estudo histórico das instituições e enfrentaremos o problema de como isto pode ser relevante para um estudo antropológico. Se, ao contrário, a ênfase for dada à sincronia, é importante verificar a validade da utilização de alguns elementos históricos e os critérios a seguir na seleção desses eventos. Afinal, seria uma busca de responder a um problema crítico: qual a importância real da história para a compreensão da cultura e da sociedade?

Veremos assim como dois teóricos discutiram essa questão.

E. E. EVANS-PRITCHARD

Apesar de estar classificado entre os antropólogos funcionalistas ingleses, Evans-Pritchard destacou-se pelo interesse na utilização do método histórico, defendendo esta abordagem em várias publicações.

Iniciando a análise de suas proposições, parece ser possível destacar dois postulados para mostrar a importância que ele atribuía à perspectiva histórica. O primeiro é de que a história é um processo e o passado está contido no presente (Evans-Pritchard, 1975:237). O outro é de que a história tradicional de um povo é importante porque faz parte do pensamento dos homens vivos e, por conseguinte, da vida social que o antropólogo pode observar diretamente (Evans-Pritchard, 1974b:50). Através dessas considerações, podemos deduzir como Evans-Pritchard privilegiava a perspectiva histórica para a análise do presente e de como ele considerava limitados os estudos sincrônicos que não poderiam apresentar uma análise plena dos fenômenos atuais, se não verificavam as muitas implicações dos fatos históricos no comportamento e na visão de mundo de uma determinada sociedade.

Justamente porque ele acreditava que, conhecendo o passado da sociedade, poderíamos conseguir uma compreensão mais profunda da natureza de sua vida social no presente, propunha a análise histórica, para que, entre outras vantagens, fosse possível estudar o clima de opinião em relação aos fatos acontecidos que se modifica junto às grandes mudanças políticas e sociais em geral (Evans-Pritchard, 1974b: 57), podendo captar o grau de aceitação ou rejeição do evento e a sua influência no pensamento atual da sociedade

Logo, sua proposta é de como a história de uma sociedade ou instituição é importante para o seu estudo funcional e como só é possível compreendê-las plenamente quando elas são observadas também retrospectivamente (Evans-Pritchard, 1974b: 56). É assim que podemos verificar outra tese importante que ele defendia, quando propunha que uma instituição não poderia ser explicada em termos de sua origem, pois o conhecimento de sua história auxilia, mas não pode esclarecer como ela funciona na vida real. Isto nos leva a compreender como Evans-Pritchard defende a utilização do método histórico na Antropologia. Para ele, a vida social não pode ser compreendida através do desconhecimento de seu passado, porque o seu conhe-

cimento possibilita compreendê-la mais completamente do que seria possível se desconhecemos o passado. Isto mostra que ele defende o ponto-de-vista de que o método histórico pode e deve ser um complemento nas pesquisas da Antropologia Social, mas que não deve ser o único nem o mais relevante. Assim, podemos considerar a sua preocupação em eliminar as limitações que existem nos trabalhos antropológicos quando eles se reduzem à abordagem sincrônica, procurando ampliar os horizontes e buscar novas indagações que não têm sido feitas. justamente devido a esses problemas. Um dos exemplos que ele forneceu para essa questão é de que o antropólogo não tem perguntado porque, entre alguns povos, as tradições históricas são ricas e, entre outros, são pobres e que tipo de acontecimento é recordado e a que vinculações e direitos sociais se referem (Evans-Pritchard, 1974b: 51).

Além disso, ele acreditava que, através do método histórico, poderíamos descobrir afinal quais são as potencialidades e qualidades duradouras da sociedade. Isto seria importante para Evans-Pritchard, porque, segundo ele, grandes mudanças sociais podem ocorrer sem que ninguém tenha consciência disso (Evans-Pritchard, 1974b: 56).

Não aceitando o ponto-de-vista de outros antropólogos sociais ingleses de que não é tarefa da Etnologia investigar a história das sociedades que estudam e de que o conhecimento de sua história não auxiliaria a compreensão do funcionamento de suas instituições (idem, 1975: 236), ele apontou vários problemas que têm surgido dessa postura, tais como:

1. A excessiva preocupação com os estudos sincrônicos nos tem impedido de verificar a validade de algumas proposições básicas, levando a uma analogia rígida com as ciências naturais que se tornou perigosa, pois a sociedade é uma entidade dinâmica, portanto diferente de seres biológicos, e, podendo mudar, acarretaria alteração na sua estrutura.

2. A estrutura somente pode ter pleno sentido quando é utilizada como expressão histórica para designar um conjunto de relações que têm existido durante um considerável período de tempo.

3. Os antropólogos têm sido pouco críticos com as fontes documentais, justamente por não estarem treinados para lidar com este tipo de fonte.

4. Eles têm feito pouco esforço para reconstruir com documentos históricos e a tradição oral, o passado do povo que estudam.

5. Continuam com a impressão de que, antes da dominação européia,

os 'povos primitivos' eram mais ou menos estáticos (Evans-Pritchard, 1974b: 48-50).

Evans-Pritchard acreditava que foi uma excessiva atenção dada ao trabalho de campo e um interesse demasiado nos "povos primitivos" que determinaram a atitude dos antropólogos ingleses a dar pouca atenção à investigação histórica, pois houve dois fatores que influenciaram na adoção desta perspectiva. O primeiro seria um esnobismo que despertou no desejo de persistir na linha dos cientistas naturalistas e o segundo seria pelo problema de haver poucos historiadores sociais e poucos antropólogos que estudassem numa perspectiva histórica sem ser especulação evolucionista. Além disso, é bom lembrar, que a maioria das pesquisas foi realizada entre grupos onde faltavam (ou eram insuficientes) documentos históricos e que, quando há oportunidade para a utilização do método histórico, os antropólogos não têm se interessado em aproveitá-la. Algumas tentativas que surgiram para se dar mais atenção à história dos "povos primitivos", não têm passado, muitas vezes, da coleta de antecedentes históricos. Isto estaria ocorrendo porque os antropólogos não têm aprendido a tratar sociologicamente o material histórico (Evans-Pritchard, 1974b: 49).

Procurando mostrar justamente a proximidade da História com a Etnologia, o que poderia discutir a validade de separar tão rigidamente os dois campos de trabalho, como tem ocorrido, Evans-Pritchard apresenta as semelhanças e as diferenças que existiriam entre elas:

1. Não há diferença de objetivos e métodos, porque ambas tratam fundamentalmente de fazer o mesmo: traduzir um conjunto de idéias em termos de outro, de maneira que apareça inteligível, empregando meios similares para conseguir esse fim. O antropólogo tem um estudo de primeira mão e o historiador o tem através de documentos. Isto seria apenas uma diferença técnica, mas não metodológica.

2. Não há diferença vital entre o antropólogo analisar durante um período curto de tempo, porque o historiador também estuda poucos anos.

3. Não é uma diferença importante o fato de que o antropólogo estuda em geral sociedades pequenas e o historiador estuda as sociedades maiores.

4. Não é significativo, metodologicamente, que os escritos da Antropologia das "sociedades primitivas" sejam ignorados pelos historiadores. Afinal, os historiadores têm descuidado, mesmo quando orientados sociologicamente, das relações domésticas ou de comunidade (Evans-Pritchard, 1974b: 59-60).

Por outro lado, Evans-Pritchard acredita que os historiadores sociais e os antropólogos estão cientes de que qualquer acontecimento tem tanto o caráter de singularidade como o de generalidade e que ambos têm que ser considerados em sua interpretação. Se não se reconhece a especificidade de um fato, a generalização torna-se tão ampla que perde toda a significação. Ao mesmo tempo, os acontecimentos têm também um grau de regularidade e constância, como pertencentes a um certo tipo de acontecimento com muitos traços em comum (Evans-Pritchard, 1974b: 47-48).

A diferença importante é que os escritos históricos sobre temas como magia e família, não procuram compreender muitos dos problemas familiares aos antropólogos, pela preocupação especial e experiência de campo destes. As perguntas que temos aprendido a fazer que surgem do contato da pessoa com a realidade social, são obrigatórias pela pressão da situação, mas não são tidas em conta pelos historiadores. Os documentos também não produzem o abundante material que estamos acostumados, porque podemos observar o comportamento diretamente e elaborar questões que despertam respostas e comentários. Na prática, tendemos a focar nossos dados de um ângulo diferente e, em consequência, a escrever sobre eles de maneira diferente (Evans-Pritchard 1974b: 60-61).

Haveria ainda uma diferença de orientação entre a Antropologia e a História, pois esta escreve, para, à luz do conhecimento obtido sobre o passado, poder interpretar o presente, enquanto aquela faz um estudo do presente para interpretar as fases de seu desenvolvimento no passado (Evans-Pritchard, 1974b: 61-62). O que realmente ocorre é que o historiador interpreta o passado em termos de sua própria existência no presente. A sua preocupação básica é com o passado, mas dando por suposto o presente, enquanto o antropólogo se preocupa com o presente, dando por suposto o passado. Além disso, este investiga o passado apenas para descobrir se, o que indaga do presente, tem sido característica constante por muito tempo, se há interdependência de fatores, se algum mecanismo social é repetitivo e não para explicar o presente por meio de antecedentes e origens (Evans-Pritchard, 1974b: 63).

Segundo Evans-Pritchard, em relação às sociedades complexas, atual campo de trabalho do antropólogo, este precisa escolher deliberadamente entre ignorar ou considerar o seu passado social ao estudar o seu presente social (Evans-Prithcard, 1975: 236). Ele acreditava que há uma tendência para a utilização da história, porque:

1. Há um interesse crescente dos antropólogos pela história, vendo nela um registro de acontecimentos que tem dado origem a mudanças sociais ou uma representação dos acontecimentos no pensamento atual.

2. Os antropólogos estão agora mais interessados em sociedades e culturas extremamente dinâmicas, onde a história não pode ser ignorada.

3. A busca de leis através do método comparativo tem sido abandonada.

4. Os antropólogos podem contribuir para os estudos históricos e é provável que os historiadores passem a estudar outras sociedades que não são a sua (Evans-Pritchard, 1974b: 66). Há historiadores sociais interessados em instituições sociais, movimentos de massa e grandes mudanças culturais (Idem, 46). Neste aspecto, a história não seria uma sucessão de acontecimentos, mas as relações entre eles. Eles buscariam regularidades, tendências, tipos e seqüências típicas, dentro de um contexto histórico e cultural.

Segundo Evans-Pritchard, as interpretações de acordo com linhas funcionalistas (do presente em termos do presente) e linhas históricas (do presente em termos do passado) podem ser combinadas, mas não temos ainda aprendido a fazê-lo satisfatoriamente, apesar de somente até certo ponto ser possível compreender as condições sociais de uma sociedade de hoje em termos do conjunto atual de relações sociais, porque estas são a culminância de múltiplas mudanças históricas (Evans-Pritchard, 1974: 63).

CLAUDE LÉVI-STRAUSS

Lévi-Strauss é o principal teórico da linha estruturalista em Etnologia, tendo elaborado considerações importantes sobre os objetivos e a metodologia dessa ciência.

Segundo ele, todas as ciências sociais devem adotar uma perspectiva temporal e elas se distinguiriam pelo emprego de duas categorias de tempo diversas: o tempo mecânico e o tempo estatístico.

O tempo mecânico seria empregado fundamentalmente pela Etnologia e pode ser caracterizado por ser reversível e não-cumulativo. Ou seja, o seu campo de investigação se situa no comportamento diário, através das atitudes que se repetem rotineiramente dentro de um mesmo modelo.

O tempo estatístico seria empregado pela História e pode ser caracterizado por ser irreversível e com orientação determinada. Logo, o seu campo de investigação se situa no comportamento extraordinário, que não

apresentará repetitividade, seguindo um objetivo definido que terá uma consequência única. Justamente devido a essa especificidade do fato ele será privilegiado para a análise histórica. (1)

É neste ponto que estaria a delimitação dos dois campos de estudo, porque a Etnologia, buscando explicar a sociedade e a cultura, lança mão da homogeneidade dos fenômenos que vai transparecer na repetição sistemática das atitudes das pessoas, enquanto a História busca a singularidade, podendo portanto se ater aos fenômenos diacrônicos.

Logo, é possível verificar que Lévi-Strauss atribui importância ao método histórico, mas não vai usá-lo em seus trabalhos devido ao interesse específico de seus estudos. Ele reconhece que tempo e espaço são dois sistemas de referência que permitem pensar as relações sociais e que não é verdade que considerações históricas e geográficas não tenham valor para os estudos estruturais. Ele afirma que um conhecimento do passado é essencial para a compreensão de qualquer fenômeno social, pois, como os antropólogos buscam as generalizações, somente traçando a história de uma sociedade é que podemos determinar qual de fato é a sua estrutura permanente. Logo o método histórico não é de modo algum incompatível com uma atitude estrutural (Lévi-Strauss, 1970a. 314).

Sua teoria se centraliza na proposta de que a Etnologia deve ter como finalidade precípua o estudo do inconsciente, ou seja, deve buscar o conhecimento dos modelos que informam as relações sociais.

Ao mesmo tempo, a História organiza seus dados em relação às expressões conscientes. Mesmo assim, "a etnologia não pode permanecer indiferente aos processos históricos e às expressões mais altamente conscientes dos fenômenos sociais" (Lévi-Strauss, 1970a: 41) porque são duas perspectivas complementares e ambas têm um mesmo objetivo que é reconstituir exatamente o que passou e passa na sociedade, lidando com representações.

Outras semelhanças existem entre a Etnologia e a História, pois elas têm em comum:

- o objeto de investigação: a vida social
- o objetivo: compreensão melhor do homem
- o método: que varia apenas na dosagem dos processos de pesquisa (Lévi-Strauss, 1970a: 35).

(1) *Veja a conceituação de tempo estatístico e tempo mecânico em Lévi-Strauss (1970a: 309-310).*

Além disso, ambas estudam outras sociedades que não aquela em que vivemos. A diferença que uma diverge no tempo e a outra no espaço é secundária em relação à similitude das posições (Lévi-Strauss 1970a: 33-34).

Lévi-Strauss sustenta que o estudo diacrônico da História e o estudo transcultural, mas sincrônico da Etnologia, são dois métodos alternativos de fazer a mesma coisa e que, quando a História assume a forma de recompilação de eventos passados, ela faz parte do presente do pensador, não do seu passado (Leach, 1973: 16).

De qualquer forma, como sua preocupação básica é a 'natureza inconsciente dos fenômenos coletivos', procurando descobrir princípios de formação intelectual que sejam universalmente válidos para todas as mentes humanas (Leach, 1973: 54), mais do que apurar a organização de qualquer sociedade ou classe de sociedades, ele vai recusar dar à História um sentido privilegiado. Ele vai empenhar-se em estabelecer fatos que sejam universalmente verdadeiros sobre o 'espírito humano', através do estudo do inconsciente que é o conjunto das estruturas 'intemporais', sejam eles do homem normal, primitivo ou civilizado, seja do psicopata. Assim, ao se ligar à estrutura, afastando-se da gênese, da história e da função, quando não da própria atividade do sujeito, é evidente que entra em conflito com as tendências centrais do pensamento dialético. Tanto é que os maiores críticos de Lévi-Strauss são os que dão à história a prioridade em seus trabalhos de análise e explicação. O que não se deve esquecer, entretanto, é que a Antropologia Estrutural proposta por Lévi-Strauss estudaria a superestrutura, preocupando-se basicamente com as estruturas que não se confundem com o sistema de interações observáveis, apesar de constituir em fonte de relações. Enquanto isso, as outras ciências sociais, inclusive a História estudariam a infra-estrutura, ficando ao nível das relações sociais concretas. Desta forma, elas devem se fixar nos acontecimentos que se sucedem permanentemente na sociedade.

CONCLUSÃO

Na argumentação de Evans-Pritchard, é possível observar que ele estava preocupado fundamentalmente com as relações sociais. Ele pretendia conseguir uma explicação ampla para as instituições e acreditava que isto é possível se, junto aos estudos sobre o momento atual, procurássemos descobrir a origem e o desenvolvimento das instituições.

Isto seria válido e também vantajoso, porque a perspectiva histórica se constitui num campo importante para a pesquisa, onde é possível descobrir fatos que normalmente não seriam detetados apenas no estudo sincrônico. Este tipo de situação seria mais importante quando estudamos a nossa própria sociedade e, portanto, onde é mais difícil descobrir os elementos básicos pela longa familiaridade. Enquanto isso, a perspectiva histórica nos dá condições para a comparação, porque a sociedade anterior pode ser tão estranha para nós como uma sociedade que difere da nossa no espaço. Além disso, Evans-Pritchard acreditava que eventos passados podem ter uma influência no pensamento atual e nas atuais relações sociais. Logo, seria importante procurar descobrir os fatos anteriores, que viriam esclarecer a própria natureza da instituição atual. Mas, em nenhum momento, Evans-Pritchard reduziu sua proposta em analisar apenas o encadeamento dos acontecimentos nem pensava que, somente esclarecendo o desenvolvimento da instituição, teríamos a explicação desses fenômenos. Ele ainda reconhecia que o estudo numa perspectiva histórica nas sociedades 'primitivas' é problemático, porque ali a evidência histórica é falha.

Assim, enquanto Evans-Pritchard trabalhava no nível das relações sociais, Lévi-Strauss trabalha num outro nível de abstração. Para ele, a história se constituiria fundamentalmente no estudo das infra-estruturas da sociedade e a Antropologia Estrutural deve se voltar basicamente para a superestrutura. Isto leva-o a duas posições fundamentais:

1. A se prender ao tempo mecânico, porque ele se preocupa em descobrir as regularidades de um fenômeno que levariam aos princípios gerais e, portanto, aos elementos fundamentais que informam o comportamento humano. Ele se prende assim à ampla regularidade e à receptividade dos fenômenos sociais.

2. A considerar a história um elemento importante, mas não usá-la. Assim, ele diz que, os que ignoram a história, se condenam a não conhecer o presente, porque o desenvolvimento histórico é o único que nos permite ponderar e valorizar os elementos atuais em suas relações respectivas. Mas, ao mesmo tempo, o estudo histórico se volta para o tempo estatístico que leva em conta os fatos singulares, portanto impossíveis de, através deles, chegar ao conhecimento de princípios gerais do espírito humano.

Logo, Lévi-Strauss reconhece o valor da história, mas não a usa como método de trabalho, porque considera que a Antropologia deve se voltar para uma outra problemática. Ou seja, os antropólogos devem procurar a estrutu-

ra subjacente e inconsciente por detrás das relações sociais concretas que só poderá ser obtida pela construção dedutiva de modelos abstratos. Disso, resulta um ponto-de-vista sincrônico, que é motivado pelo desejo de ignorar a evolução de crenças e costumes; as normas resultam das estruturas que são permanentes, sendo portanto um tal sincronismo de certo modo a expressão de um diacronismo invariante. Mesmo que a história introduza mudanças nas "estruturas" diacrônicas, isto não afetará o intelecto humano. Da mesma maneira que, para Lévi-Strauss, todas as versões do mito se equivalem, não importando a especificidade do fato histórico, mas a estrutura da sociedade.

Desse tipo de opinião, origina-se outra diferença em relação à teoria de Evans-Pritchard: enquanto este estava interessado num conjunto particular de relações sociais interligadas num momento dado e defende o princípio de que os antropólogos sociais deveriam se limitar às regularidades, abstenendo-se de descobrir leis, devido à natureza dos fenômenos que estudam, Lévi-Strauss se preocupa também com os fatos que se repetem, mas para chegar aos princípios fundamentais do espírito humano. Ou seja, Evans-Pritchard parte do princípio de que o conhecimento da evolução do fenômeno vai levá-lo ao conhecimento mais amplo desse fenômeno em si. Lévi-Strauss toma esses fenômenos num momento dado que vão levá-lo à descoberta dos princípios básicos por eles mesmos, mas não se interessa pela evolução, porque ela não é significativa ao nível dos modelos mecânicos. Além disto, não seria importante a disposição cronológica dos eventos, porque o que interessaria realmente seria a disposição estrutural dos eventos em qualquer momento.

Assim, Evans-Pritchard estava no nível do mundo empírico e se preocupava com os fenômenos como eles são, o que lhe daria o conhecimento da realidade, enquanto Lévi-Strauss se preocupa com o mundo empírico apenas como uma forma de levá-lo a outro conhecimento num nível de abstração maior. Isto ocorre porque ele acredita que as relações sociais se constituem na matéria-prima empregada para a construção dos modelos que tornam manifesta a própria estrutura social (Lévi-Strauss, 1970 a : 301).

Sistematizando as opiniões dos dois autores, podemos dizer que:

— ambos atribuem à história um papel importante dentro da explicação do sistema de relações sociais, embora não lhe atribuam a mesma posição relativa em seus sistemas explicativos,

— para Evans-Pritchard, a história seria uma forma auxiliar para a explicação das atuais relações sociais; para Lévi-Strauss, a história explica a

infra-estrutura — as relações sociais — que vai levá-lo ao conhecimento da superestrutura;

— Evans-Pritchard estava preocupado apenas com a explicação das relações sociais, enquanto Lévi-Strauss está preocupado em conhecer os modelos que informam as relações sociais;

— enquanto Evans-Pritchard considerava a Antropologia diferente da História porque aquela é um estudo direto da vida social, enquanto esta é um estudo indireto a partir de fontes documentais, Lévi-Strauss propõe que tanto a Etnografia como a Etnologia são duas etapas de uma mesma pesquisa que terminam com modelos mecânicos e a História é um estudo que termina com modelos estatísticos (Lévi-Strauss, 1970a: 309). Aí ambos talvez se aproximem, apesar de que é de maneira indireta, quando Evans-Pritchard reconhecia que a Antropologia visaria mais a comparação e a generalização do que a História.

— Eles divergem na forma de utilização da história: para Evans-Pritchard ela é um elemento explicativo diretamente ligado à forma que ele usa para explicar a sociedade e as relações sociais, sendo um recurso importante para o antropólogo, enquanto, para Lévi-Strauss, é parte do sistema de relações que serve de suporte para a compreensão das estruturas, mas que isso é tarefa do historiador e não do antropólogo estrutural.

— Apesar de que Evans-Pritchard não está de acordo com Lévi-Strauss em sua demarcação das respectivas esferas da história e da antropologia social, Evans-Pritchard concorda com ele de que a diferença entre as duas disciplinas é de orientação e não de objetivo e que ambas são indissociáveis (Evans-Pritchard, 1974b: 67).

É importante assinalar que uma limitação enfrentada pelo antropólogo na utilização do método histórico, é que a história escrita não é suficientemente ampla para o estudo de um período particular no enfoque da Antropologia Social, porque não se registram os acontecimentos cotidianos, mas apenas os eventos políticos importantes que se caracterizam pela sua raridade. Há poucas informações sobre as normas da vida diária da comunidade. Além disso, quando tentamos nos apoiar na história “real”, nos “fatos”, pode ser que estejamos utilizando uma certa “interpretação”, uma determinada “filosofia da história”. Há ainda a dificuldade para separar história de mito. Se distinguirmos dizendo que a história é verdadeira e o mito é falso, isto será inteiramente arbitrário. Um relato pode ser verdadeiro, porém de caráter mítico ou pode ser falso, mas de caráter histórico

(Evans-Pritchard, 1974b: 52). Há fatos históricos que foram transformados em mitológicos e como quase todas as sociedades humanas possuem um "corpus" de tradição sobre o seu próprio passado, é muito difícil tentar separar os acontecimentos míticos dos históricos.

É necessário concordar com Evans-Pritchard quando ele afirma que a história é importante porque ela toma parte do pensamento dos homens vivos e da vida social. Realmente, através de seus estudos, poderíamos vir a descobrir as razões de determinadas atitudes do grupo frente a certos problemas atuais.

Também devemos aceitar que o método histórico é apenas um complemento para o estudo antropológico. Assim, poderíamos ter uma análise mais rica, que, segundo Van Velsen (1967: 149), seria entrelaçar uma análise sincrônica de princípios estruturais gerais com uma análise diacrônica da operação desses princípios por atores específicos em situações específicas. Só assim poderíamos verificar o que realmente permanece e como permanece na estrutura social, além de que isso nos aponta, na realidade, a manipulação que os atores da vida social realizam de suas normas culturais.

Finalizando, podemos dizer que Lévi-Strauss apresenta-nos uma proposta mais ampla de análise, pois ele não ignora a importância da história para o estudo das relações sociais e, ao mesmo tempo, sugere um outro nível de investigação que seria a identificação dos modelos que informam as relações sociais. Temos então um campo específico para a Etnologia, que vai se diferenciar do campo das outras ciências sociais, para que, em outros momentos, haja a conjugação da análise estrutural com a "praxis" da história, dando-nos um conhecimento maior da realidade.

BIBLIOGRAFIA

- EVANS-PRITCHARD, E. E. 1974a – “Antropologia Social: Pasado y Presente” in *Ensayos de Antropologia Social*. Madrid: Siglo XXI de España Ed. SA. 1974b – “Antropologia e História” in op. cit. 1975 – “Antropologia Social” in Alba Zaluar Guimarães: *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Liv. Francisco Alves.
- FIRTH, R. 1974 – *Elementos de Organização Social*. Rio: Zahar Ed., pp. 95-101.
- GUIMARÃES, Alba Zaluar. 1975 – *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Liv. Francisco Alves.
- de HEUSCH, L. 1975 – “Os Pontos de Vista Estruturalistas em Antropologia e Seus Principais Campos de Utilização” in *Antropologia*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, pp. 45-66.
- KAPLAN, David & MANNERS, Robert. A. 1975 – *Teoria da Cultura*. Rio de Janeiro: Zahar Ed.
- LEACH, Edmund. 1973 – *As Idéias de Lévi-Strauss*. São Paulo: Ed. Cultrix/EDUSP.
- LÉVI-STRAUSS, C. 1970a – *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2a. edição cap. I e XV.
1970b – *O Pensamento Selvagem*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, pp. 280-306. 1971 – “Os Limites do Conceito de Estrutura em Etnologia” in R. Bastide: *Usos e Sentidos do Termo “Estrutura”*. São Paulo: Herder/EDUSP. 1975 – “Aula Inaugural” in Alba Zaluar Guimarães op. cit.
- LEWIS, I. M. 1970 – Introduction in Lewis (ed.) *History and Social Anthropology*. London: Tavistock Publications, 2a. impressão.
- PIAGET, Jean. 1970 – *O Estruturalismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- PITT, David C. 1972 – *Using Historical Sources in Anthropology and Sociology*. Holt, Rinehart and Winston, Inc. pp. 3-10.
- POUILLON, Jean. 1968 – “Apresentação: Uma Tentativa de Definição” in Pouillon et alii *Problemas do Estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Ed.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. 1975a – *El Método de la Antropologia Social*. Barcelona: Ed. Anagrama, pp. 60-62. 1975b – “A Posição Atual dos Estudos Antropológicos” in Alba Zaluar Guimarães op. cit.
- VANSINA, Jan. s/d – *La Tradición Oral*. Barcelona: Ed. Labor.

VAN VELSEN, J. 1969 - "The Extend-Case Method and Situational Analysis" in Epstein A. L. (ed.): *The Craft of Social Anthropology*. London: Tavistock Publications, 2a. edição.

O CONCEITO DE REVOLUÇÃO EM GRAMSCI *

Elimar Nascimento **

Nos escritos do teórico italiano Antonio Gramsci (1891-1937), o conceito de revolução social parece emergir como uma **categoria analítica** e uma **indicação estratégica** de ampla repercussão na teoria política moderna. Este pelo menos é o ponto de vista que defendemos neste trabalho, embora aqui apenas enunciemos suas características e conseqüências, sem desenvolvê-las. A própria natureza do trabalho assim o exige.

Na obra gramsciana o conceito de revolução social não surge como evidente, nem como algo acabado, mas antes é o resultado de um processo de busca, que se realiza através de tateamentos e aproximações sucessivas. Tomando essa premissa como verdadeira pode-se afirmar que, a busca de um conceito de revolução social constitui um dos fios condutores das pesquisas desenvolvidas por Gramsci em seus *Quaderni del Carcere* (1975b), mas que se gesta ao longo de sua carreira de militante e teórico político.

★ *Este ensaio constitui um dos passos preliminares de uma pesquisa que o autor realiza sobre a natureza da revolução moçambicana, como tópico de um estudo maior, voltado para precisar a natureza dos processos de transformação social das sociedades predominantemente agrárias em fase de transição.*

★★ *Sociólogo, professor da UFPb, Campina Grande.*

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano I	Nº 1	pgs. 71 - 85	jul. - dez./ 1982
-------------	----------------	-------	------	--------------	-------------------

AS RAIZES DO CONCEITO GRAMSCIANO DE REVOLUÇÃO SOCIAL (1917 - 1918)

Já na famosa revista – *Là Città Futura* (1) – Gramsci enfoca a questão ressaltando a dificuldade da revolução nos países democráticos: ‘Aonde existe uma ordem é mais difícil que se decida a lhe substituir por uma ordem nova’. Para concluir de forma idealista: “Os socialistas não devem substituir uma ordem por outra ordem. Eles devem instaurar a ordem em si”. (Gramsci, 1974: 101/11-02-1917). (2)

No momento da Revolução de fevereiro na Rússia, como colaborador de *Il Grido del Popollo*, em meio a grandes dificuldades de informação, Gramsci enuncia um primeiro conceito de revolução, numa forma que lhe será uma constante: – “Eis o que é para nós a significação desta libertação: na Rússia, é uma nova concepção de vida que criou a Revolução. A Revolução não se contentou em substituir um poder por outro, ela substituiu costumes por outros costumes, ela criou uma nova atmosfera moral, ela instaurou a liberdade de espírito, além da liberdade física” (Gramsci, 1974: 120/29-04-1917). A noção de revolução assume, assim, logo no início de seus escritos, uma concepção que ultrapassa o simples quadro tradicional de sua definição – derrubada do poder, ou melhor, substituição de uma classe por outra. A revolução não é uma simples “tomada de poder”, como se este fosse um objeto, uma coisa; o que implica também uma concepção de poder distinta da concepção tradicional. Não se pode negar, por outro lado, que nesta idéia se encontra já a noção futura de “reforma intelectual e moral”, da visão de revolução como “um ato cultural” na expressão mais tarde comum a Amílcar Cabral (1976) e que se pode perceber igualmente nos textos de Samora Machel (1975), como assinalamos num outro trabalho (Nascimento, 1981).

Outra constante, também existente ainda no período da juventude de Gramsci, é a recusa de reconhecer a revolução como uma ação violenta

(1) *Revista de número único, publicada em 11 de fevereiro de 1917, quase que completamente redigida por Gramsci para a juventude socialista.*

(2) *A primeira numeração (1974) refere-se à indicação bibliográfica, a segunda (101) à página da obra referida, e a terceira (11-02-1917), à data da publicação do artigo de onde foi retirada a citação. Em seguida, após a menção idem (quando for o caso), seguirá apenas o número da página, e a data do artigo (quando necessário).*

de minorias, identificada neste período (3) à crítica do jacobinismo francês: 'A revolução russa não conheceu o jacobinismo. A revolução teve de abater a autocracia, ela não conquistou a maioria pela violência. O jacobinismo é um fenômeno puramente burguês. . .' (Gramsci, 1974: 119/29-04-1917). O que se acorda perfeitamente com um artigo anterior, em que ele afirma: "a revolução russa conduziu ao máximo de liberdade com um mínimo de constrangimento" (Idem: 101/04-02-1917).

Ressalte-se que Gramsci fala aqui da revolução de fevereiro, que ele acreditava, até meados de 1917, tratar-se de uma revolução proletária, ou que caminhava nesta direção. Mais do que nos informar sobre a revolução russa, seus artigos desta época falam-nos da sua concepção sobre a revolução, transmitindo intuições posteriormente desenvolvidas. Neste sentido situa-se a percepção de que os instrumentos revolucionários tradicionais – sindicatos, partidos, jornais – são insuficientes: "é necessário buscar um organismo de controle desinteressado que seria o leivain perpétuo de vida nova, pesquisar novas formas, que favorecerá, aprofundará e coordenará as discussões fora de toda contingência política (partidária) e econômica". (Gramsci, 1974: 132/24-01-1917). Esta busca levará Gramsci à experiência dos Conselhos, nos anos de 1919 e 1920, "que realiza a unidade da classe trabalhadora, dá as massas uma coesão e uma forma da mesma natureza que a coesão e a forma da massa na organização geral da sociedade. O Conselho de fábrica é o modelo do Estado proletário. Todos os problemas inerentes à organização do Estado proletário são inerentes à organização do Conselho" (idem: 280/01-10-1919).

O que marca, porém, sobremaneira, a concepção da revolução em Gramsci em 1917-18, e que será também uma das suas constantes, é a recusa do positivismo, do mecanicismo, da concepção do "poder inexorável das leis sociais". O seu artigo muito discutido de 5 de janeiro de 1918 – *A revolução contra o Capital* – é um libelo neste sentido, uma crítica à concepção mecanicista do marxismo dominante, neste período, no interior da II Internacional e do Partido Socialista Italiano (PSI): "os fatos debordaram as ideologias. Os fatos fizeram explodir os esquemas críticos no interior dos quais a história da Rússia deveria se desenrolar segundo os cânones do materialismo histórico. Os bolcheviques renegaram Marx, afirmando, graças à

(3) Ver, neste sentido, as observações de Hugues Portelli em: *Jacobinisme et antijacobinisme*, in *DIALECTIQUES* no. 4-5, pp. 28-43.

testemunha da ação realizada e das conquistas obtidas, que os cânones do materialismo histórico não são tão inflexíveis como se poderia pensar ou que se pensou” (Gramsci, 1974: 135). Não que os bolcheviques, no pensamento de Gramsci, tenham negado o pensamento de Marx: “Eles não acreditam que a guerra destruiu o materialismo histórico, eles acreditam que a guerra modificou as condições da situação histórica normal e que, por este fato, a vontade social, coletiva, dos homens, adquiriu uma importância que não tinha nas condições normais. . . “(idem: 140-141). Trata-se, portanto de uma recusa ao que Antonio Labriola (1970: 186) chamara de “fatalismo transformado em fé” ou “positivismo cientificista”, que expulsa o ato volitivo do processo revolucionário, reduzindo-o ao puro automatismo das contradições sociais, em particular de caráter econômico. Afinal “a história não é um cálculo matemático: ela não comporta sistema métrico decimal” (Gramsci, 1974: 182/25-07-1918). A revolução é, assim, antes de tudo, um ato de vontade coletiva.

Num artigo sobre Marx, Gramsci sublinha o que significa para ele o ato volitivo: “Trata-se de voluntarismo? É uma palavra que não significa nada, ou então é empregada no sentido de ‘brincadeira’. Marxistamente falando, vontade significava consciência do fim, o que significa, por sua vez, noção exata de suas próprias possibilidades e dos meios de que se dispõe para exprimir-se” (Gramsci, 1974: 148/04-05-1918). Vontade que significa a liberdade ‘como força inerente da história” (Gramsci, 1974: 188/15-07-1917). pois apenas os “filisteus” concebem a “história como organismo natural que passa por etapas fixas e previsíveis de desenvolvimento” (idem: 185/25-07-1918). Neste sentido, a revolução não é “um fiat mágico: o socialismo é um devenir, uma sucessão de momentos sociais que se desenvolvem” (idem: 187/25-07-1918).

Outra idéia chave sobre a revolução, neste período, é justamente a de que ela consiste num processo permanente, em coerência aliás, com a recusa de reduzi-la “à tomada do poder”. Por isso, “o maior inimigo que corre todas as revoluções, é de que se comece a se convencer que um momento determinado na sua vida está encerrado e que é necessário parar para olhar para trás, com intuito de afirmar as realizações, gozar enfim, do sucesso obtido” (Gramsci, 1974: 122/18-07-1917). Afinal — numa passagem semelhante à do parágrafo anterior — ‘o socialismo não pode se instaurar numa data fixa, é um contínuo devir, um desenvolvimento sem fim no interior de um regime de liberdade organizada e controlada pela maioria dos cidadãos e pelo

proletariado” (idem: 189/35-07-1918). O que exprime já a sua adesão ao socialismo como o “auto governo” das massas populares. Subsiste, assim, a idéia de socialismo como uma transição, mais ou menos longa, na qual permanece o Estado. Mas, qual Estado? O que não é uma questão acadêmica, visto as experiências do “socialismo realmente existente” (Bahro, 1979). A visão de Gramsci é ainda precária nesta época. De toda forma, ele luta para não se cair num “Estado corporatista, como aquele que sonham os sindicalistas, nem num Estado monopolizado pela produção e distribuição, mas sobre uma organização da liberdade de todos, em proveito de todos” (Gramsci, 1974: 143/09-01-1917) sem “tender a uma hipertrofia dos poderes e da intervenção do Estado (idem: 205/14-09-1918), mas sim, “à descentralização do Estado burguês, a ampliação das autonomias locais e sindicais” (idem: 205).

A revolução, para Gramsci, é assim, um processo, um ato coletivo de consciência e vontade, que caminha no sentido de organizar a “liberdade de todos”.

É difícil não ver aqui a influência da corrente libertária do início do século, e um certo idealismo, que não percebe, por exemplo, como o deslocamento dos organizadores da produção, coloca na ordem do dia do novo Estado - quase que exaurindo as suas forças - a questão da produção como a frente principal de luta. Por outro lado, é também difícil não reconhecer a presença de algumas idéias básicas que irão compor o conceito de revolução nas fases posteriores do seu pensamento, às quais ele retornará, buscando uma maior precisão e rigor.

SÍNTESE DO CONCEITO DE REVOLUÇÃO NO PERÍODO DOS CONSELHOS DE FÁBRICA (1919 - 1920)

No período da experiência dos Conselhos de Fábrica, Gramsci, ao mesmo tempo que retém certas idéias do período anterior a respeito do conceito de revolução social e abandona outras, desenvolve algumas que antes eram apenas intuições.

De forma sintética os “elementos de permanência” do conceito de revolução social, neste período, são os seguintes:

a revolução como processo: “A revolução proletária é um longo processo que se realiza quando aparecem e se desenvolvem certas forças produtivas determinadas (que nós designamos globalmente servindo-nos da pa-

lavra proletariado'), em um ambiente histórico dado (que nós sintetizamos pelas fórmulas: 'modo de propriedade individual, modo de produção capitalista, sistema de usina, modo de organização da sociedade no seio do Estado democrático-popular') '(Gramsci, 1975a: 346/04/06-1920).

o aspecto cultural, expresso, melhor do que qualquer escrito, na prática jornalística de 'L'Ordine Nuovo (4).

a conotação democrática manifesta no papel e importância das massas populares, cuja citação seguinte, com a devida ironia peculiar ao teórico italiano, explicita claramente: "As tendências sindicalizantes de L'Ordine Nuovo são elas também um mito, nós cometemos simplesmente o erro de crer que a revolução comunista não pode ser criada sem as massas, e que nem um secretário de partido, nem um presidente da República, podem realizá-la por decreto" (Gramsci, 1975a: 401/04-10-1920).

o ato de vontade, ressaltado sobretudo nas greves de Turin, em que os Conselhos de Fábrica se viram isolados pela ação burocrática dos Sindicatos e do PSI. "Jamais, como agora, a participação da classe na ação apareceu como ela deve ser realmente: um esforço para dominar a realidade, para não nos deixar conduzir por um mecanismo que age fora de nós, uma tensão da vontade, uma angústia de todas as consciências" (Gramsci, 1975a: 327/03-04-1920).

Aos "elementos de permanência" do conceito de revolução devem-se acrescentar os elementos que se incorporam ainda neste período:

o papel central dos Conselhos, sobre o qual cria-se o novo Estado: "o conselho de usina é o modelo do Estado proletário" (Gramsci, 1975a: 280/11-10-1919) (5).

(4) Ver entre outros o artigo publicado em três partes: O programa de 'L'Ordine Nuovo' (Gramsci, 1974. 368/12, 14 28-08-1920.

(5) Ver também Gramsci: 1974: 294/27-12-1919 e 326/28-02 e 06-03-1920. Martin Clark (1975: 163), em uma comunicação feita em Cagliari (13, 17-04-1967), faz uma observação interessante sobre as conseqüências da luta pelos Conselhos de fábrica na concepção gramsciana de revolução. Os Conselhos, segundo este autor, "não se configuravam de fato como problema essencialmente educativo... mas tinham por objetivo a organização política destas aspirações (revolucionárias), isto é, constituíam um problema de legalidade. "Ou seja, a "formação de novas instituições políticas" (que pudessem) conferir aos seus membros um sentido de legalidade diferente, numa situação em que os trabalhadores, como diria Luckás, reconhecem ainda o ordenamento social burguês como aquele autenticamente legal'. Este seria outro traço da concepção gramsciana de revolução.

o papel secundário dos Sindicatos: “a natureza essencial dos Sindicatos é concorrencial, ela não é comunista” (Gramsci, 1975a: 288/15-11-1919). (6)

o papel principal (mas não exclusivo) do Partido através do qual se conduz a criação do novo Estado: “o PSI é indubitavelmente o agente principal deste processo de desagregação e desestruturação mas ele não é, e é inconcebível que possa ser, a forma mesma deste processo” (Gramsci, 1975a: 295/27-12-1919). (7)

a transformação da classe subalterna em dirigente: “As hierarquias sociais são quebradas, os valores históricos deslocados, as classes ‘executantes,’ as classes ‘instrumentos’, tornam-se classes ‘dirigentes’, elas se colocam à sua própria cabeça, elas encontram em seu interior os homens representativos. . .” (Gramsci, 1975a: 382/05-09-1920).

a tensão resultante de uma satisfação não realizada, ou seja, o caráter de necessidade orgânica da transformação: “Hoje em dia todo o mundo sabe que, no fundo de uma convulsão revolucionária não pode deixar de existir uma necessidade social qualquer, cuja satisfação é entravada por instituições arcaicas (Gramsci, 1975a: 339/08-09-1920).

um ato de força que é a mesmo tempo, uma ruptura: “. . . porque ela transforma radicalmente a sociedade, ela deve ultrapassar dificuldades e oposições aborrecedoras” (Gramsci, 1975: 238), e uma forma de continuidade: “eles (os bolcheviques) continuaram o passado” (Gramsci, 1975a: 241/07-06-1919).

uma ação organizada e disciplinada, sem a qual a ação espontânea das massas populares será reduzida ao fracasso: “É necessário dar uma forma e uma disciplina permanente às energias dispersas e caóticas, lhes integrar, lhes modelar e lhes dar força; fazer da classe proletária e semi-proletária uma sociedade organizada que possa educar, criar sua própria experiência, e adquirir uma consciência responsável dos deveres que cabem às classes que ascendem ao poder” (Gramsci, 1975a: 245/21-06-1919).

(6) Ver também: Gramsci 1974: 310/14-02-1920; 319/21-02-1920; 323/28-02 e 06-03-1920; 347/04 e 05-06-1920.

(7) Ver também: Gramsci, 1974: 307/24 e 31-01-1920; 324/28-02- e 06-03-1920.

O CONCEITO DE HEGEMONIA É RELACIONADO AO DE REVOLUÇÃO (1921 - 1924)

Não se pode argumentar que os tópicos acima sejam completamente estranhos aos marxistas da época, eles estão presentes, embora com mais ou menos ênfase, e dispersos, particularmente entre os marxistas russos. Há, no entanto, algo de novo que surge ainda no período antes da prisão, justo no momento mais controverso de Gramsci (1921-1922), período considerado por alguns como de “colagem estreita” às posições do grupo de Amadeo Bordiga. Surge pela primeira vez – neste período – o conceito de **hegemonia**, na relação de classes antagônicas e de classes aliadas, como componente essencial à manutenção/destruição do poder estabelecido. Em um texto de 5 de abril de 1921, Gramsci cita expressamente o termo hegemonia para caracterizar a relação da burguesia com as classes subalternas – “é isso o que querem os capitalistas, eles querem conservar sua hegemonia, porque nenhuma classe se deixa expropriar pacificamente. . .” (Gramsci: 1975a: 101) – ou ainda, poucos dias depois, para enfatizar a relação entre classes aliadas – “o Partido Comunista é essencialmente o partido do proletariado revolucionário, quer dizer, os operários empregados pela indústria urbana, mas ele não pode atingir seu fim sem o apoio e o consenso de outras classes (idem: 107/12-04-21). Isso é importante na medida em que vários estudiosos de Gramsci (Piotte: 1970 e Portelli: 1972, por exemplo) conceberam e divulgaram o conceito de hegemonia como exclusivo dos *Quaderni del Carcere*, fragmentando a unidade – não uniformidade – do pensamento de Gramsci.

O realmente novo surge, no entanto, um pouco antes, em artigo datado de 10 de fevereiro de 1921, intitulado **Controle Operário**. Pela primeira vez o conceito de hegemonia surge articulado ao conceito de revolução: “o terreno do controle é bem, em última instância, o terreno sobre o qual burguesia e proletariado se afrontam para disputar a posição de classe dirigente das grandes massas populares”. (Gramsci, 1975a: 96). Não existe ainda, de forma clara, a concepção de revolução como uma luta de hegemonias, mas ela se encontra já de forma embrionária: o núcleo da questão da conquista do poder está na obtenção do consenso das classes subalternas (de forma explícita), o que implicaria, para a classe emergente, a quebra do consenso já existente (idéia implícita, embrionária). De toda maneira, os conceitos de revolução e hegemonia se encontram aqui reunidos pela primeira vez em Gramsci

e a partir daí passam a ter um desenvolvimento teórico associado. (8) Esta mesma idéia é retomada numa carta a Mauro Scoccimarro de 09 de janeiro de 1924: “eu penso que o movimento dos antigos combatentes em geral, que representou efetivamente a primeira formação de partido camponês e laico ao mesmo tempo, teve, sobretudo na Itália central e meridional, uma imensa importância, pois abalou a velha estrutura política italiana e determinou o enfraquecimento da hegemonia da burguesia parlamentar e, por conseguinte, o triunfo da pequena burguesia fascista. . .” (idem: 243).

REVOLUÇÃO, HEGEMONIA E RELAÇÃO DE FORÇAS: A REFLEXÃO NO CÁRCERE (1926-1937)

O terreno está preparado e será desenvolvido sobretudo nos *Quaderni del Carcere*. Aqui, Gramsci traça uma série de “princípios metodológicos históricos” (Gramsci, 1975b: 1579), que lhe possibilitam reelaborar sua concepção de revolução como categoria analítica e indicação estratégica, ou seja, permitindo conceituar “princípios metodológicos” acerca do processo revolucionário de transformação social e “indicadores estratégicos” como guia à ação transformadora. O instrumental teórico assim colocado é bastante complexo, investindo conceituações diversas. (9) Reteremos apenas o es-

(8) *É verdade, como idiz o próprio Gramsci nos Quaderni del Cárcere (pp. 319 e 1762) e ressalta Glucksmann (1975), que esta associação já existe no período dos Conselhos, porém, existe de forma prática, mas não de forma teórica. Naquele momento não existia ainda uma clara consciência do fenômeno e o que nos importa, sobremaneira, não é o aspecto prático do conceito, mas justamente sua formulação teórica, que permite torná-lo instrumento de análise da própria prática.*

(9) *Referimo-nos as noções recriadas de Intelectual (organizador e educador de uma classe; sistematizador de idéias e interesses); Partido (intelectual coletivo, que realiza uma relação social distinta em seu interior, e no caso do “Príncipe Moderno” o Partido da classe operário — uma relação de destruição da desigualdade, mesmo que seja, ainda e por longo tempo, uma relação entre sujeitos desiguais); Filosofia (concepção do mundo própria e autônoma de uma classe, no caso do marxismo, uma concepção ‘sui generis’, crítica e auto-suficiente, ao mesmo tempo); vontade coletiva (expressão organizada da ação consciente das classes subalternas, baseada numa concepção original do mundo); reforma intelectual e moral (transformação político-ideológica das classes subalternas, que se elevam gradativamente à condição de dirigente, nas perspectivas de uma sociedade sem classes, de igualdade). Estas são algumas das noções que a teoria de revolução, como “luta entre princípios de hegemonia”, nos remete em toda a sua complexidade, sem falarmos, evidentemente, da própria noção de Estado integral (ditadura — hegemonia), que o Partido da classe operária, para Gramsci, contém, como embrião.*

sencial na reformulação e desenvolvimento de sua concepção (e estratégia) da revolução.

A revolução não é uma “tomada de poder” já vimos, mas uma “conquista”; não é um “fiat mágico”, mas um longo processo; assim, ela concerne ao embate de forças sociais antagônicas; ela significa a **mudança numa correlação de forças** constituída por sujeitos sociais em que alguns são dominantes – dirigentes e outros são dominados – dirigidos; mudança que aparenta essencialmente uma troca de posições numa mesma relação, troca de papéis, porém, que nada tem a ver, com o simples deslocamento mecânico, na medida em que os sujeitos, possuindo natureza distintas dominam – dirigem não apenas diferentemente, mas às vezes mesmo antagonicamente. Ou seja, a “troca de posições” não se dá mantendo a mesma relação de forças mas criando uma outra, completamente nova. Por exemplo, uma relação de forças à supremacia burguesa, tem como natureza e finalidade a reprodução ampliada da desigualdade, ao contrário, uma relação de forças à supremacia operária teria como natureza e finalidade o desaparecimento de toda e qualquer desigualdade, a criação de uma relação entre iguais (o que significa o próprio caminho para o suicídio de uma relação de forças de dominação, o seu desaparecimento, pois este tipo de relação de forças é sempre e necessariamente uma relação entre desiguais).

Estas simples e breves notas introdutórias à concepção de Gramsci nos *Quaderni del Carcere* exige umas poucas explicações, principalmente no que concerne à noção de **relação de forças**, bem mais rigorosa, para ele, que a de **relações sociais**. Ela está evidentemente na dependência dos sujeitos que a constituem e das condições concretas em que se realiza. Isto exige, portanto, em cada caso particular, uma análise específica.

Antes, porém, talvez seja indispensável esboçar, mesmo que brevemente, o quadro geral da análise gramsciana que respalda essas noções de base. Este quadro geral é apreendido na interpretação de Gramsci dos princípios formulados por Marx: “É necessário mover-se no âmbito de dois princípios: 1) aquele que, nenhuma sociedade se põe questões para cujas soluções não existam já as condições necessárias e suficientes, ou pelo menos em vias de aparição e desenvolvimento; 2) e aquele que, nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída se antes não percorreu todas as formas de vida que estão implícitas nas suas relações (controlar a exata enunciação destes princípios)” (Gramsci, 1975b: 1579).

Baseado nestes princípios Gramsci sugere que, quando uma classe dominante-dirigente esgota suas possibilidades de desenvolvimento, significa que ela entra numa fase de crise. Mas esta crise tem, na interpretação de Gramsci, características muito especiais, pois trata-se de uma crise de hegemonia ou crise orgânica, que pode ou não conduzir a uma situação revolucionária: “A um certo ponto de sua vida histórica os grupos sociais se destacam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que lhes constituem, os representam e os dirigem não são mais reconhecidos como expressão de sua classe ou de sua fração de classe. Quando esta crise se verifica, a situação imediata torna-se delicada e perigosa. . . Em cada país o processo é diverso, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre porque a classe dirigente faliu em qualquer grande empreendimento político. . . Se fala de ‘crise de autoridade’ e isto é, na realidade, crise de hegemonia, ou crise do Estado no seu complexo” (Gramsci, 1975b: 1603). O desenlace desta crise não é absolutamente mecânico, nem depende de forma automática das puras contradições sobre as quais ela ocorre, mas sim da capacidade de intervenção das forças sociais em presença ou concernentes à própria crise. Se ela demonstra a incapacidade de direção da classe dominante, a crise orgânica não implica automaticamente na capacidade das classes subalternas. Ela diz das dificuldades de uma determinada relação de forças, da incapacidade de um dos seus sujeitos. Ao mesmo tempo, ela situa a revolução no quadro da teoria da hegemonia, como “luta de hegemonia, sempre” (Gramsci, 1975b: 1084) “luta entre dois conformismos, isto é, uma luta de hegemonias, uma crise da sociedade civil” (idem: 862).

A possibilidade da “mudança de uma correlação de forças” (revolução) não é algo abstrato, genérico, permanente, mas existe somente quando a força dominante-dirigente começa a perder suas condições de direção, perda de consenso, privação do elemento constitutivo central da relação de forças, a hegemonia; situação caracterizada por uma “hegemonia regressiva”, não expansiva, ou pelo “esgotamento (na sociedade) das formas de vida que estão implícitas nas suas relações”. Este “desperdício de hegemonia” é o que caracteriza a situação de crise orgânica (crise de hegemonia) que se manifesta, entre outros, “pela fratura da unidade social entre governantes e governados” (Gramsci, 1975b: 767), representantes e representados. Crise política, mas também econômica e intelectual-moral, donde, crise global, que obri-

ga o desnudamento da dominação e o recurso pronunciado à coerção (lembramo-nos que esta é sempre revestida de hegemonia): “A crise pode tornar-se ‘permanente’, isto é, à perspectiva catastrófica, porque só a coerção poderá defini-la. . .” (idem: 2163).

A REVOLUÇÃO SOCIAL COMO PROCESSO DE “DESTRUIÇÃO-CONSTRUÇÃO HEGEMÔNICA”

Para poder detectar, nas diversas manifestações de crise da sociedade capitalista, uma crise de hegemonia, Gramsci propõe distinguir os “movimentos orgânicos” dos “movimentos de conjuntura”: “O erro no qual se cai frequentemente na análise histórico-política consiste em não saber encontrar a justa relação entre o que é orgânico e o que é ocasional. . .” (Gramsci, 1975b: 1580). Trata-se de um princípio metodológico que tem, como tal, de ser feito em cada situação concreta, pois não existem evidências por si, e a realidade orgânica é sempre distinta e complexa (10) sob pena de cair-se no ‘erro teórico que consiste em tomar um ‘cânone’ de pesquisa e interpretação como causa histórica” (idem: 1583). A complexidade e riqueza torna-se maior considerando-se a proposição de Gramsci em refutar a superestrutura como aparência, o que implica que certas crises são puramente superestruturais, devido a seus movimentos próprios ou a erros de seus sujeitos sociais, sem respaldo no todo social, donde, sem caráter orgânico.

Se a privação de hegemonia da força social dirigente demarca uma situação de crise hegemônica, ela não é por si só suficiente para indicar a possibilidade real de uma mudança na relação de forças, torna-se fundamental a existência de uma força hegemônica alternativa. Gramsci indica o surgimento desta como o resultado da gestação de uma “vontade coletiva”, uma ‘vontade nacional-popular’. Na nota que tomamos como síntese maior (Gramsci, 1975b: 1577-1579) ele distingue três “momentos” no desenvolvimento das relações de forças: 1) ‘estritamente ligado à estrutura’ (idem: 1583) ou seja, fechamento do leque de respostas possíveis ao bom funcionamento do aparelho produtivo 2) “político, ou. . . dos diversos elementos da consciência política coletiva”, subdividido em 3 sub-momentos: econômico-corporativo”, “solidariedade. . . mas ainda no campo econômi-

(10) Além de ‘opaca’, como sugere Althusser: *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*: Lisboa, Ed. Presença, 1974, pp. 77-82.

co”, “fase especificamente política” (idem: 1583-84); 3) “forças militares”, por sua vez subdividido no momento “técnico-militar” e no “político-militar” (idem: 1585-86), ou seja, do confronto na crise orgânica.

Esta citação é elucidativa, entre outras razões porque: a) Gramsci mantém a perspectiva de que a revolução investe o conjunto dos espaços sociais encontrando-se em sua raiz a transformação das relações de produção (que são também entendidas como relações de força); b) indica os momentos da constituição de uma força social – do mais primitivo, puramente econômico/corporativo, ao mais universal, o “momento” da hegemonia (11): ‘Se pode dizer que não só a filosofia da praxis não exclue a história ético-política, mas que também sua fase mais recente de desenvolvimento consiste justamente na reivindicação do momento de hegemonia como essencial na sua concepção estatal e na ‘valorização’ do fato cultural, da atividade cultural, de uma frente cultural como necessidade, ao lado daquele meramente econômico e meramente político” (Gramsci, 1975b: 1224). De certa forma, uma força social sofre um processo de gestação e desenvolvimento, do campo meramente econômico ao da “hegemonia”, do particular ao universal, da percepção primária de seus interesses imediatos à percepção de sua capacidade em “vir a ser Estado”. O que implica a capacidade de propor-se como força alternativa não apenas de sua própria libertação, mas também da de outras forças sociais em correspondência à formação político-ideológica dos grupos sociais e às lutas de caráter econômico e político com suas respectivas organizações.

Estudar um processo revolucionário significa, assim, em percorrer esta gestação e desenvolvimento. Estudar, portanto, de um lado, a “crise de hegemonia” da força social dominante-dirigente e, por outro lado, o surgimento de uma nova “força hegemônica”. Donde, um confronto de hegemonias. Sem esta luta de hegemonias, não há, a rigor, um processo de transformação revolucionária. Evidentemente que a natureza deste processo dependerá estreitamente da natureza das forças sociais em choque. Aí, encontrar-se-á a singularidade dos processos de transformação.

A “luta entre dois princípios hegemônicos”, na fórmula anteriormente proposta de “privação de hegemonia, construção de uma nova hegemonia”,

(11) *É interessante observar esta outra constatação do conceito de hegemonia: como fase do desenvolvimento de uma força social (e que por analogia é utilizado também no caso do Estado – corporatista e primitivo à ético-político ou hegemônico)*

que caracteriza a possibilidade de ‘saída revolucionária’ à uma **crise orgânica**, embora aparentemente refira-se a um processo único e homogêneo — mudança na relação de forças — pode ser percebido como um duplo processo (sem dúvida estreitamente articulados e que se diferenciam sobretudo metodologicamente) de destruição-construção: Destruir é muito difícil, tão difícil quanto criar. Porque não se trata de destruir coisa material, se trata de destruir relações invisíveis, impalpáveis, mesmo que se escondam em coisas materiais. É destruição-construção que destrói o velho para por à luz, fazer aflorar, o novo que se tornou necessário, e surge implacavelmente na estrada da História. Por isso, pode-se dizer que se destrói enquanto se constrói”. (Gramsci, 1975b: 708).

Um estudioso da questão da democracia em Gramsci, observa esta problemática em sentido semelhante: “Sem esta capacidade de destruição-construção a revolução não pode conseguir mais que uma convulsão, conduzindo inevitavelmente o processo de contestação do capitalismo ao fracasso e à restauração violenta do poder posto em discussão apenas na superfície do organismo social” (Salvadori, 1977: 75).

É nesta acepção que tomaremos, na análise de nosso objeto de estudo, o conceito de revolução: um duplo processo, articulados e simultâneos de destruição-construção hegemônica.

Trata-se, para nós, de pesquisar no terreno histórico-concreto da transformação social em Moçambique as formas em que se deu a **destruição da velha hegemonia (colonial)** e a **construção da nova (nacional)**: destruição-construção não sendo dois momentos separados, mas um mesmo processo a duplo componente.

Nossa suposição é de que este enfoque nos permitirá compreender de forma mais integral o processo revolucionário moçambicano, sob o ponto de vista histórico. Pois segundo a sugestão do teórico italiano: “A história ético-política (hegemonia) é um dos cânones de interpretação histórica a ter-se sempre presente no exame e aprofundamento do desenvolvimento histórico, se se quer fazer história integral e não história parcial e extrínseca” (Gramsci, 1975b: 1211).

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, Louis: 1974 – Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. Lisboa, Ed. Presença.
- BAHRO, Rodolf: 1979 - L'Alternative. Paris, Stock.
- CABRAL, Amílcar: 1976 – A Arma Já Teoria. Unidade e Luta I. Lisboa, Seara Nova.
- CLARK, Martin: 1975 – Il concetto gramsciano di rivoluzione (1912-1920), in Gramsci e la Cultura Contemporânea II. Roma, Riuniti, p. 161-171.
- GLUCKSMANN, Christine-Buci: 1975 – Gramsci et L'Etat (Pour une théorie materialiste de la philosophie) Paris, Fayard.
- GRAMSCI, Antonio: 1974 – Ecrits Politiques I. Paris, Gallimard.
1975a – Ecrits Politiques II. Paris, Gallimard.
1975b – Quaderni del Carcere, 4 volumes. Torino, Einaudi. (Org. J Valentino Gerratana).
- LABRIOLA, Antonio: 1970 – La Concepción Materialista de La Historia. Habana, Instituto del Libro (Editorial de Ciencias Sociales).
- MACHEL, Samora: 1975 – A nossa luta. Maputo, Imprensa Nacional (2ª edição).
- NASCIMENTO, Elimar: 1981 – A concepção de educação em Samora Machel: notas introdutórias in Estudos Afro-Asiáticos, n.º 4, Janeiro de 1981, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Conjunto Universitário Cândido Mendes, Rio de Janeiro, pp. 21-41.
- PIOTTE, Jean Marie: 1970 – La Pensée Politique de Antonio Gramsci. Paris, Antropos.
- PORTELLI, Hugues: 1972 – Gramsci et le Bloc Historique. Paris, PUF.
1974 – Jacobinisme et antijacobinisme, in Dialectiques. N.º 4 - 5 (Paris), pp. 28-43.
- SALVADOR, Massimo: 1977 – Gramsci e il Problema Storico Della Democrazia. Torino, Einaudi (2ª edição).

SEMINÁRIO "AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO"

Campina Grande, 13 a 16 de outubro de 1981

O Curso de Mestrado em Economia, Campus II, organizou e realizou, de 13 a 16 de outubro de 1981, o Seminário Agricultura e Desenvolvimento. Este evento teve como objetivo promover o debate de questões da maior relevância acerca da problemática agrária no Brasil.

Professores desta e de outras Universidades, além de personalidades do mundo científico e sindical tomaram parte ativa no simpósio, como conferencistas ou debatedores.

Quatro foram os temas principais, abordados em painéis, tendo como expositores pessoas especialmente convidadas, pela notoriedade e domínio nas áreas em questão: 'A Tecnologia no Desenvolvimento da Agricultura: Vias e Conseqüências', "Os Incentivos Fiscais para o Desenvolvimento da Agricultura", "As Reformas Agrárias no Processo de Desenvolvimento" e "O Complexo Agroindustrial como Etapa e Via de Desenvolvimento da Agricultura".

Os temas em apreço tiveram como conferencistas, respectivamente, o eminente professor Manuel Correia de Andrade, do Mestrado em Geografia da UFPe; Lúcio Flávio Pinto, jornalista de "O Estado de São Paulo" e escritor; José Francisco da Silva, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e Alberto Passos Guimarães, cientista social e escritor. Após as intervenções dos expositores, celebraram-se mesas-redondas, onde debateram-se as questões abordadas. Destas participaram professores, técnicos, sindicalistas e outros especialistas provenientes de diversas instituições do País, dentre os quais merecem especial destaque o economista Francisco de Paula Barreto Filho, do CONDEPE (Pernambuco), Marcelo Grondin Nadon, Professor da PUC/São Paulo, Eduardo M. Oliveira, do BNB (Fortaleza), Eleuzio Cabral de Lima, da EMBRAPA (Paraíba) e José de Oliveira Costa (PROPLAN/UFPe).

Com a finalidade de dar a conhecer as contribuições aportadas ao evento, a Revista "RAIZES" publica neste número os trabalhos apresentados pelos convidados.

A DIRETORIA

A AGRICULTURA E OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO NO NORDESTE DO BRASIL*

Manuel Correia de Andrade **

AS ESTRUTURAS BÁSICAS

A importância da região nordestina não pode escapar aos estudiosos da problemática econômico-social brasileira quer face à sua extensão territorial, quer face à sua população (quase um terço da população do país), quer ainda face ao volume e ao valor da sua produção. Mesmo não levando em conta neste ensaio, a produção industrial, já bastante desenvolvida em estados como a Bahia e Pernambuco, podemos salientar a importância da produção agrícola regional, tanto de alimentos – feijão, milho, mandioca, arroz, fava, ao lado da carne e do leite, como de matérias primas para a indústria – algodão, mamona, sisal, cana-de-açúcar e de produtos de exportação como o café – hoje em expansão na Bahia – e o cacau. Mesmo alguns produtos de menor importância no passado como o tomate, a cebola, o sorgo, os legumes e as frutas, graças à utilização de processos de irrigação, vêm ocupando um lugar de destaque na economia nordestina.

Este crescimento vem sendo estimulado pelos órgãos governamentais – DNOCS e CODEVASF –, como por empresas privadas – a AGROCERES, a PURINA, a KARGILL, etc. A terra barata e a mão-de-obra abundante e de baixo custo, no momento em que a região está sendo cortada por estradas asfaltadas está, naturalmente, ampliando as possibilidades de expansão destas culturas.

A expansão da agricultura porém pode ser feita atendendo às necessidades do agricultor e a conseqüente elevação da qualidade de vida da maioria da população, mas pode também, ao contrário, ser feita beneficiando

★ *Contribuição apresentada no Seminário "Agricultura e Desenvolvimento", realizado de 13 a 16 de outubro de 1981 em Campina Grande, promovido pelo Mestrado em Economia (Rural) de Campina Grande, Universidade Federal da Paraíba*

★★ *Geógrafo, historiador e escritor, professor titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco.*

Rev. RAIZES	Campina Grande	Ano I	Nº 1	pgs. 87 - 98	jul. - dez./ 1982
-------------	----------------	-------	------	--------------	-------------------

aos grupos econômicos em detrimento desta qualidade de vida do trabalhador rural, o que dá uma maior importância ao problema fundamental do país que é, inegavelmente, o problema da terra.

A IMPORTÂNCIA DA TERRA PARA A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS BRASILEIROS

O Brasil, como todo o mundo capitalista, atravessa um momento difícil quer do ponto de vista econômico, quer do ponto de vista político. Tudo indica que vivemos uma crise econômica de grandes proporções que se aproxima daquela vivida em 1929; não foram ainda encontrados sistemas de controle do crescimento capitalista que evitem as crises cíclicas e, naturalmente toda crise econômica transborda para o setor político, face à interpenetração de um e de outro.

No caso do Brasil, país de grandes dimensões territoriais, com uma população elevada e mal distribuída, com um espaço onde existem grandes recursos naturais em exploração e por explorar, a crise se agrava face à debilidade de suas estruturas econômico-sociais. Debilidade que resulta ainda das marcas deixadas pela colonização, do controle dos principais setores econômicos por grupos estrangeiros e do modelo econômico concentrador de renda que nos foi imposto. Essa deficiência se acentua ainda por não havermos produzido uma ciência e uma tecnologia próprias que respondam aos desafios de nossa realidade, havendo uma tendência mesmo entre alguns setores de nossa elite cultural, de copiar e tentar impor ao país os modelos produzidos em outros países, em respostas a desafios diferentes dos nossos e portanto sem condições de aplicabilidade, com êxito, ao nosso espaço geográfico e social. Daí nos defrontarmos com uma série de questões, como a agrária, a regional, a urbana, etc. que demandam soluções urgentes, soluções que não são facilmente encontradas face à alienação dos nossos quadros técnico-burocráticos e à resistência dos setores econômicos e sociais que se beneficiam das distorções existentes.

Dentre estas questões, a mais grave e que requer uma solução mais urgente, é a agrária, de vez que a propriedade da terra, concentrada em poucas mãos, permite uma concentração de renda e de poder político que exclui a maior parte da população da participação em decisões sobre os destinos do país. Contribui ainda para o empobrecimento da maioria absoluta da população e provoca uma série de distorções tanto no sistema

produtivo, como também na distribuição da população – face às migrações internas –. pelo espaço geográfico brasileiro.

Admitimos que a Reforma Agrária não é uma panacéia que por si só resolva os problemas nacionais, mas ela, interferindo tanto na distribuição da propriedade, como na orientação da agricultura, visando dar maior importância aos setores destinados ao abastecimento do mercado interno que aos setores de exportação, procurando orientar o crescimento da produção dando-lhe fins ecológicos e sociais, trará grandes modificações à estrutura nacional e permitirá ao país um rápido desenvolvimento. Deve-se levar em conta que a estrutura fundiária é a grande responsável por uma série de distorções de nossa economia, mas que uma Reforma Agrária, para solucionar a grande questão, necessita ser bastante dinâmica e se constituir em um processo que vai gerando modificações de ordem objetiva que revertem ao próprio processo, modificando as suas finalidades, os seus objetivos, os seus fins. Uma Reforma Agrária que leve em conta as grandes diversificações regionais existentes no país e procure atuar sempre levando em conta que o homem é o sujeito que produz o espaço, que controla a economia e que o meio natural é apenas o objeto em que o homem atua, transformando-o de acordo com as suas necessidades e com as disponibilidades de capital e de conhecimento científico e tecnológico de que dispõe.

Daí partirmos para uma análise sucinta das condições atuais, e em seguida, formular considerações que indiquem alternativas para as modificações estruturais indispensáveis ao desenvolvimento do país.

LATIFÚNDIO E DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

Todos os estudiosos estão acordes de que o Brasil é, ao mesmo tempo, o país do latifúndio e do minifúndio. À primeira vista parece uma contradição esta afirmativa, mas os extremos se completam, de vez que o minifúndio, muito numeroso e ocupando pequenas áreas, é uma complementação para o latifúndio que necessita manter em suas imediações um exército de reserva, que ele convoca nas ocasiões em que necessita de mais trabalhadores e que ele faz refluir para a área vizinha nas ocasiões em que essa mão-de-obra se torna desnecessária. Fato inconteste em uma economia agrícola, em que a necessidade de mão-de-obra aumenta e diminui continuamente, com a seqüência das estações do ano.

Conceituar o que seria um latifúndio ou um minifúndio é difícil, se levarmos em conta que a extensão da propriedade necessária à manutenção de uma exploração agrícola rentável varia de acordo com uma série de fatores, como a proximidade do mercado a que se destina a produção agrícola, a fertilidade dos solos, o nível técnico da exploração, a especialização da produção etc. Daí haver o IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – depois sucedido pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – estabelecido a divisão do território nacional em áreas e selecionado o tamanho ideal da propriedade familiar para cada área, chamando-a de módulo. Assim, seriam considerados como minifúndios aquelas propriedades ou imóveis rurais de dimensões inferiores a um módulo e como latifúndios aquelas superiores a um módulo, mas não racionalmente exploradas, ou aquelas que tivessem mais de seiscentos módulos. Assim, o latifúndio seria classificado como por exploração, quando tivesse de um a seiscentos módulos, se não racionalmente explorado, e como por dimensão, sempre que tivesse mais de seiscentos módulos.

As análises estatísticas evidenciam de forma gritante a existência de uma grande quantidade de minifúndios – cerca de 70,1% dos imóveis rurais do Brasil e 77,3% os do Nordeste – frente aos latifúndios que correspondem apenas a 22,6% dos imóveis do Brasil ou a 18,5% dos do Nordeste(1); quando examinamos as áreas apropriadas vemos, em contraste, que os minifúndios ocupam cerca de 11,8% da área apropriada no Brasil e de 18,8% no Nordeste. Vemos assim que apesar de muito mais numerosos os minifúndios representam a ocupação de uma porção inexpressiva do território nacional, enquanto os latifúndios, inexpressivos quanto ao número, representam a apropriação de porções ponderáveis deste mesmo território. Não devemos esquecer ainda que grande parte do território brasileiro ainda se encontra por ocupar – 46,2% de sua extensão territorial – ou em processo de ocupação e de apropriação.

Ao debater a questão agrária, os estudiosos e políticos se dividem em grupos com posições as mais diversas, havendo aqueles que afirmam ser o “minifúndio improdutivo” o grande responsável pela crise agrária, necessitando ser eliminado, em contraposição àqueles que condenam o latifúndio e defendem a necessidade de uma Reforma Agrária autêntica, verdadeira, que beneficie os que realmente trabalham a terra e produzem alimentos e

(1) ANDRADE, Manuel Correia de, em *Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil*, pp. 28 e 34. Livraria Duas Cidades, São Paulo, 1980.

matérias-primas para a indústria. A simples análise dos dados fornecidos pelos Cadastros levantados pelo INCRA indica muito bem que não existe no Brasil um minifúndio improdutivo e inviável, mas, na verdade, um latifúndio improdutivo, mal explorado, que é utilizado, conforme a região e a mentalidade do proprietário, como uma condição para manutenção de um status social ou como uma reserva de valor. Observa-se ainda que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil não destruiu o latifúndio tradicional e subexplorado visando melhorar as condições de produção e de trabalho no meio rural, mas o substituiu pelo latifúndio moderno, capitalista, que utiliza subsídios governamentais para explorar de forma intensiva grandes áreas ou que as conserva como reserva de valor, beneficiando-se do processo inflacionário atual.

A grande propriedade está, naturalmente, ligada à grande exploração econômica, e, às vezes também, direta ou indiretamente à exportação — culturas de cana-de-açúcar, de café, de cacau, exploração florestal, criação de gado, etc., dispondo de poderosas organizações de pressão que influenciam a política governamental, garantindo-lhes o crédito fácil e barato, o preço mínimo compensador, o fácil acesso aos insumos, a garantia de mercado, etc., enquanto a pequena propriedade está ligada à produção de artigos de subsistência que não dispõem de facilidades de crédito, não dispõem das terras mais férteis e melhor localizadas nem de preços mínimos realmente superiores aos custos de produção. Daí haver quem distinga a agricultura brasileira em grande e pequena lavoura, ou em “lavoura de rico e lavoura de pobre”.

O grande proprietário geralmente administra a sua propriedade, utilizando empregados com qualificação profissional adequada, máquinas, adubos, inseticidas, corretivos de solos e se informa das condições do mercado a que se destina a produção. No latifúndio tradicional, em que os investimentos em capital-dinheiro são menos intensos, utilizam de forma variada a mão-de-obra disponível, através de relações geralmente consideradas tradicionais, como o arrendamento, pago em moeda ou em produto, a parceria, os sistemas variados de moradores e até a mão-de-obra assalariada. Formas de exploração que são consideradas como pertencentes a modos de produção dominados pelo capitalista e, por alguns autores, como formas diversas de assalariamento (2). Há ainda aqueles que admitem tenha havido um sistema

(2) PRADO Junior, Caio — *A Revolução Brasileira*. Editora Brasiliense. São Paulo, 1966.

feudal "sui generis" no Brasil e que estas formas de exploração da mão-de-obra sejam restos de relações feudais(3).

O pequeno proprietário explora diretamente a sua terra, auxiliado pela mulher e filhos — a mão-de-obra familiar —, contratando trabalhadores nos momentos "de pique" de trabalho, mas, ao mesmo tempo, vende a sua força de trabalho nas ocasiões em que as tarefas são menores em sua propriedade e que necessita de dinheiro.

Ao lado deste contraste, ainda é necessário salientar o problema das terras indígenas e dos posseiros e desbravadores que ocupam terras devolutas, preparando a ocupação definitiva do espaço geográfico nas chamadas fronteiras agrícolas e que vêm sendo espoliados e desalojados quando se organiza a apropriação da terra pelas grandes empresas ou pelos grandes proprietários. Fato hoje em destaque, sobretudo na Amazônia e no Centro Oeste, mas que também ocorre no Nordeste, na sua porção ocidental, no Maranhão, Piauí, Oeste da Bahia e no Norte de Minas Gerais. É o fenômeno chamado de "grilagem", através do qual coronéis poderosos e empresas muitas vezes estrangeiras, expulsam os povoadores e se apossam de terras que já deveriam ter sido tituladas em favor de quem as ocupou e as beneficiou.

Ligado ao problema da questão agrária está o processo de marginalização e de expropriação dos indígenas, cada vez mais reduzidos em suas posses e mais pobres, assim como a desapropriação de posseiros que cultivam a terra à várias gerações e que são afastados em consequência da implantação de grandes projetos governamentais, de construção de estradas, de barragens e de programas de irrigação. Problema que vem sendo levantado e discutido a nível de imprensa e que vem preocupando não só aos cientistas sociais como também aos políticos e, sobretudo, à Igreja. Documentos da CNBB, como o de Itaici, ao abordar a questão agrária, estão constantemente levantando a necessidade de se distinguir a terra como terra de trabalho, da terra como terra de exploração(4). Inegavelmente, a questão da terra, queiram ou não os que se opõem à sua discussão, é um dos problemas fundamentais a ser discutido e resolvido, interessando tanto à Igreja como aos leigos, tanto ao Estado como à sociedade civil. E, sem a solução do problema da terra, não se poderá solucionar nenhum dos outros problemas com que o Brasil se defronta. Ainda, analisando-se o problema da propriedade da terra, deve-se ligar à mesma uma série de outros problemas

(3) *GUIMARÃES, Alberto Passos — Quatro Séculos de Latifúndio 3a. edição, Paz e Terra. Rio de Janeiro, s/d.*

(4) *CNBB. A Igreja e os Problemas da Terra. Revista de Cultura Vozes. Ano 74, Vol. LXXIV, Março de 1980, pp. 5/20, Petrópolis.*

como o do acesso ao crédito, às informações, aos serviços governamentais etc., como tentamos exemplificar nos itens que se seguem.

O PROBLEMA DO ACESSO AO CRÉDITO FUNDIÁRIO

Um dos problemas mais sérios é o do acesso ao crédito agrícola, sobretudo nos últimos dez anos, quando a rede bancária se estendeu por todo o território nacional e o acesso ao crédito foi ampliado para atingir os pequenos e médios proprietários. Este acesso é feito através de escritórios especializados e controlados pelo Estado, através dos chamados projetos de financiamento e acessando os Bancos na fiscalização da aplicação dos recursos obtidos. Sob o controle bancário fica a política de concessão do preço mínimo e o estímulo a determinadas culturas em detrimento de outras.

Estudos feitos sobre o crédito agrícola (5) indicam haver uma grande concentração em favor dos grandes produtores, de vez que 1% dos contratos de crédito corresponde a 39,8% do valor total do crédito agrícola concedido e na base da pirâmide de devedores 50% dos contratos cobrem apenas 4,2% do crédito concedido. Dentro de nossa estrutura econômico-social, os grandes proprietários, muitas vezes grandes empresas multinacionais, têm maiores facilidades de acesso ao Banco do Brasil e aos bancos regionais e estaduais do que a massa enorme de pequenos produtores, muitas vezes não proprietários e dependentes, para obterem crédito de custeio do atendimento do proprietário que lhe fornece ou não a chamada carta de anuência. Carta de anuência que é considerada pelo proprietário como um favor e que pode não ser fornecida no ano seguinte.

Levando-se em conta os empréstimos em relação à área das propriedades (6) observa-se que para os pequenos produtores que exploram até 10 ha, o crédito concedido é da ordem de 200 cruzeiros por hectare, enquanto para os grandes, que possuem mais de 10.000 ha a proporção foi, em 1975, da ordem de 3.143 cruzeiros por ha.

Observando-se uma diversificação do financiamento em relação às lavouras financiadas, algumas lavouras têm um financiamento elevado por ha, como a soja, em grande parte destinada à exportação, o arroz, de grande

(5) PINTO, Luís Carlos Guedes. *Nota sobre a Política de Crédito Rural*. pp. 16/17. Edição mimeografada. Campinas, 1981.

(6) PINTO, Luís Carlos Guedes — *Obra citada*, p. 20

consumo no mercado interno(7), o café, nosso principal produto de exportação, e o trigo, muito consumido no país mas cuja produção é deficitária em relação ao consumo, constituindo-se um dos grandes produtos de importação e um dos fatores do desequilíbrio do nosso balanço de pagamentos.

Os mais baixos percentuais de financiamento são colhidos justamente pelos produtos de maior consumo da população brasileira, como a mandioca, o feijão e o milho. Parece até que a política de financiamento é feita para restringir a produção dos artigos destinados à alimentação da população. Política que já tornou o nosso país, em alguns anos, importador de milho e de feijão.

Ao lado da desigual distribuição do crédito, segundo o tamanho da propriedade e segundo o produto, constata-se uma grande injustiça na distribuição entre as regiões brasileiras, como se pode observar na Tabela no. 1.

TABELA No. I
CRÉDITO E REGIÕES GEOGRÁFICAS NO BRASIL – 1975

Região	Produção (%)	Crédito recebido (%)
Norte	2,16	1,57
Nordeste	19,42	12,54
Sudeste	30,54	33,57
Sul	39,28	44,13
Centro Oeste	3,53	8,19

FONTE: Luis Carlos Guedes Pinto – Notas sobre a Política de Crédito Rural

O PROBLEMA DA FERTILIDADE DOS SOLOS

As reflexões a respeito dos problemas ligados ao clima e ao solo como elementos restritivos ao desenvolvimento agrícola devem ser recebidas com muito cuidado, com muita reserva, de vez que o problema maior na apropriação dos solos e na relação com o meio ambiente está na dependência do manejo dos solos e na tecnologia utilizada. Assim, se existem culturas que necessitam de muita água e são cultivadas preferencialmente em áreas de clima úmido, como a cana-de-açúcar e o arroz, existem as culturas de plantas

(7) -----, *Obra citada, pp. 30 e seguintes.*

xerófitas, como a mamona, o sisal, o algodão arbóreo que estão bem adaptadas aos climas semi-áridos. Convém lembrar também que certas culturas de vegetais de ciclo vegetativo curto podem ser feitas com sucesso nas áreas de clima semi-árido, de vez que o curto período chuvoso dá condições ao desenvolvimento às mesmas, como ocorre com o feijão e com o sorgo.

As técnicas de irrigação, aproveitando rios perenes como São Francisco e as grandes represas construídas pelo DNOCS, vêm permitindo o desenvolvimento da agricultura irrigada de alimentos de grande consumo no meio urbano como o tomate, o pimentão, a cenoura, o alho e até de frutas como a uva de mesa, a melancia, o melão, etc., sobretudo entre as famílias de renda média e alta.

O desenvolvimento da irrigação na vale do São Francisco vem provocando um avanço sobre as terras não tituladas situadas no vale e permitindo a implantação de grandes projetos de empresas ricas, visando à produção de álcool e de açúcar. Neste vale deverá se localizar um grande número de destilarias e já se encontra em funcionamento, no município de Juazeiro da Bahia, uma grande usina de açúcar, a Mandacaru, que produzirá, em futuro próximo, segundo seu plano de expansão, mais de um milhão de sacos de açúcar, possuindo já mais de dois mil hectares cultivados com cana. Esta usina vem obtendo uma produtividade média record, da ordem de 140 ton/ha, o que contrasta com a média da região açucareira do Leste nordestino onde a média é da ordem de 50 ton/ha.

Se a irrigação vem permitindo a expansão de culturas típicas dos climas úmidos no sertão semi-árido, propiciando uma produtividade muito elevada, vem provocando também a salinização de solos, já ocorrido em Petrolândia e em Cabrobó. Técnicos especialistas no assunto admitem que a salinização poderá ser combatida com a construção de drenos profundos nas áreas em que domina a irrigação por infiltração ou com a substituição deste tipo de irrigação pela irrigação por apersão. Grandes capitais devem ser investidos em pesquisas que orientem mais os processos de irrigação mais favoráveis para as nossas áreas secas, transformadas em zonas de intensa exploração agrícola

As secas têm provocado o carreamento de grandes recursos para a região semi-árida, empregados em obras de açudagem, na construção de estradas e de usinas hidro-elétricas. Os programas governamentais aplicam recursos na contratação da mão-de-obra da área por ocasião das grandes secas, com o fim de retê-la na região. A construção de obras de emergência beneficia sobretudo àqueles que são grandes proprietários que vêm as suas terras valorizadas e que dispõem de mão-de-obra barata retida na área pelos programas de emergência. É ainda na ocasião da seca, que os grandes proprietários

compram, a baixo preço, as terras e o gado dos pequenos proprietários que não têm condições de se manter em suas propriedades. Daí afirmar-se no Sertão que a “seca é a mãe dos ricos e a madrasta dos pobres”.

A GRANDE OPÇÃO: MODERNIZAÇÃO OU DESENVOLVIMENTO

Diante do estágio em que se encontra a conjuntura brasileira em geral e a nordestina em particular, defronta-se a sociedade com duas opções, duas alternativas: modernizar, consolidando o poder político e econômico da grande oligarquia, ou desenvolver, elevando o padrão de vida e as condições econômicas da população como um todo.

A primeira opção foi a vitoriosa, sobretudo depois da eliminação da experiência feita no Governo Miguel Arraes em Pernambuco, pelo Grupo Executivo da Produção de Alimentos (GEPA), que procurava levar ao pequeno agricultor, ao mesmo tempo, o crédito agrícola, a assistência agrônômica e a organização da comercialização, visando elevar as suas condições de utilização da terra em seu próprio benefício.

A segunda opção, vitoriosa nos últimos vinte anos, procurou levar à agricultura o crédito agrícola, ligando-o a uma tecnologia poupadora de mão-de-obra, utilizadora em larga escala da mecanização e de insumos, em grande parte importados. Daí, abandonar-se a idéia de uma agricultura biológica, da utilização em larga escala do adubo orgânico e de uma maior preocupação com a utilização da mão-de-obra, sobre as máquinas, mesmo sabendo-se que nos solos pouco profundos e silicosos o uso das máquinas acelera o processo erosivo. É que, às empresas industriais, interessava vender máquinas — tratores, colhedoras, arados, plantadeiras, etc. — e à indústria química interessava vender adubos químicos, fungicidas, inseticidas, o “veneno” de que os agricultores tanto falam.

Também passou-se a estimular a utilização de sementes novas e de espécies vegetais, sem se levar em conta a adaptabilidade e a conveniência agrônômica das mesmas. As florestas heterogêneas e nativas foram substituídas por florestas de pinus e de eucalíptos que quebram o equilíbrio do meio biológico e prejudicam à população, mas que propiciam às grandes empresas os lucros da exploração da madeira e o subsídio do reflorestamento. Política que vem também favorecendo o desenvolvimento da pecuária em detrimento da agricultura. A pecuária favorece sobretudo ao grande proprietário porque, com o boi, ela pode ocupar áreas muito amplas com pouca mão-de-obra, guardando a terra como reserva de valor.

A AÇÃO DO ESTADO

A ação do Estado vem favorecendo a política de modernização, mesmo quando o ônus da mesma recai sobre as camadas mais pobres, sobre os pequenos proprietários e os trabalhadores sem terra que ocuparam as grandes áreas e que se encontram em processo de expropriação.

Assim, o Estado favorece a expansão da fronteira agrícola, como se as áreas já ocupadas estivessem saturadas. Convém salientar que nessas áreas apropriadas domina o latifúndio por exploração, a grande e a média propriedade sub-explorada. Na expansão da fronteira agrícola, o Estado subsidia a implantação de grandes projetos agro-pecuários pertencentes a grandes empresas e a colonização em cujos núcleos são colocados trabalhadores sem terra ou antigos pequenos proprietários. Convém salientar, porém, que as áreas destinadas às empresas agrícolas e os recursos que lhes são fornecidos são dezenas de vezes superiores às áreas e aos recursos destinados aos núcleos coloniais. Defende-se esta política com a falácia de que a empresa é melhor administrada e conseqüentemente mais rentável que a pequena parcela do colono. Também ao estabelecer os preços mínimos para os produtos da grande lavoura são estes bem superiores ao custo de produção, face ao poder de processo que têm os grandes produtores junto ao aparelho estatal, enquanto para os produtos da pequena lavoura, em geral, o preço mínimo é bem inferior ao custo de produção, fazendo com que o pequeno produtor fique a mercê das oscilações do mercado. A respeito convém salientar que há produtos agrícolas de grande expressão em algumas áreas, como a cebola, que não recebem a garantia do preço mínimo.

Devemos salientar(8), como já o fizeram outros estudiosos, que os chamados programas especiais, como o PROTERRA, o POLONORDESTE o Projeto Sertanejo, o PRODECOR, etc., não têm tido resultados satisfatórios, a ponto de provocar mudanças na estrutura agrária, consolidando a formação de uma classe média forte no meio rural, mas apenas servido como paliativo para “quebrar galho” nos momentos de crise. Consultem-se os vários núcleos destes programas especiais e se verá que o crédito fundiário, destinado à desapropriação dos excedentes de terras dos latifúndios e à criação de pequenas propriedades, é geralmente insuficiente, ou praticamente inexistente. Isto é desolador, quando se sabe que o problema crucial na questão agrária é o da propriedade da terra, da melhor distribuição da

(8) SAMPAIO, Yoni; IRMÃO, José Ferreira e GOMES, Gustavo Maia, em *Política Agrícola no Nordeste*. BINAGRI, Edições Brasília, 1979.

propriedade, a fim de que o produtor tenha acesso à mesma. A partir da reestruturação fundiária, com a eliminação do latifúndio, é que passa a ter validade uma política liberal de crédito agrícola, de assistência técnica ao produtor rural e de organização da comercialização com o desenvolvimento do cooperativismo. Se a reestruturação fundiária não é a única questão a ser resolvida, é porém a principal, sendo as outras medidas complementares à mesma. E a questão agrária é, inquestionavelmente, a questão fundamental a ser resolvida no espaço brasileiro. Sem a sua solução teremos em agravamento constante o problema do nosso subdesenvolvimento e a própria realização do Brasil como povo e como nação.

O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL COMO ETAPA E VIA DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA*

Alberto Passos Guimarães**

AS CONDIÇÕES EVOLUTIVAS FUNDAMENTAIS

A agricultura, como setor fundamental das forças produtivas, passou por diversas etapas históricas em sua marcha evolutiva. A primeira dessas etapas foi marcada pela passagem da vida nômade para a vida sedentária, iniciada no período Neolítico, quando ocorreram a domesticação de animais e o cultivo do solo. A segunda etapa consistiu na revolução agrícola, que abriu caminho à Revolução Industrial, com a gradativa substituição da força humana pela força mecânica em todos os trabalhos produtivos. A terceira etapa destacou-se pela separação econômica e geográfica entre a agricultura e a indústria, quando as atividades industriais começaram a estabelecer-se nas cidades, onde ampliaram suas possibilidades de crescimento, evoluindo das formas artesanais de produção para a manufatura e desta para o sistema de fábrica, o *factory system*.

É na quarta etapa do crescimento agrícola, quando agricultura e indústria voltam a unir-se que agora a agricultura se encontra, desde os fins do século passado. Essa etapa coincide com a transformação do capitalismo concorrencial no capitalismo monopolista, com a formação dos acordos, dos cartéis, das combinações ou integrações verticais ou horizontais. Estas se caracterizaram pela formação de unidades econômicas constituídas de atividades primárias (extração de minérios ou produção de matérias-primas agropecuárias) e atividades secundárias (produção de produtos transformados, como os siderúrgicos e metalúrgicos, os tecidos, os derivados do petróleo).

A consorciação de grandes produtores do mesmo ramo ou setor foi um exemplo das combinações, hoje chamadas integrações horizontais, do

* O tema do presente trabalho foi o centro da palestra proferida pelo autor no seminário "Agricultura e Desenvolvimento", celebrado do 13 ao 16 de outubro de 1981 em Campina Grande, promovido pelo Mestrado de Economia Rural de Campina Grande, Universidade Federal da Paraíba.

** Escritor.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano I	Nº 1	pgs. 99 - 104	jul. - dez./ 1982
-------------	----------------	-------	------	---------------	-------------------

mesmo modo que as consorciações entre produtores primários e produtores secundários foram exemplos das integrações verticais.

O elemento propulsor, a força motriz dessas mudanças ocorridas no fim do século XIX, a partir da Primeira Grande Depressão que teve início com a crise de 1870 e chegou a durar até a década de 1890, foi a transformação das forças produtivas. Neste processo se destaca a ação da lei tendencial da queda da taxa de lucros.

Eis como Rudolf Hilferding, o eminente economista autor do livro clássico *O Capital Financeiro* explica a natureza desse fenômeno:

‘Essa diferença na taxa de lucros tem que ser vencida e somente pode sê-lo mediante a união da indústria extrativa com a manufatureira, mediante a combinação. O impulso para a combinação variará conforme a fase da conjuntura. Em tempos de prosperidade, o impulso será das empresas manufatureiras, que superam assim os elevados preços das matérias-primas, inclusive sua escassez. Na depressão, os produtores das matérias-primas se unirão às empresas manufatureiras para não terem que vender as matérias-primas abaixo do preço de produção. São os próprios produtores que a elaborarão e realizarão maior lucro do produto acabado. Resumindo: existe uma tendência que força o setor industrial que esteja em condições menos favoráveis a combinar-se com o setor que realiza lucros mais altos’.

 (1)

Algo parecido sucede com as formas diversas que está assumindo, nos dias atuais, a integração da agricultura pela indústria. A crise agrária, com suas manifestações mais comuns como a crescente queda da lucratividade e a maior instabilidade dos preços agrícolas, principalmente dos produtos que circulam dentro da esfera da economia em que ainda prepondera a livre concorrência, faz com que a agricultura, que tende a manter-se no lado das condições menos favoráveis, seja levada a combinar-se com a indústria que é, geralmente, dentre os dois setores, o de maior capacidade de acumulação capitalista. A agricultura é atraída à integração não só para assegurar a obtenção de meios de produção mais eficientes, necessários ao incremento de sua produtividade, como também para garantir o escoamento de seus produtos em um mercado cada vez mais controlado pelas grandes empresas industriais e/ou comerciais.

(1) Hilferding, Rudolf: *El Capital Financiero*, Ed. Tecnos, 1973, p. 215-216.

Karl Kautsky, principalmente na sua importante obra *A Questão Agrária*, mostrou aguda percepção do processo evolutivo da agricultura ao descobrir que "o modo de produção moderno chega (. . .) no fim do processo dialético, a seu ponto de partida, a supressão do divórcio entre a indústria e a agricultura". E não deixou de traçar as linhas mestras sob as quais se estabelece essa reunificação: "Se na agricultura campesina primitiva, a agricultura era, do ponto de vista econômico, o elemento decisivo e dirigente, esta relação agora se subverte. A grande indústria capitalista passa agora a dominar. A agricultura passa a obedecer às suas ordens, adaptar-se às suas exigências. A direção da evolução industrial serve de regra à evolução agrícola". (2)

Ao antever a união da agricultura e da indústria, como etapa ulterior da evolução do modo de produção moderno, Kautsky soube fazer uma avaliação precisa das mudanças, que já no seu tempo se verificavam, para sair das dificuldades decorrentes da crise agrária geral. De fato, no fim do século passado, já se haviam tornado evidentes, nos países mais desenvolvidos da Europa e América, os sinais da passagem da agricultura artesanal para a agricultura industrial. Os instrumentos e materiais de produção, que na fase artesanal eram de grande simplicidade, apresentavam certo grau de tecnificação: o uso da tração a vapor, das semeadeiras e ceifadeiras, das debulhadoras acionadas a motor estava-se generalizando. A agricultura que produzia excedentes para o mercado e admitia trabalhadores assalariados estava acusando grande expansão. Uma parte crescente dos meios de produção necessários a aumentar sua produtividade passavam a ser adquiridos, nos centros urbanos, das grandes indústrias produtoras de equipamentos e de insumos diversos, e uma parte crescente dos produtos agrícolas era fornecida a grandes indústrias dos mesmos centros, que os processavam e os transformavam em produtos elaborados.

Será oportuno lembrar, neste ponto, que fatos circunstanciais concorreram para que, desde os tempos coloniais, o Brasil se antecipasse ou se retardasse – conforme seja mais próprio dizer – no processo de união ou de combinação entre a agricultura e indústria, o que se deu em nossa história econômica a princípio em bases pré-capitalistas e, mais tarde, em bases capitalistas, com a fabricação do açúcar. O fato de que a cana-de-açúcar não suportava o transporte através do oceano e haveria de ser transformada ime-

(2) Kautsky, Karl: *A Questão Agrária*, Ed. Flama, s/d, p. 272

diatamente após o seu corte ou sua colheita, obrigou à Metrópole, que em seus alvarás proibia a implantação de manufaturas em suas colônias, a abrir uma exceção no sentido de permitir a fabricação do açúcar no Brasil. Mas a união entre a agricultura e a fabricação do produto, que chegou a ser a principal mercadoria no comércio mundial da época, foi realizada sob o domínio da agricultura sobre a fábrica e não como se dará nos dias atuais em que essa reunificação se faz sob o domínio da grande indústria sobre a agricultura.

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL

O Complexo Agroindustrial, como resultado do mais rápido crescimento da industrialização da agricultura nas décadas posteriores a 1950, é um fato recente e uma etapa importante da economia agrícola e não só desse setor da produção, mas de toda a economia mundial. Esse fenômeno está sendo responsável por mudanças profundas nas relações entre as atividades econômicas de produção e de distribuição, notadamente nas relações entre a agricultura e os demais setores da economia.

Uma parte crescente dos produtos agrícolas não é mais entregue diretamente, em sua forma natural, ao consumo: é adquirida e processada pela indústria. Uma parte crescente das necessidades de consumo da agricultura não é mais obtida dentro das explorações agrícolas: é suprida pela indústria. As indústrias processadoras de produtos agrícolas não são mais as pequenas e médias unidades produtivas que utilizavam meios mecânicos mais ou menos rudimentares; são, não raramente, gigantescas unidades produtivas que utilizam tecnologias altamente desenvolvidas. E assim também o são, destacadamente, as indústrias de insumos modernos, que suprem a agricultura, desde os fertilizantes e defensivos químicos até a maquinaria mais sofisticada. Portanto a agricultura deixou de ser, por força da industrialização, um setor isolado, e muito menos um setor dominante na economia de qualquer país. Tornou-se uma parte integrante de um conjunto maior de atividades inter-relacionadas: tornou-se parte — e um setor dominado — dentro de um complexo agroindustrial.

DO PAPEL E DA ESSÊNCIA DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL

O conceito de complexo agroindustrial surgiu na década de 1950, no período de mais intensa industrialização, como resultado dos estudos reali-

zados nos Estados Unidos e na Europa, sobre a participação das atividades agrícolas nas relações inter-setoriais, a partir das teorias sobre essas relações formuladas pelo professor Wassily Leontief. Através da organização de quadros matriciais, obteve-se a comprovação empírica da justa medida em que a agricultura se estava tornando, em consequência do processo de substituição dos métodos tradicionais pelos métodos industriais de produção, um elemento cada vez mais vinculado a um conjunto produtivo, em relação ao qual aumentava sua dependência. À medida que se industrializava, a agricultura passava de um nível inferior a um nível superior de desempenho, mas isso também significava uma perda progressiva de sua autonomia e de sua capacidade de decisão.

Ao aumentar sua dependência, de um lado, em relação ao forte grupo de indústrias fornecedoras de insumos e equipamentos básicos; e, de outro lado, em relação às grandes indústrias transformadoras e compradoras da maior parte dos produtos agrícolas, a agricultura irá aumentar sua produtividade, mas irá também aumentar seus custos, sem poder compensar esses aumentos, com um equivalente aumento de sua lucratividade. Isso também porque, entre outras razões, o mercado, que nessa nova etapa se formará para seus produtos, será muito menos competitivo e tenderá a ser dominado, mais e mais, por condições monopolísticas.

Desde os primórdios do capitalismo industrial a agricultura, através dos mecanismos tradicionais, transfere para os setores não-agrícolas parte do produto agrícola. Com a formação do Complexo Agroindustrial, uma parte maior do produto agrícola é transferida através de novos mecanismos formados com as relações inter-industriais ou inter-setoriais gerados no processo de integração agroindustrial. Por meio dessa integração, a agricultura em seu conjunto paga um tributo aos grandes consórcios supridores de equipamentos e insumos agrícolas, que se colocam a montante do fluxo produtivo. Paga também tributo aos consórcios industriais ou comerciais que se colocam a jusante do fluxo da produção. A agricultura, em seu conjunto, paga esse duplo tributo porque os produtos que fornece são comercializados a preços de concorrência, ao passo que os produtos adquiridos pela agricultura o são por preços de monopólio.

Mas há um setor da agricultura, formado pelos pequenos e médios produtores, organizados como unidades produtivas de caráter camponês ou familiar, que pagam ainda maiores tributos. Esse setor, na sua quase totalidade, não consegue acumular, pois não retém para si todo o excedente eco-

nômico produzido pelo trabalho dos agentes da produção despendido em sua unidade de exploração, isto é, não conseguem reter todas as parcelas correspondentes à renda da terra e ao lucro médio que, somadas, formam o total do excedente econômico ou do trabalho suplementar. Cada uma dessas parcelas, segundo o grau de pressão do mercado, são cedidas ao comprador. E até mesmo uma parte do trabalho necessário, que corresponde às necessidades básicas de sua subsistência e da subsistência de sua família, é também cedida ao comprador nas conjunturas mais difíceis. Assim se explica o interesse do capital monopolista em reproduzir e manter como setor dominado e integrado no Complexo Agroindustrial, a pequena e média produção camponesa.

No Brasil, onde a grande maioria das indústrias, que se colocam a montante e a jusante da agricultura, é constituída de grandes corporações multinacionais e, portanto, empresas monopolistas, a situação apresenta características muito mais graves, pois uma parte considerável do produto agrícola é transferida para o estrangeiro. Os principais fabricantes de tratores e equipamentos agrícolas (Massey Ferguson, Ford, etc.) são grandes corporações multinacionais. Os principais fabricantes de rações animais (Cargill, Ralston Purina, Central Soya, Anderson Clayton) são multinacionais. Os principais fabricantes de cigarros, que dominam praticamente 100% do mercado (Souza Cruz, Reynolds, Phillip Morris Inc.) são multinacionais. Multinacionais também são as empresas que dominam o mercado de veículos automóveis (Volkswagen, General Motors, Ford, Mercedes Benz, Fiat), o mercado de margarinas (Unilever, Cargill, Sanbra, Anderson Clayton), o mercado de produtos farmacêuticos, o mercado de laticínios (Nestlé) e mais outras centenas de empresas estrangeiras que monopolizam o mercado de alimentos e proteínas e outros produtos de consumo popular.

Por tudo isso, o Complexo Agroindustrial é uma etapa importante e uma via importante do desenvolvimento da agricultura. Mas é, principalmente, um fator da intensificação da espoliação das classes trabalhadoras do campo, um elemento propulsor das desigualdades no desenvolvimento rural, uma causa a mais da concentração da propriedade e da renda, e um canal a mais da evasão da renda nacional para o Exterior.

NOTAS ACERCA DA INTERMINAÇÃO INSTITUCIONAL RECENTE E SEUS EFEITOS SOBRE O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DE ÁREAS DE FRONTEIRAS DA AMAZÔNIA E CENTRO-OESTE ★

Francisco Barreto★★

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Explicitar algumas considerações sobre o processo de ocupação e de expansão da fronteira agrícola, e desse modo, as modalidades de penetração do capital, viabilizada em particular por mecanismos governamentais, constitui o intuito principal dessas notas. Com efeito, o exame desta questão geral, pressupõe uma avaliação do papel da intermediação institucional do Estado, ao par da observação de seus mecanismos quanto aos efeitos reflexos da penetração das frentes capitalistas, que têm à sua conta gerado intensas contradições, às quais se materializam, sob a forma generalizada de segregação sócio-econômica da força de trabalho.

A questão ecológica, sem recorrer necessariamente ao preservacionismo ortodoxo, ao lado das intensas manifestações de discriminação social, vem sendo objeto de preocupação constante, sobretudo, quando se verificam as extremadas diferenças entre os padrões vigentes da ocupação e as incompatibilidades verificadas ao nível dos ecossistemas locais. Os reflexos econômicos, sociais e ecológicos têm trazido com intensidade a Amazônia e o Centro-Oeste ao debate nacional, e quase sempre com a justeza necessária.

★ *Trabalho apresentado no Seminário "Agricultura e Desenvolvimento", realizado de 13 a 16 de outubro de 1981 em Campina Grande, promovido pelo Mestrado em Economia (Rural) de Campina Grande, Universidade Federal da Paraíba. Os elementos expostos nessas notas, têm sua origem nos estudos realizados pelo PIMES/CME sobre as Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro, em particular no Relatório de Pesquisa no. 3 de Avaliação das Políticas de Desenvolvimento Regional Parte IV volume I e II - Regiões Norte e Centro-Oeste, de cuja equipe de pesquisa o autor fez parte.*

★★ *Diretor da Fundação para o Desenvolvimento de Pernambuco e Consultor Internacional de Planejamento Regional e Urbano.*

Rev. RAIZES	Campina Grande	Ano I	Nº 1	pgs. 105 - 121	jul. - dez./ 1982
-------------	----------------	-------	------	----------------	-------------------

Por consequência, os reflexos negativos e as inconsistências comprovadas, do atual processo de ocupação da fronteira amazônica, traduzem em última instância a generalização de opções econômicas que, se por um lado, têm multiplicado os ganhos relativos do capital financeiro e industrial e de suas investidas especulativas, por outro, não têm assegurado a contrapartida necessária ao desenvolvimento regional, principalmente no que tange aos efeitos de emprego e renda.

A Amazônia, à imagem de Armando Mendes, tem sido uma avenida de sentido único, manipulada ao deleite dos interesses extrarregionais.

Assim sendo, a internalização dos presumíveis efeitos multiplicadores dos investimentos recentes, não se tem dado em escalas compatíveis, envolvendo dessa forma um intenso processo de drenagem econômica, aliado a uma superextensiva exploração da força de trabalho, incompatíveis pois, com uma trajetória de desenvolvimento social. E nisto tudo, o Estado tem um papel capital viabilizando na Amazônia “modelos” de ocupação que se inspiram fortemente na necessidade estrutural da expansão capitalista no Brasil.

Com efeito, a incorporação de novas áreas ao processo produtivo é um dos movimentos envidados no sentido de alargar a fronteira econômica na Amazônia e no Centro-Oeste, movimentos estes, que vêm sendo perseguidos com grande insistência nos últimos decênios. Essas regiões vêm experimentando, a partir do final da década de 1960, um processo de ocupação bastante acelerado, ainda que heterogêneo, em termos de seus respectivos subespaços, cuja explicação principal se respalda na expansão e na modernização da agricultura. O referido processo é decorrente, em outras palavras, da aceleração dos níveis recentes de acumulação de capital. Efetivamente, o padrão de acumulação definido a partir dos anos cinquenta, consolidado em meados da década seguinte, passou a desenvolver um potencial cumulativo que tendencialmente extrapolou os limites do setor urbano-industrial, encaminhando-se para outras frentes, em particular à agropecuária.

Desse modo, verifica-se que é a partir da necessidade de novos segmentos de acumulação capitalista, em particular pelo estabelecimento de vínculos introduzidos pelo quadro de novas relações interindustriais, produtoras de insumos agrícolas modernos, que vêm se definindo os contornos do processo de expansão em direção ao setor agrícola, passando este a ser objeto de desfrute do capital industrial.

Nessa perspectiva, como assegura D. Goodman¹ referindo-se ao Centro-Oeste, essa “é uma economia regional periférica sofrendo colonização e mudança rápida na medida em que é conduzida a uma estreita integração com os mercados de fatores e produtos dos centros urbanos dominantes no Centro-Sul . O espectro da expansão necessária para garantir a acumulação, aliada à disponibilidade de fatores, em particular do enorme potencial de terras aptas a gerar excedentes, tanto para o mercado interno quanto externo de produtos agrícolas, ampliando as fronteiras da agricultura comercial, são concordantes e convergentes aos objetivos precípuos da relatada acumulação capitalista.

É preciso entretanto salientar que, para a consecução de objetivos visados e consistentes com os pressupostos lógicos, indispensável revelou-se a intermediação do Estado através de seus múltiplos mecanismos de intervenção. Nesse sentido, talvez seja possível afirmar que, sem a presença de intermediação institucional do aparato público, em particular pela transferência do excedente apropriado aos setores privados, dificilmente se projetaria com tanta rapidez o processo de ocupação das fronteiras.

Assim, ainda, é possível admitir que o Estado, viabilizando a referida ocupação através de seus múltiplos tratamentos diferenciados, se afirma enquanto o principal veículo de generalização das relações de produção capitalistas, em particular pela prática de políticas e mecanismos que subsidiam a difusão destas mesmas relações. A integração dos mercados de fatores e de produtos a que Goodman² se refere, passa a nortear os eixos da expansão econômica no Centro-Oeste e Amazônia.

O esforço financeiro aportado pelo Setor Público, orienta-se basicamente para a disseminação de uma dinâmica ocupacional consistente com os objetivos definidos pelo padrão de acumulação. As diversas modalidades de atuação, em particular os incentivos, os mecanismos creditícios vinculados a “pacotes tecnológicos” e a difusão de infra-estrutura econômica, constituem a garantia de uma expansão centrada fundamentalmente em base e escala empresarial.

(1) Goodman, David: *Expansão da Fronteira e Colonização Rural: Recente Política de Desenvolvimento no Centro Oeste do Brasil*, in *Dimensões do Desenvolvimento Brasileiro*, Ed. Campus, Rio de Janeiro 1978.

(2) Goodman, D., *op. cit.*

As escalas de investimento e de tecnologia visadas à incorporação econômica, em particular das áreas de fronteira³, irão conduzir a consolidação do enfoque empresa-rural enquanto alternativa prioritária para a introdução das relações capitalistas de produção. O esforço em questão, caucionado na sua totalidade pela intervenção do Setor Público, certamente, por um lado, contribuirá para o aumento de determinados níveis de produtividade agrícola e pecuária, ainda que os custos venham a ser bastante elevados; por outro, deverá, também como assinala Goodman⁴, disseminar a “reprodução de formas de latifúndio de propriedade e a distribuição desigual de renda e riqueza, característica da sociedade rural em qualquer parte do Brasil”.

Os elementos disponíveis não permitem contudo avaliar em que ritmo vem se dando a reprodução dos latifúndios a que Goodman se refere, sabendo-se entretanto que a permissividade do instrumental disponível concorrerá para a aceleração da velocidade das apropriações de grandes glebas. Neste movimento de apropriações, dois processos se distinguem:⁵ o primeiro destes refere-se à penetração dos fazendeiros capitalistas do Centro-Sul, que são reconhecidos enquanto principais agentes do processo de modernização, visto que, frequentemente, associam-se a outros segmentos da produção com vistas à instalação de um complexo agroindustrial. O segundo movimento, refere-se à introdução de grandes grupos industriais e financeiros (particularmente ao norte de Mato Grosso) dedicando-se em grande parte a um processo intensivo de especulação fundiária.

Este processo, em última análise, tem características fortes de acumulação primária, seja pelas modalidades de captar recursos financeiros, seja ainda pela forma de se apropriar da terra e, ainda, das relações de trabalho induzidas. O processo em questão, extremamente discutível no plano dos benefícios reais, de um lado, (visto que um bom número dos atuais conflitos violentos pela posse da terra e ainda das freqüentes expulsões de posseiros tem se localizado no âmbito de atuação das grandes empresas) e de outro, ao se verificar, que nada assegura a ocorrência de resultados econômicos efetivos.

(3) Goodman, D., *op. cit.*

(4) *Idem*, p. 301

(5) Para maior referência vide O. Velho in *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. DIFEL, Rio de Janeiro 1976.

Ao que parece, o que norteia tal movimento e a prática monopolística de controle de grandes glebas de terras, visando sobretudo usufruir vantagens, resultantes das sensíveis elevações dos preços das terras. Este procedimento especulativo, tende alijar a possibilidade de incorporação das terras controladas por estes mesmos grupos ao processo produtivo, gerando freqüentemente, inconsistências sociais que se manifestam pela já citada violência dos diversos segmentos sociais envolvidos, decorrentes em particular, dos métodos manipulados para a apropriação das terras.

Tanto um processo, como o outro, são decorrências naturais dos movimentos de expansão do capitalismo no campo, sendo que, o primeiro destes tem possivelmente uma capacidade de induzir modificações econômicas mais ponderáveis. No caso dos cerrados, a opção pela escala empresarial é de terminante pois como sugeria o Ministro Reis Velloso⁶, "... o cerrado não gosta da agricultura tradicional e sim de agricultura empresarial, com inteligência. Gosta de fertilizantes, de tecnologia avançada e de mecanização. É uma oportunidade que temos de modificar a estrutura da exploração agrícola no Brasil"

Ao lado deste reforço amplamente dado ao enfoque empresarial, isto é, a penetração das relações de produção capitalistas (não podendo prescindir de alterações substantivas na estrutura da posse da terra), vem ocasionando alguns efeitos, cujos rebatimentos mais dramáticos se evidenciam a nível dos "incapacitados", gerencialmente e tecnicamente, em operar e gerir o capital *comme il faut*. Esta parece ser uma tendência da agricultura moderna, onde o capital se estrutura e se organiza introduzindo relações de produção e de trabalho que passam paulatinamente a aniquilar as formações anteriores de produção e de propriedade, gerando como subproduto as múltiplas categorias sociais de *depossedés*.

Esta transição, com repercussões sociais profundas, ocorre de conta com a aquiescência do Setor Público. A este respeito, Goodman⁷ assinala que a transição da colonização de subsistência por pequenos colonos às transformações "confinadas principalmente a mercados regionais locais, para a agricultura comercial de exportação para mercados inter-regionais locais, e

(6) *Reis Velloso, citado in Pastoral de Terra 2 – Posse e Conflitos. Estudos da CNBB, São Paulo 1975, p. 130.*

(7) *Goodman, D., op. cit., p. 307.*

internacionais frequentemente, caracteriza-se pela violência gerada pela disputa pelo título de posse e conflitos sobre o acesso à terra”.

Acrescente-se ainda, que grandes áreas do Centro-Oeste, particularmente as regiões Oeste, Central e Norte de Goiás e Mato Grosso, estão experimentando agora esta transição, e a violência social mostrou como os pequenos fazendeiros e colonos de subsistência resistem a pressões, incluídas as coações extralegais exercidas pelos grandes interesses comerciais voltados contra a consolidação dos sustentos da subsistência e pela introdução de técnicas de produção mais intensivas de capital. Assim, essa fase de transição da colonização de fronteiras é de importância crítica na determinação dos padrões de posse da terra e na estrutura da sociedade rural. Paralelamente, a intervenção do Estado no processo de colonização pode ser crucial em virtude das vantagens conferidas aos beneficiários diretos de seus programas, decisões políticas e procedimentos judiciários”.

Nessa perspectiva, verifica-se que a intervenção pública, voltada no sentido de apoiar e fortalecer as modificações necessárias à capitalização do campo na Amazônia e Centro-Oeste, tem aportado inestimáveis subsídios técnicos e financeiros. Esse conjunto de situações demonstra o interesse em avaliar e analisar as diversas modalidades de intervenção face às modificações buscadas, e particularmente em termos de diferenciação sócio-econômica que vem se induzindo ao nível regional.

À luz dos elementos expostos anteriormente, se encontram delineados na forma que se segue elementos de análise de algumas modalidades recentes de intervenção do Estado, quais sejam: a dotação de infraestrutura básica e alocação de crédito fiscal e financeiro. Essas modalidades, vistas aqui de modo sumário, pretendem reproduzir os principais impactos de intermediação institucional ao nível da organização sócio-econômica de formas específicas de produção derivadas da penetração das relações capitalistas no campo, na Amazônia e Centro-Oeste.

O POLOCENTRO E A INDUÇÃO DO PROCESSO DE CAPITALIZAÇÃO INTENSIVA – BREVES COMENTÁRIOS

Ao lado dos aspectos específicos, que caracterizam os seus limites programáticos, o POLOCENTRO representa antes de mais nada a consolidação de determinadas iniciativas que se inserem dentro de um padrão recente de ocupação em bases eminentemente empresariais e/ou intensivas de capital.

Neste sentido, tem sido um dos marcos dominantes da proposta governamental no âmbito do POLOCENTRO, a seletividade das ações ensejadas, sobretudo, no que tange os beneficiários presumíveis.

Isto posto, o programa em questão se caracteriza por um marco de atuação bastante restritivo e profundamente articulado aos pressupostos emanados das necessidades de expansão do capital. Conseqüentemente, os instrumentos manipulados para efeito de implementação do referido programa, quer do ponto de vista das atividades setoriais encetadas, quer ainda, quanto ao apoio adicional aportado no sentido de gerar maiores níveis de capitalização, aparecem preliminarmente consistentes com os objetivos implícitos e explícitos definidos no quadro do POLOCENTRO. Tal consistência espelha-se, em última instância, na orientação operacional que foi adotada para o programa.

Com efeito, os desdobramentos operacionais convergem de maneira exclusiva à consecução de um objetivo dominante, isto é, a geração de uma agricultura empresarial nos cerrados. Os elementos disponíveis permitem aferir de maneira inequívoca a consistência das ações ensejadas face ao objetivo central, que é o processo de capitalização.

Se, de um lado, o programa revela-se consistente entre os objetivos e os meios, de outro, deverá concorrer para a formação de "inconsistências" que deverão se materializar a partir das diferenciações sócio-econômicas a serem geradas, em particular, no que concerne à distribuição da riqueza e da renda geradas. Em decorrência, o POLOCENTRO vem induzindo ações cuja abrangência social é seletiva e restritiva. Tal característica assume especial importância quando se reconhecem as diferenciações sócio-econômicas que atualmente permeiam a sociedade brasileira.

Os mecanismos manipulados no contexto do POLOCENTRO revelam-se majoritariamente concentradores, cujas sequelas deverão provavelmente se rebater ao nível dos pequenos e médios agricultores, que não se incluem dentro dos limites operacionais definidos para o programa. Nesta perspectiva, Goodman⁸ tem razão quando afirma que o POLOCENTRO "é desprovido de medidas para promover o acesso de pequenos fazendeiros e trabalhadores sem terra aos meios de produção, contrários à retórica encontrada nos pronunciamentos políticos oficiais. O programa discrimina evidentemente e

(8) *Idem*, p. 329

favor de unidades de grande escala, utilizando critérios discriminatórios para determinar os beneficiários de suas linhas de crédito, que subsidiam a colonização agrícola, a inovação técnica e despesas operacionais correntes”.

Goodman⁹ assinala, igualmente, que uma estratégia alternativa que definisse os pequenos fazendeiros e trabalhadores sem terra como beneficiários principais e diretos, exigiria mudanças institucionais radicais, uma vez que os sistemas de distribuição de serviços rurais no Brasil, tais como crédito, extensão, suporte de preço e aluguel de equipamento, certamente não são “neutros de escala”. Em resumo, uma política alternativa de colonização com o pequeno fazendeiro é incompatível com a rápida expansão e mobilização dos excedentes agrícolas líquidos, dentro da atual infraestrutura institucional. Uma vez que estas restrições sejam aceitas, o acesso permanente à terra e inovação tecnológica, cujo custo é altamente subsidiado pelo Estado, torna-se por omissão, prerrogativa única de grandes fazendeiros. O efeito é agravar a concentração da renda e da riqueza rural.

Ao lado deste aspecto de fundamental importância, o programa foi estruturado, e os elementos empíricos evidenciam isto, de modo a assegurar um processo de expansão capitalista a nível das fronteiras agrícolas, respaldado pelo suporte tecnológico, que de *per se*, utiliza escalas excludentes e/ou discriminatórias. A intensividade do nível de capitalização, a adequação de padrões tecnológicos operacionalmente acessíveis à escala empresarial, a manipulação do esforço oficial de dotação de infra-estrutura econômica indispensável à ocupação “racional” dos cerrados, constituem pontos comuns do enfoque adotado.

Neste sentido, a utilização racional dos cerrados (a baixa potencialidade dos solos é o argumento-chave) a partir de tais requisitos, é a condição *sine qua non* para que a incorporação dos mesmos, revele-se consistente com uma série de premissas que norteiam a expansão do capital na agricultura. O POLOCENTRO talvez tenha sido o mais representativo de todos os programas especiais, postos em prática pelo Governo Federal, quanto ao refinamento do apoio prestado ao processo de capitalização da agricultura e, possivelmente, deverá ser o menos relevante do ponto de vista da indução de repercussões sociais de natureza mais permanente.

Continuando este raciocínio, é de se considerar, que o mesmo não adotou, no âmbito de sua programação setorial, uma diversificação de atividades

(9) *Ibidem*, p. 2

de maior pertinência social, polarizando-se, tão somente, no apoio de natureza mais econômica. É de se ressaltar, ademais, que muitos dos Municípios das áreas-programas apresentavam elevados níveis de urbanização, o que pressupunha em outros termos um tratamento mais adequado, sobretudo em matéria de infra-estrutura social. Tal lacuna, embora não afetando a consistência geral do programa, passou a constituir em si, um espaço vazio de atuação.

O POLOCENTRO, ademais, distinguiu-se de alguns dos programas especiais pela sua natureza excessivamente setorial. O mesmo segmentou-se em ações notadamente indutoras à instalação de infra-estrutura econômica e de apoio (em particular crédito rural) concentrada no âmbito do arinazamento, dos transportes (segmentos rodoviários), da energia, e finalmente de pesquisa orientada à agropecuária.

Não se lhe pode, contudo, atribuir a conotação de programa de desenvolvimento regional em função de sua exclusividade setorial. Isto posto, admite-se que, um programa de desenvolvimento regional deve necessariamente extrapolar os meandros de uma visão setorialmente calcada em pressupostos marcadamente econômicos, postulando-se, desse modo, níveis de integração mais amplos. Tal pressuposto geral se revela condição indispensável para aportar respostas convenientes ao processo de desenvolvimento *lato-sensu*. Nesta linha, o consenso mínimo, difundido acerca deste último, é concorde ao admitir que a sua concepção deveria se pautar na geração de decorrências sociais e econômicas, combinadas e equilibradas.

Assim sendo, em termos abrangentes, vistas as especificidades detectadas no POLOCENTRO, e em particular, os limites das ações setoriais encetadas face ao grau de funcionalidade do ponto de vista dos beneficiários potenciais, de um lado, e das possíveis conseqüências no âmbito da ocupação econômica das fronteiras (restritiva e seletiva) de outro, seria difícil admitir a representatividade do mesmo, em termos da indução de um verdadeiro processo de desenvolvimento social e econômico. Isto se prende à visão restritiva que definiu *ab initio*, o marco geral do programa.

Verifica-se que a intensificação de processos econômicos baseados na introdução de relações capitalistas na agricultura nas áreas-programas ensejadas, foi sempre um marco notório no âmbito do POLOCENTRO. O programa gerou alternativas que se enquadram dentro de uma perspectiva bastante limitada e calcada, sobretudo, a partir de enfoques que visam com exclusividade à difusão de um padrão de ocupação e de utilização econômica dos

subespaços do Centro-Oeste, que se distingue pela sua seletividade implícita. Neste sentido, esse programa adicionou através de suas ações explícitas, restrições que, no mínimo, convergem para a consolidação de modalidades de ocupação, que emanam de processos intensivos de pecuarização, de apropriação e incorporação de unidades fundiárias em grande escala, da adoção do enfoque empresa-rural, da difusão de pacotes tecnológicos que demandam uma escala operacional mínima elevada (em termos dos fatores terra e capital), e finalmente, de uma base de investimentos privados (apoiada pelo crédito rural) condizente com a perspectiva enfatizada.

As principais críticas ao programa orientam-se ao seu baixo teor de flexibilidade na atuação, sobretudo quando se aludiu à disponibilidade de se fixar e incorporar produtivamente populações (migrantes ou não) por outras vias, que a meramente empresarial. Assim, é de se supor que a seletividade do programa não se restringe apenas ao âmbito espacial (de resto desejável), mas em particular à natureza dos beneficiários potenciais. Este tipo de seletividade é plenamente criticável, na medida em que não somente não contribui para a construção de uma trama de suportes indesejáveis aos elos mais frágeis da cadeia econômica, como também passa a suscitar o acirramento de pressões sociais face ao movimento **apropriação-expulsão**, ao nível da posse da terra.

A esse título, há que se concluir que inevitável é, em decorrência, a tendência regional à concentração excessiva da renda e da riqueza rural. De fato, constata-se que a base operacional do POLOCENTRO, independentemente dos anseios implícitos no sentido de se evitar polarizações excessivas, sobretudo, no que tange à posse da terra, deverá concorrer indiscutivelmente para tanto, em função das relações de causas e de efeitos que existem entre os mecanismos manipulados e a inerência seletiva do processo vigente do ponto de vista econômico e social. Assim, poder-se-ia concluir pela efetiva possibilidade de que o referido programa, ao induzir na estrutura de exploração agrícola, passe a acarretar níveis de concentração da propriedade fundiária, ampliando e gerando sequelas sociais. A questão merece, pois, um tratamento cuidadoso, visto que os instrumentos disponíveis pela intermediação do Estado, não são socialmente neutros, e podem desse modo aportar repercussões que comprometam a ocupação equilibrada das já reduzidas áreas de fronteiras.

Nesta perspectiva, deve-se atentar para o fato de que as atuzis políticas governamentais contribuem de maneira decisiva para o esgotamento

das disponibilidades atuais de terras, induzindo conseqüências imprevisíveis do ponto de vista político, econômico e social, sobretudo quando se vincula a hipótese de realocação e/ou absorção de populações com vistas a uma ocupação mais equilibrada do Centro-Oeste. O ônus que tal situação pode representar, a médio e a longo prazos, é indiscutível e particularmente indesejável. Assim sendo, seletividade social e setorial resultante das modalidades recentes de atuação do Setor Público no Centro-Oeste, em particular através do POLOCENTRO, induzindo em especial as ênfases excessivas dos objetivos econômicos do programa, demanda urgentemente uma profunda revisão dos mecanismos manipulados, tendo em vista a assimilação de uma perspectiva de eficácia social e não apenas de eficiência econômica, tal como tem sido exercitada.

O POLAMAZÔNIA – UMA VISÃO CRÍTICA

Esse programa especial representou, em período recente, um esforço substantivo do Estado à vista da ocupação da Amazônia. A definição de “polos de desenvolvimento”, considerados como áreas prioritárias de alocação de recursos públicos, correspondeu em tese a uma maior especialização dos investimentos de modo a assegurar a ampliação das fronteiras internas, sob a égide de uma efetiva penetração das relações capitalistas de produção. Para essa finalidade, o programa na sua concepção mobilizou uma multiplicidade de setores, atividades e projetos no âmbito espacial de sua intervenção. É sobre o conjunto das ações mobilizadas à época, que seguem algumas considerações críticas.

Uma rápida apreciação do programa sugere que o mesmo, ao envolver na sua implementação, uma multiplicidade de instituições, de programas e projetos, tenderia forçosamente a dificultar a consolidação daquela visão inicial, que é relativa ao caráter dos programas integrados. Nesta linha, a estrutura do desempenho excessivamente centrado em eixos setoriais prioritários, conduz a crer que a filosofia da integração intersetorial, em bases espaciais restritas, se encontrou comprometida ao longo do processo.

O POLOAMAZÔNIA, ao congrega no seu bojo um espectro de atuação extremamente vasto, tanto setorial quanto espacial, suscita controvérsias, em particular sobre alguns aspectos específicos quais sejam: i) a prospecção e definição de objetivos e diretrizes comuns à cada área de intervenção (calcados fundamentalmente na perspectiva de fortalecer a economia

regional e sub-regional, assim como possibilitar a indução de uma modalidade de ocupação baseada na “convivência” entre assentamentos rurais pequenos e empresas, condicionando este enfoque às intervenções setoriais; ii) a definição de instrumentos de coordenação intra-espacial e inter-setorial com vistas à consecução de estratégias particulares à cada uma das áreas de intervenção; iii) a adoção de enfoques mais abrangentes no rateio dos investimentos, contemplando os segmentos sociais mais carentes de infra-estrutura, evitando-se sobretudo a concentração setorial e espacial excessiva em segmentos como transportes (rodovias e estradas vicinais), desenvolvimento urbano (infra-estrutura física), infra-estrutura econômica em geral (energia, comunicações, etc. . .), iv) uma maior consistência entre o conjunto das ações e o recenseamento das necessidades locais; e finalmente v) maiores níveis de adequação e articulação dos tratamentos dispensados face aos interesses e à preservação das tendências históricas da ocupação da Amazônia (frentes camponesas de colonização).

Pode-se adicionalmente constatar que o Polamazônia induziu ao longo de sua execução uma ênfase pronunciada em matéria de infra-estrutura econômica, favorecendo dessa forma, e visadamente, restritas categorias de beneficiários, acelerando a expansão do que se passou a designar de frentes capitalistas, as quais vem aniquilando as formas anteriores de ocupação. Assim, nas áreas do POLAMAZÔNIA¹⁰ existem, e tenderão a ser reforçados, os conflitos sociais em decorrência das condições objetivas propiciadas pela introdução de infra-estrutura econômica, a qual vem sendo consistente com os propósitos de ocupação motivados por iniciativas especulativas.

Vistos esses aspectos, é de se imaginar que um instrumento da intervenção do porte do POLAMAZÔNIA se adeque a uma estratégia de ocupa-

(10) As informações disponíveis indicam que os pólos que apresentam maiores níveis de tensão social são: 1) Xingu-Araguaia nas BRs. 242, 158 e 080 em São Félix, Conceição do Araguaia e Suiá-Missu; 2) Araguaia-Tocantins — no Pontal de GO (Sul do Pará), Vales do Araguaia e Tocantins; 3) Pré-Amazônia Maranhense — nos vales dos Rios Mirim e Pindaré Mirim nas BRs. Belém-Brasília, Belém-São Luiz e Sta. Luzia — Açailândia; 4) Acre — em proximidades das estradas Rio Branco/Cruzeiro do Sul e, parte dos vales dos Rios Acre, Purus e Jurua; 5) Carajás — basicamente na Região de Marabá; 6) Rondônia — a margem das estradas Porto Velho-Cuiabá, Porto Velho-Manaus, BR-421 na bacia do Madeira, Guaporé Mamoré, Jamari e Candeias; 7) Tapajós — na periferia da Transamazônia, de Cuiabá-Santarém, e entre Taituba e Santarém; secundariamente aparecem Roraima, Altamira e Amapá.

ção fundamentada em modalidades diferenciadas, sendo por conseguinte objeto de tratamentos igualmente diferenciados. Ao que parece, o referido programa não se assentou numa estratégia de ocupação socialmente diferenciada, materializando a esse título formas alternativas de ocupação e de utilização econômica dos diversos subespaços regionais.

Uma breve análise do POLAMAZÔNIA permite, entre outras coisas, ponderar que essa linha de intervenção tenha buscado delimitar áreas prioritárias a) partir de critérios extremamente fluidos) de atuação. Estas revelaram-se importantes, enquanto bases físicas, à priorização setorial (agrominerais e agropecuárias) sem no entanto operacionalizar uma visão efetiva de desenvolvimento integrado e combinado. Isto quer dizer que os tratamentos dispensados não se calcaram em abordagens mais consistentes com o que usualmente se convencionou designar de ações integradas, com vistas ao estabelecimento de complementariedades definidas por diretrizes e estratégias específicas de desenvolvimento a nível local. Neste sentido, as orientações, objetivos e metas explícitas para cada um dos pólos de intervenção, foram, por vezes, genéricas e predominantemente setorializadas. Com tais procedimentos, questiona-se a natureza do POLAMAZÔNIA, enquanto projeto de intervenção baseado na reciprocidade e complementaridade das diversas ações.

No que concerne aos seus aspectos setoriais, o POLAMAZÔNIA polarizou-se essencialmente na ênfase dada a infra-estrutura econômica, em particular nos transportes, este entendido nas suas ramificações rodoviárias, aéreas, e em menor escala, o fluvial. Além deste foram enfatizadas as ações visando à implantação de infra-estrutura física e social de equipamentos coletivos em meio urbano, assim como as atividades no campo da agricultura (estudos e pesquisas, fomento à produção e à comercialização, a transferência de tecnologia, e as atividades relacionadas com a discriminação de terras e regularização fundiária). Tais eixos de intervenção, foram os mais representativos dentro da atuação do programa.

No âmbito do primeiro segmento de atuação, isto é, genericamente designado de transportes, que visa a consolidação do sistema de comunicações inter-estadual, rodoviário e aeroviário, foram aqueles que detiveram o essencial dos recursos alocados. No caso das rodovias de penetração, essas privilegiaram as frentes de expansão capitalistas em detrimento daquelas cogominadas de camponesas, cujas repercussões sociais se expressam na natureza dos conflitos em curso. Além disto, a dotação da infraestrutura rodo-

viária, estimulou a abertura de constantes frentes especulativas, que se vêm de resto ampliadas por intermediações fiscais e financeiras, destacando-se em particular os incentivos fiscais.

Um questionamento adicional, sobre esse aspecto anteriormente citado, é relativo à ênfase excessiva que foi atribuída à expansão das conexões rodoviárias, quando se reconhece o seu papel para o fechamento das fronteiras internas, ao agravamento das tensões, via manipulação ostensiva das frentes camponesas.

Em verdade, os segmentos rodoviários, na Amazônia, têm-se assim se comportado com frequência enquanto vasos comunicantes¹¹, indutores de conflitos e de tensões sociais. Assim parece, como de elevada pertinência, uma valiação profunda do papel dos eixos rodoviários no plano do "fechamento das fronteiras" e na difusão das "zonas de tensão" entre as frentes de expansão e camponesas. Isto porque, é indiscutível a importância de estudos nesta direção, enquanto contribuição concreta no sentido de adequar as iniciativas públicas na área de transportes às formulações estratégicas de ordenamento e ocupação espacial da Amazônia.

Um segundo e importante eixo de atuação relaciona-se com as ações voltadas para as áreas urbanas. Constatou-se, de um lado, uma pronunciada ênfase à indução de ações visando prospectar modalidades de intervenção "planejadas" em diversos centros urbanos, e de outro, a priorização de investimentos no que tange à infra-estrutura física e aos equipamentos coletivos (abastecimento de água e sistema de esgotos). O primeiro eixo, embora seja de inegável relevância, poderia no entanto vir a ser mais consistente na medida em que intentasse uma maior articulação das intervenções em meio urbano, com uma sistemática mais abrangente de intervenção nas áreas dos pólos. Tal observação, inspira-se no fato de que determinadas mudanças induzidas no meio rural (p. ex. expansão de latifúndios e migrações locais) irão repercutir a todos os níveis, em termos dos centros polarizadores da área, e com isto, um crescimento mais que proporcional de demanda social de equipamentos coletivos urbanos.

Nesta linha, verificou-se, quanto à geração de infra-estrutura urbana e de equipamentos coletivos, que a dimensão do tratamento foi bastante reduzida à escala dos investimentos (núcleos urbanos, população e os setores

(11) Vide neste sentido *Colonização Espontânea, Política Agrária e Grupos Sociais; Eixo Belém - Brasília*, de J. Habette e R. Marin, NAEA/UFPA, 1977.

envolvidos), sobretudo, ao se considerar o intenso processo de “inchação” dos centros da Amazônia, em virtude dos atuais níveis de proletarização das populações rurais e como conseqüência da dinâmica migratória regional.

No que concerne às ações encetadas no âmbito da agricultura, constatou-se de uma maneira geral, que essas reforçaram o processo de exploração agrícola concentradora, na medida em que a programação induziu de modo indisfarçado a introdução de bases capitalistas da produção (lavouras, pecuária, extrativismo madeireiro). O programa contemplou a intensificação de processos produtivos relacionados com a motomecanização, o consumo de insumos básicos e a transferência de tecnologia factíveis dentro de uma escala empresarial. Teve uma destacada importância a introdução de cultivos de exportação, os quais se revelaram excludentes na convivência com a pequena agricultura doméstica e de subsistência. Tais práticas, ao que se supõe, tiveram repercussões evidentes a nível da estrutura de emprego e da concentração de renda, notadamente adversa aos interesses dos pequenos produtores, estimulando em última análise o êxodo rural. Fica claro que, o que tem predominado com freqüência no enfoque oficial, é que a agricultura tradicional e de subsistência não são consistentes com as “particularidades ecológicas” da Amazônia, sugerindo-se, para tanto, estratégia polarizada entre empresas rurais e cooperativas de produção.

Neste sentido, as atitudes discriminatórias com relação às pequenas unidades de produção familiar não podem ser tão taxativas e irreversíveis na medida em que: i) elementos disponíveis comprovam a inegável contribuição da agricultura de subsistência no desempenho agrícola regional¹² (p. ex. o arroz do Maranhão e Goiás), ii) estas unidades têm um papel fundamental no processo de ocupação, na fixação de população no campo e na regulação dos níveis de urbanização; iii) a intermediação institucional e financeira é adversa, e que, quando esta é disponível, o desempenho mostra-se favorável¹³ e bem sucedido. Assim, a programação na área da agricultura deveria ter sido mais enfática quanto aos processos de produção baseados em unidades familiares, como à preservação de atividades extrativas da pequena escala e à manutenção de pequenas explorações agrícolas, buscando compatibilizar os

(12) Vide estudo de Ribeiro, Sylvio Wanick: *Desempenho do Setor Agrícola na Década 1960/1970*. IPEA, Brasília, 1970.

(13) A título de exemplo cita-se as unidades familiares de origem japonesa no GURUPI, em Imperatriz (MA).

problemas de produtividade, rentabilidade e de proteção dos solos através de medidas intensivas de apoio e de extensão rural aos pequenos produtores.

Finalmente, deve-se ressaltar que se por um lado o POLAMAZÔNIA possibilitou uma intermediação institucional e financeira de importante porte, o concurso do Fundo de Investimentos da Amazônia tem sido um complemento indispensável à expansão das citadas frentes capitalistas na região amazônica.

O FINAM, estruturado em sua forma recente em 1974, possibilitou o que se designou de "clima de investimentos" via institucionalização de um mercado cativo de capitais. Os incentivos fiscais, na sua essência, como assinala Francisco de Oliveira¹⁴, privilegiam a classe dos empresários, inegavelmente, e boa parte do segredo do êxito do mecanismo reside nessa vinculação, que possibilitou a transferência de empresas das regiões mais desenvolvidas para a menos desenvolvida.

Adicionalmente, referindo-se aos incentivos fiscais, acrescenta Francisco de Oliveira, esse mecanismo ajustou-se como uma luva à necessidade estrutural da expansão capitalista no Brasil. O FINAM, a exemplo de seus congêneres FINOR, Fiset, etc. . ., teve um papel fundamental ao reduzir o preço relativo do capital naquelas regiões, possibilitando deste modo a elevação de taxa de investimento via mercado cativo de capital.

Assinala D. Mahar¹⁵ que, com esse procedimento (em combinação com dispêndios públicos complementares), o Governo elevou a rentabilidade do investimento privado nestas regiões e induziu atividades econômicas que presumivelmente não teriam existido (pelo menos no Nordeste e Amazônia) na ausência de incentivos. Embora possam ser levantadas sérias dúvidas a respeito da eficiência alocativa desta estratégia (em termos nacionais), as autoridades evidentemente julgaram esses fatos como sendo um **trade-off** a curto prazo inevitavelmente ligado à meta de um crescimento regional equilibrado.

Algumas das críticas mais relevantes aos incentivos fiscais, e por extensão ao FINAM, se concentram na percepção dos seguintes aspectos:

(14) Oliveira, Francisco: *A Economia da Dependência Imperfeita*. Ed. Graal, 1977, p. 58, 59 e seguintes.

(15) Mahar, Denis: *Desenvolvimento Econômico da Amazônia; Uma Análise das Políticas Governamentais*, IPEA 1978, p. 108 e seguintes.

1) os incentivos têm sido manipulados com freqüência ao favorecimento de concentração de riqueza e rendas ao nível setorial e regional;

2) os créditos fiscais, em que pesem a sua perspectiva de induzir segmentos dinâmicos das economias regionais, têm, em freqüência inaudita, possibilitado manipulações especulativas, e, no caso da Amazônia, elevada taxas de lucros a partir de práticas monopolísticas fundiárias;

3) se trata de recursos públicos compulsoriamente renunciados pelo Estado sob o pretexto de gerar um clima de investimentos a partir de mercado cativo de capitais, os quais se destinam a reproduzir os interesses extra-regionais favorecendo a formação de estruturas oligo-monoplísticas.

4) deste fato anterior, verifica-se que os incentivos têm facilitado a formação de segmentos econômicos de caráter nacional, regionalmente localizados, correspondente a uma divisão social do trabalho, cujo efeito central é o que Francisco de Oliveira designou de homogeneização monopolística do espaço nacional.

CONSIDERAÇÕES EM TORNO DO TEMA AGROINDUSTRIA E DESENVOLVIMENTO*

Marcelo Grandim**

MODERNIZAÇÃO E SUBDESENVOLVIMENTO

As três últimas décadas têm sido cenário da penetração acelerada da tecnologia agrícola nos países do terceiro mundo, em particular na América Latina. Este fenômeno novo marcou significativamente a estrutura econômica, social e política dos países importadores de "modernização". Ainda por muito tempo, os países dependentes, cada vez mais organizados em função desta modernização, dependerão da importação de tecnologia para o funcionamento crescente de seus sistemas produtivos agrícolas.

O balanço dessas décadas permite constatar que a transferência tecnológica não conseguiu constituir-se em fator de desenvolvimento, mas ao contrário, de subdesenvolvimento.(1)

A origem deste aparente paradoxo se encontra, parcialmente, na fonte da transferência de tecnologia agrícola: a agroindústria.

Este complexo industrial controlado majoritariamente por empresas multinacionais compreende tanto a produção, vendas e aplicação da tecnologia agrícola moderna, quanto a compra e o processamento dos produtos para fins de comercialização. (2)

Além disso, a agroindústria, não oferece somente a parte da tecnologia chamada **hardware**: máquinas, insumos, infraestruturas. Proporciona também os elementos chamados **software** ligados a compra e o uso de **hardware**: conhecimentos, informações, know-how, formação empresarial, gestão, organização e assistência técnica.

* Contribuição apresentada no Seminário "Agricultura e Desenvolvimento", realizado de 13 a 16 de outubro de 1981 em Campina Grande, promovido pelo Mestrado em Economia (Rural) da Universidade Federal da Paraíba. Tradução do espanhol de Givaldo Gualberto da Silva, revisão de Elbio Troccoli. (Subtítulos da Redação).

** Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

(1) Vide C. Contreras: *Transferencia de Tecnología a Países en Desarrollo*, Ildis, Caracas 1979.

(2) Vide A. P. Guimarães: *El Complejo Agroindustrial y la Agricultura Brasileira*, in *Estudios Rurales Latinoamericanos*, Mayo-Agosto/1980.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano I	Nº 1	pgs. 123 - 133	jul. - dez / 1982
-------------	----------------	-------	------	----------------	-------------------

Assim, em vários países, as empresas têm seus próprios agrônomos e especialistas em marketing agrícola que garantem esta transferência do software, e através deste, do hardware.

Questionar o impacto da agroindústria no processo de desenvolvimento, ou melhor dizendo de subdesenvolvimento, significa questionar a própria teoria do desenvolvimento: qualquer estratégia para o estabelecimento de um modelo produtivo responde necessariamente a uma teoria mais ou menos definida e a uma política concreta. Para a finalidade das presentes considerações, podemos apontar quatro tipos de análise a respeito do problema do subdesenvolvimento e do desenvolvimento (3):

a) Enfoque produtivista que atribui principalmente o subdesenvolvimento ao desequilíbrio entre o crescimento demográfico e o crescimento da produção, devido em grande parte à escassez de tecnologia. Para este enfoque a solução se encontraria no aumento da produção, particularmente através da transferência tecnológica e da concessão de créditos;

b) O enfoque funcionalista que atribui basicamente o subdesenvolvimento ao desequilíbrio entre os setores de produção. A solução se encontraria na planificação como mecanismo fundamental para alcançar o aumento da produção e o equilíbrio do sistema;

c) O enfoque estruturalista que atribui o subdesenvolvimento à ineficiência das estruturas. A solução então, seria a reforma, a atualização ou a substituição das estruturas deficientes;

d) O enfoque sistêmico que atribui o subdesenvolvimento aos próprios fundamentos do sistema e ao desequilíbrio na estrutura de poder causado pela propriedade privada dos meios de produção, às diversas formas de controle dos mecanismos e à apropriação desigual da renda. Para este enfoque somente uma mudança de sistema, que signifique a eliminação da dependência e da dominação, pode trazer uma solução real ao problema do subdesenvolvimento.

Oficialmente, a estratégia de desenvolvimento ligada à agroindústria e a transferência tecnológica se situa na visão do enfoque produtivista, mesmo que de fato tenha que se proceder a análise para captar suas projeções reais, sob o aspecto sistêmico, como um fator da expansão do capitalismo e da dependência econômica e política, mecanismo de exploração e de subdesenvolvimento.

(3) Grondin, M.: *Esquemas Organizativos de los Productores Agrícolas para la Comercialización de sus Productos*, Santo Domingo 1977, mimeo.

A EVOLUÇÃO DO SETOR AGRÁRIO À LUZ DA HISTÓRIA RECENTE

Nas últimas décadas, esperava-se (4) que a agricultura desempenhasse as seguintes funções:

- a) Produzir alimentos baratos em escala crescente;
- b) Obter divisas;
- c) Contribuir à poupança interna e à formação de capital;
- d) Fornecer mão-de-obra para a indústria em expansão;
- e) Ampliar a demanda da nova produção resultante dessas indústrias.

A consecução de tais objetivos deu importância particular à introdução e à produção de tecnologia para a agricultura orientada seja para o aumento da produtividade da terra (por exemplo emprego de sementes melhoradas e fertilizantes), seja para a mão-de-obra (por ex.: mecanização). Em muitos países os cultivos para a exportação receberam maior atenção que os produtos básicos destinados ao mercado interno. Esta estratégia deveu-se em parte ao controle das empresas agroindustriais sobre a produção agrícola.

Os países pobres têm sido uma fonte indispensável de capital, de financiamento para a expansão das empresas agroindustriais. As economias de escala que acompanham a implantação de empresas de dimensão sempre maior, são fundamentais para a estratégia de crescimento destas.

Por tal motivo, os esforços de expansão e a busca de maximização dos lucros levou as grandes firmas a penetrar cada vez mais na América Latina, África e Ásia, procurando estabelecer seu controle sobre três estruturas essenciais do poder: a tecnologia (externa), o capital financeiro e as técnicas de comercialização, juntamente com a difusão da ideologia consumista.

A penetração e a importância crescente das empresas agroindustriais na América Latina, corresponde a etapas particulares da "estratégia do desenvolvimento". Desde os anos trinta, e particularmente nos anos cinquenta, prevaleceu uma concepção do desenvolvimento que considerava este como um processo contínuo baseado na industrialização e na substituição de importações, o qual, associado a determinadas reformas sócio-econômicas, gestaria um maior grau de consenso social ao unir crescimento e bem-estar.

Esta estratégia abriu as portas às empresas estrangeiras, particularmente as multinacionais, que se revelaram, juntamente com o Estado, o elemento

(4) Cf. IICA: *Elementos para una Estrategia del Desarrollo Rural en América Latina en la Década de los Setenta*, mimeo, 1976.

mais dinâmico de “mudanças” estabelecendo indústrias de transformações entre elas, várias de tipo agroindustrial.

A reforma agrária se situou entre mudanças sócio-econômicas previstas por esta concepção de desenvolvimento, com uma forma de alcançar as metas fixadas para a agricultura. Não obstante, os propósitos não eram somente de ordem econômica, mas também político e social. Efetivamente, esta teoria considerava que se não se levavam a cabo reformas sócio-econômicas, nem tão pouco se incrementava, com ajuda externa, a acumulação de capital, seria difícil manter simultaneamente governos estáveis e a vigência dos valores democráticos.

A expectativa era que a reforma agrária favorecesse a criação ou a ampliação de uma camada média rural com um poder aquisitivo maior e também um maior acesso ao crédito. Este segmento social poderia servir ao mesmo tempo de amortizador frente às massas descontentes, de mecanismo para seu controle. Com efeito, a reforma agrária, onde foi realizada, não logrou os resultados anunciados. Seus altos custos de execução, a oposição dos grupos de poder afetados, a lentidão em sua aplicação, sua própria finalidade e a verificação de que a massa rural exercia uma pressão política mais fraca que a suposta, tiveram impulso ao processo deixando marginalizada uma alta porcentagem de beneficiários potenciais.(5)

A multiplicação dos regimes militares no continente serviu para “estabilizar” os governos, controlar os movimentos sociais e manter vigentes os “valores democráticos”, diminuindo a premência da reforma agrária vista como um muro de contenção da revolta das massas rurais.

Por outro lado, uma nova forma de emprego da tecnologia agrícola, a revolução verde, significava uma nova alternativa para as empresas do agrobusiness.

Depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos, começaram a experimentar escassez de alimentos para sua população humana e animal e uma diminuição de seus estoques estratégicos. Ao mesmo tempo, a reconversão, das indústrias de guerra em indústrias de tempos de paz encontrava uma boa saída no setor da agroindústria, aproveitando o amplo mercado que significava o terceiro mundo. Assim, sob o pretexto de atender a miséria e a fome das massas pobres e em nome do avanço dos países “atrasados”, foi lançada em certas regiões da América Latina, particularmente no México, e mais ainda na Ásia, a estratégia da “revolução verde” como antídoto à “revolução vermelha”.

(5) Ao respeito veja p. ex. o Informe Anual 1977, da CEPAL.

A revolução verde, ou transferência massiva de tecnologia em um tempo curto e em uma região limitada, apresentava-se como um programa técnico destinado a propagar variedades de sementes, as quais, quando aprovadas em condições técnicas e ecológicas ótimas (o que supõem o uso de maquinário e produtos químicos) podem deter colheitas maiores. Não obstante, através de um programa múltiplo, com intervenção da Fundação Rockefeller-Ford, o governo norte-americano, e as indústrias, a "revolução verde" foi convertida em um mecanismo para estender e ampliar o mercado dos produtos industriais empregados na agricultura, os quais são manufaturados e comercializados por empresas multinacionais.(6)

Por meio da rede de empresas que têm nos países subdesenvolvidos, estas indústrias influenciam os mercados, intervêm na economia e na política, p. ex.: através de créditos e empréstimos aos governos ou aos compradores dos produtos agroindustriais. Mesmo que lançada como um meio de fomentar o bem-estar das populações pobres, a revolução verde, de fato, constitui um mecanismo cada vez mais poderoso de exploração e controle econômico e, portanto, político, por parte dos grupos industriais sobre o setor agrário e a política dos países dependentes. Assim a "revolução verde" se transforma num instrumento de penetração econômica e política nos programas agrícolas destes países, por meio das empresas multinacionais das nações capitalistas.(7)

O uso de equipamentos sofisticados e de técnicas agrícolas complexas tem uma aplicação mais fácil nos latifúndios onde existem já alguns equipamentos, infraestrutura, mais alto poder aquisitivo e mais capacidade de conseguir empréstimos elevados. Ao estimular assim a agricultura em grande escala, a "revolução verde" revelou-se como um programa de contra-reforma agrária. Não obstante, a "revolução verde" não podia atingir a grande massa de produtores agrícolas posto que exigia, além de terra extensa e adequadas à mecanização, condições naturais, administrativas, organizativas e de assistência técnica que superariam as potencialidades da maioria deles. Além do mais, os custosos programas produziram um lucro reduzido. Vários autores mostraram que nas regiões onde havia maior produção de alimentos, a fome também era maior que antes.(8)

(6) Vide E. Feder: *Rural Latin America Heads Towards the 1980's, Paper*, 1976.

(7) *Idem.*

(8) Vide F. Moore e J. Collins: *Where more Food Means more Hunger, in War on Hunger, a Report from A.I.D., Vol. X, No. 11*, 1976.

As conclusões de tais estudos não chamaram muito atenção, posto que a eliminação da fome na região onde se realiza o programa não é a prioridade do projeto.

OS “PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO” NA PRÁTICA

Depois de buscar sua expansão pelo setor do latifúndio, o capitalismo descobriu o potencial de consumo contido na massa dos pequenos produtores. A década de setenta tornou-se então a década do pequeno produtor. Esta nova tendência marcou inclusive a política do Banco Mundial, como expressou R. McNamara em seu discurso de 1974. A “revolução verde”, desprestigiada, não dava muito resultado em grande escala.

Porém era possível realizar algo similar em pequena escala, ao nível da pequena empresa familiar. O veículo seria a transferência tecnológica e creditícia acelerada, a nível dos pequenos produtores; entendida esta não somente como sua criação e importação por parte de um país produtor, mas incluindo também sua devida absorção pelos agricultores que a adquiriram.

Conforme assinala o informe anual de 1977 da CEPAL, a mudança tecnológica se produz no Terceiro Mundo em proporção elevadíssima por incorporação de uma tecnologia importada desde as nações industriais e/ou produzida no país por empresas multinacionais. Se bem que a importação da tecnologia possa ser uma alavanca para o desenvolvimento, as condições de sua aquisição e seu uso indiscriminado conduzem a sérios desequilíbrios econômicos e sociais e a um grau crescente de dependência.

Com a assistência dos programas dos organismos internacionais, particularmente do B.I.R.D., B.I.D., da O.E.A., do I.I.C.A. e da F.A.O., muitos governos elaboraram uma nova política de apoio ao pequeno produtor: assistência técnica, facilidades creditícias, organização de Associações, cooperativas, financiamento de projetos. Assim, na República Dominicana (5 milhões de habitantes, dos quais 3 milhões na zona rural), o governo de Balaguer, obteve numerosos financiamentos para projetos rurais. Um deles foi o PIDAGRO (Projeto Integrado de Desenvolvimento Agropecuário) num valor de US\$ 38 milhões, cujos resultados, segundo avaliação do próprio governo, foram muito limitados. O governo deste país utilizou neste projeto uma boa parte de seus 500 agrônomos distribuídos nas sete regiões agrícolas do país, prestando assistência técnica aos pequenos produtores, com o assessoramento de especialistas internacionais. Em forma direta ou indireta, geralmente, sem saber, a quase totalidade destes agrônomos, que se destaca pela sua grande dedicação ao trabalho e seu interesse pelo agricultor, se encontravam ligados a empresas multinacionais a cujos interesses serviam: venda de produtos quí-

micos, maquinário, comercialização de produtos. Este quadro se repete na maioria dos países da América Latina de forma mais ou menos intensiva, segundo as circunstâncias onde se multiplicam os esforços para aumentar o número de pequenos produtores que tenham acesso ao mercado da modernização, seja no seu aspecto hardware seja no seu aspecto software. Assim, o pequeno produtor se encontra completamente enquadrado e controlado, tanto pelas redes da assistência técnica e pelas condições de crédito que lhe obrigam a aceitar certos tipos de sementes, os programas do governo e a assistência dos seus técnicos, como pelos mecanismos de mercado criados pelos governos com a ajuda dos organismos internacionais. Com esta última finalidade, o IICA gastou somas consideráveis de dinheiro de 1975 a 1979 para elaborar um modelo de mecanismo de mercado para os pequenos produtores da América Latina.

A transferência tecnológica, tal como se realiza, geralmente em forma discriminada e com uma assistência técnica deficiente ou inexistente, tem efeitos de vários tipos. Em certas regiões, o uso da tecnologia resulta em um verdadeiro desastre ecológico: mudanças climatológicas, desequilíbrio ecológico, endurecimento do solo, que obriga a comprar tratores sempre maiores e mais potentes cujo peso endurece ainda mais o solo, favorecendo a erosão no tempo de chuvas. No Brasil, por exemplo, no Paraná, milhões de toneladas de terras aráveis de primeira qualidade são levadas aos rios cada ano. O panorama oferecido pelas cataratas das Sete Quedas em Guaíra, onde se unem as águas poderosas do Rio Paraná com aquelas claras do Rio Amambáí, do Mato Grosso, é eloqüente. Que dizer do espetáculo oferecido pela cor das águas das cataratas de Foz do Iguaçu em tempo de chuvas!

A quantidade enorme de terras levada pelo rio permite captar a magnitude do desastre causado pela erosão, efeito não somente do deflorestamento indiscriminado, mais do uso de numerosas e pesadas máquinas. O paraíso agrícola que é o Paraná de hoje poderia ser o prelúdio do deserto de amanhã.

As conseqüências do emprego de produtos químicos são tão conhecidas que não mereceriam comentários. O uso indiscriminado de inseticidas, herbicidas, pesticidas, adubos químicos, injeções aplicadas em certas frutas, tem chegado a tal grau de perigo para a saúde de uma importante parte da população através do consumo de legumes e frutas particularmente, que tem ocasionado repetidas denúncias oficiais por parte da Associação Nacional dos consumidores. Vários produtos químicos agrícolas absolutamente proibidos nos E.E.U.U. por ser altamente venenosos e prejudiciais a saúde humana são exportados e vendidos por empresas multinacionais em países subdesenvolvidos. Um técnico do governo americano, de visita a República Dominicana

manifestava sua grande surpresa ao ver ao longo da estrada, um imenso cartaz anunciando um produto químico proibido em seu próprio país vendido ali abertamente por uma empresa norte-americana. Enquanto isso, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Panamericana de Saúde (OPS) levam a cabo custosos programas paralelos de saúde.

Os produtores se encontram presos ao círculo vicioso da tecnologia: os tratores endurecem a terra, facilitando a erosão e tem que ser trocados por tratores cada vez maiores para poder arar, endurecendo a terra e facilitando o avanço da erosão. Os insetos, considerados todos como inimigos de forma indiscriminada, e as enfermidades tratadas com a aplicação de veneno químico, desenvolvem resistência que obrigam a usar mais doses fortes e ou mais frequentes. Ao ver tantos pássaros mortos em volta de sua fazenda depois de uma aplicação de pesticidas, um agricultor do Estado de Nova York, J. I. Rodale, decidiu abandonar o uso de produtos químicos. Lançou o grande movimento de “volta à agricultura orgânica”, em forma científica, e provou que é possível obter os mesmos lucros sem o uso dos produtos químicos.⁽⁹⁾ O movimento atualmente significativo nos E.E.U.U. foi e continua sendo fortemente combatido pelas multinacionais do agrobusiness. Apesar de tantas experiências realizadas no campo da agricultura orgânica, com resultados positivos, cuja adaptação a países subdesenvolvidos seria relativamente fácil, os programas oficiais preferiram geralmente seguir com a política do hardware e do software.

AS MUDANÇAS OCASIONADAS E SEUS SIGNIFICADOS

A acentuação da transferência tecnológica nas duas últimas décadas além disso, teve um aspecto significativo na diferenciação de grupos sociais na área rural. Assim como indica o informe da CEPAL de 1977, nem a reforma agrária nem outros meios tentados (empresas comunitárias, cooperativas, “revolução verde”) haviam alcançado avanços de importância até o final da década de 60. Muito pelo contrário, havia aumentado a quantidade de assalariados rurais sem acesso ao uso da terra. Não obstante, simultaneamente, acontece outro processo expressivo: a formação de um novo tipo de empresário rural que, aproveitando os serviços técnicos, o crédito rural e as infraestruturas oferecidas pelos programas oficiais ou pelas

(9) Vide W. Tucker: *Organic Farming on a Grand Scale*, in *Atlantic Monthly Review*, outubro 1979.

empresas agroindustriais, se constitui em "agricultor", distanciando-se do "camponês"(10)

Este novo homem do agro é proprietário e administrador de uma empresa rural, altamente mecanizada, para o caso, e tecnicizada. O chefe de família pode sozinho realizar a maioria das tarefas, utilizando ocasionalmente a mão-de-obra familiar, (principalmente os filhos) ou assalariados. Este fenômeno acentua a formação de três estratos bem diferenciados:

1) **Latifundiários:** empresa industrial, mão-de-obra assalariada, produção capitalista, em função do mercado.

2) **Agricultores:** empresa familiar, mão-de-obra familiar limitada, produção com capital, porém não capitalista, em função do mercado e, secundariamente, para o consumo familiar.

3) **Camponeses:** empresa familiar, mão-de-obra familiar, produção artesanal, em função da subsistência da família, e, em segundo lugar, do mercado.

A pequena empresa moderna, do tipo farmer, provou ter um potencial considerável para o incremento da produção. Além do mais, graças ao aumento de seu poder aquisitivo por meio do incremento da produção ou das facilidades creditícias, este setor representa um interessante conjunto de clientes para a compra e a integração da tecnologia às atividades agropecuárias.

Este tipo de empresa familiar favorece a apropriação de lucro por parte das empresas do sistema. Efetivamente, este empresário não pretende se organizar em função da captação crescente de uma mais-valia ou da maximização de seus lucros, mas ambiciona basicamente assegurar o bem-estar de sua família. O sistema capta o "excedente" produzido por este empresário através dos preços de mercado para seus produtos, dos mecanismos fiscais e financeiros, a venda de máquinas e insumos, o crédito e os serviços de assistência agrícola e a gestão empresarial. A empresa do agricultor se capitaliza sem chegar a ser capitalista: o capital está presente unicamente como elemento técnico.

A transferência tecnológica não tem atingido mais do que superficialmente a imensa massa de minifundistas, proprietários donos ou inquilinos de terras pobres ou mal localizadas, sem capacidade financeira para a aquisição da tecnologia, sem terra para aplicá-la ou sem preparação administrativa e técnica para gerí-las. As transferências de capital e tecnologia aumentam ?

(10) Vide Cl. Morin: *Les Rapports de Production dans l'Agriculture Latino-américaine; le "Problème Agraire" devant l'Histoire*, in *Les Ateliers de Recherche Latino-américains*, Université d'Ottawa, 1977.

certa forma as perspectivas de lucros na agricultura, mesmo que a um custo ecológico e humano muito elevado para aqueles que podem apropriar-se do "excedente".

Por outro lado, a presença crescente deste novo pequeno produtor tem desempenhado um papel importante no conjunto das relações de poder e de força. Este empresário resultou ser um forte baluarte contra as pressões das massas camponesas e o melhor aliado da corrente anti-reforma agrária.

O maior impacto do agrobusiness se situa a nível estrutural onde se tem que colocar propriamente o problema do subdesenvolvimento. Efetivamente, um modelo de desenvolvimento que privilegie a maximização da taxa de crescimento econômico, a industrialização e a exportação de bens manufaturados, requer a aquisição, nos países industrializados, de uma tecnologia complexa a qual está controlada por empresas multinacionais.

Esta tecnologia virá por bastante tempo mais, e em sua maior parte, do exterior ou de empresas sob controle externo. Na atual fase de internacionalização da produção capitalista, as empresas multinacionais têm pouco interesse em programas de conteúdo nacionalista, a não ser que sirvam a seus interesses e favoreçam seus investimentos. Assim, o investimento estrangeiro passa a constituir-se um agente econômico dominante em produtos chave como os requeridos pelas agroindústrias, com projeções altamente políticas, cujas estratégias não se correspondem necessariamente com a estratégia global do Governo. O poder das multinacionais, agrupadas às vezes em associações a nível nacional, é tal que pode ignorar (e de fato muitas vezes é ignorada) a programação do Governo ou impor condições para prestar sua colaboração. Assim, as empresas da agroindústria exercem um duplo papel: de mecanismo de dominação externa e de efeito de desarticulação interna. Em tal caso, o crescimento não significa desenvolvimento, mas dependência e desarticulação. É o desenvolvimento do subdesenvolvimento, onde a agroindústria cumpre sua própria finalidade: transferir valor aos centros de poder econômico e político por meio da dominação e da desagregação dos mecanismos internos, tanto do setor econômico como do social e político.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- BARNET R. J., Poder Global, A Força Incontrolável das Multinacionais,** Record, São Paulo 1980.
- CEPAL, Informe Anual,** Santiago 1977.
- CONTRERAS C., Transferencia de Tecnología a Países em Desarrollo,** Ildis, Caracas 1979.
- FEDER E., Latin America Heads Towards the 1980's, Paper,** 1976.
- GRONDIM M., Esquemas Organizativos de los Productores Agrícolas para la Comercialización de sus Productos;** mimeo, Santo Domingo 1977.
- GUIMARÃES A. Passos, El Complejo Agroindustrial y la Agricultura Brasileira,** in *Estudios Rurales Latinoamericanos*, Mayo-Agosto, 1980.
- IICA, Elementos para una Estrategia del Desarrollo Rural en América Latina en la Década de los Setenta,** mimeo, 1976.
- MOORE F. & COLLINS J., Where More Food Means More Hunger,** in *War on Hunger, a Report from A.I.D.*, Vol. X, n.º 11, 1976.
- MORIN Cl., Les Rapports de Production dans L'agriculture Latinoamericaine: le "Problème Agraire" Devant L'histoire,** in *Les Ateliers de Recherche Latino-Americains*, Université d'Ottawa, 1977.
- TUCKER W., Organic Farming on a Grand Scale,** *Atlantic Monthly Review*, octubre, 1979.

AS REFORMAS AGRÁRIAS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO *

José Francisco da Silva**

INTRODUÇÃO:

A ideologia do desenvolvimento surgiu na década de sessenta, tendo origem nos organismos internacionais vinculados às Nações Unidas, a partir da constatação de que o mundo encontrava-se dividido em dois tipos de países: de um lado os países desenvolvidos, ou países ricos, e do outro lado os países subdesenvolvidos, ou países pobres, representados pela quase totalidade das nações da América Latina, África e Ásia. Essa classificação era baseada em indicadores relativos às condições econômicas e sociais existentes em cada um dos países e refletia a intenção dos organismos internacionais em que fossem promovidos esforços para “tirar” os países pobres do seu subdesenvolvimento. Assim, o desenvolvimento era concebido como a melhoria das condições econômicas, sociais, culturais e até mesmo políticas dos países pobres. A melhoria das condições econômicas seria representada pelo crescimento da economia destes países, ao mesmo tempo que por uma melhor distribuição de renda gerada pelo crescimento econômico, resultando em melhoria das condições habitacionais, sanitárias, educacionais e até mesmo de participação política das populações nos países pobres.

Como um dos fatores identificados como responsáveis pelo subdesenvolvimento era o atraso que se verificava na agricultura desses países, foram feitas propostas no sentido de modernizar a agricultura dos países pobres e, entre elas, figurava com destacada importância a proposta de Reforma Agrária.

Sem dúvida, o Brasil sofreu a influência dessa ideologia e seus efeitos fizeram-se sentir, através da assessoria e dos financiamentos das agências internacionais ao nosso Governo.

★ Trabalho apresentado no seminário “Agricultura e Desenvolvimento”, realizado de 13 a 16 de outubro de 1981 em Campina Grande, promovido pelo Mestrado em Economia (Rural) da Universidade Federal da Paraíba – Campus II (Subtítulos da Redação).

★★ Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano I	Nº 1	pgs. 135 - 146	jul. - dez./ 1982
-------------	----------------	-------	------	----------------	-------------------

Entretanto, a política de desenvolvimento adotada por nosso país, através dos vários governos que se vêm sucedendo nos últimos 17 anos, não permitiu que viesse a ocorrer um real desenvolvimento, entendido como a melhoria das condições de vida da maioria da população brasileira.

Não podemos negar que ocorreu um processo de crescimento econômico, sobretudo mediante a intensificação da industrialização do país e a modernização do processo produtivo na agricultura, particularmente na Região Centro-Sul. Entretanto, as condições sociais da maioria da população, principalmente da população rural, vêm piorando a cada ano; haja visto o desemprego, o sub-emprego, a multiplicação do "boia-fria", o êxodo rural, o favelamento nas cidades.

A razão principal destes fenômenos reside no fato de não ter sido realizada a Reforma Agrária no Brasil, mas ao contrário, o que vem ocorrendo na agricultura é um processo que podemos chamar de anti-Reforma Agrária. As considerações que seguem parecem confirmar esta afirmação.

O PROCESSO DE ANTI-REFORMA AGRÁRIA

A concentração da propriedade da terra no Brasil agravou-se substancialmente nos últimos anos, reduzindo drasticamente as "terras de trabalho" e as oportunidades de sobrevivência dos trabalhadores rurais e suas famílias. Os dados preliminares do Recadastramento do INCRA de 1978 revelam que o número das pequenas propriedades continua se reduzindo, enquanto o número de grandes propriedades, especialmente aquelas com mais de 100 mil hectares, se multiplica cada vez mais rapidamente, passando de 62 imóveis em 1967, e 83 em 1972, para 141 imóveis cadastrados em 1978.

As propriedades com menos de 10 hectares, que representavam 36% dos imóveis em 1967 ocupando quase 2% da área cadastrada, foram reduzidas para 28% do total de imóveis passando a ocupar apenas 1% da área. Enquanto isso, as propriedades de 10 mil hectares a mais, que representavam 0,1% dos imóveis com 16% da área cadastrada, passaram a controlar em 1978, 25% de nossas terras.

O Nordeste, região onde desde o início de nossa colonização, a terra e a renda estiveram concentradas em poucas mãos, não fugiu a essa tendência geral. Se os dados do cadastramento de 1972 já mostravam que os latifúndios, representando menos de 20% dos imóveis, controlavam mais de 80% da área, a comparação dos dados de 1972 com os de 1978 revelam que

o crescimento da área média do imóvel rural no Nordeste foi superior até mesmo ao da Região Centro-Oeste, só sendo superado pela Região Norte. Entre 1967 e 1972, as propriedades com mais de 10.000 ha. expandiram sua participação, nas terras cadastradas, em cerca de 8,2 milhões de hectares.

É importante notar que esse quadro agravou-se, apesar dos inúmeros programas governamentais para a região, todos eles, supostamente, com objetivos sociais. O PROÁLCOOL expande-se em áreas até agora exploradas por posseiros, parceiros e arrendatários, com o cultivo de alimentos. Reduz a oferta de terras para a pequena agricultura e, conseqüentemente o nível de emprego. Transforma parte dos trabalhadores em assalariados, percebendo rendimentos menores do que auferiam quando trabalhavam em suas próprias plantações e, na maioria dos casos, sem se beneficiarem das garantias da Legislação Trabalhista.

O plantio de pastagens artificiais para a criação de gado no sertão nordestino, já há muitos anos que vem sendo estimulado pelo Governo. Basta ver que, analisando-se os projetos agropecuários e agroindustriais do Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR – entre 1965 e 1976, praticamente 50% das áreas dos projetos estão cobertas com pastagem artificial contra menos de 8% com culturas agrícolas. Quando se tomam as atividades dos projetos, os dados são ainda mais gritantes: praticamente 65% das atividades dos projetos aprovados são pecuários, contra menos de 5% de atividades agrícolas. Acabando com o tradicional sistema agrícola “gado-algodão”, que permitia ao trabalhador, com toda a opressão, plantar milho e feijão para sua subsistência, o resultado dos programas governamentais tem sido expulsar o trabalhador da terra, fazer desaparecer terra para arrendamento e diminuir a produção de produtos para a alimentação.

A política de construção de barragens para a produção de energia elétrica não tem sido menos nociva aos trabalhadores das áreas em que seus projetos são implantados. Quando não são obrigados a deixarem as terras onde sempre viveram e trabalharam, perdem as condições de continuarem com sua tradicional agricultura de vazante. As indenizações que lhes têm sido pagas são irrisórias.

O mesmo se pode dizer da política de irrigação. Os trabalhadores deslocados, com os projetos da CODEVASF e do DNOCS, não são convenientemente indenizados. Os critérios de seleção de irrigantes excluem esses trabalhadores que deveriam ser seus principais beneficiários. E, sobretudo, es-

ses projetos assentam muito menos trabalhadores do que expulsam. Ao invés de criadores de emprego, são, portanto, destruidores de emprego.

Note-se que, de alguns anos para cá, a própria política para a área vem privilegiando a instalação de agroindústrias em prejuízo ao assentamento de colonos, nos perímetros irrigados, o que reforça a tendência geral à concentração da terra e da renda.

Essa superconcentração da terra, aliada a toda uma política de favorecimento à grande propriedade, que vai desde os incentivos fiscais até o financiamento à expansão das pastagens e da cultura de cana-de-açúcar para a produção do álcool, é, pois, a grande responsável pela marginalização dos trabalhadores rurais, pela multiplicação das áreas de tensão social, que se generalizam em todo o País, enfim, pelas lutas cotidianas por um pedaço de terra.

Outro fator que contribui decisivamente para o crescimento dos conflitos de terra é a grilagem que, em toda a Região Nordeste, acompanha de perto as obras de infra-estrutura que vão sendo implantadas pelos programas oficiais do Governo. A cada construção de barragem, a cada abertura de uma nova estrada, os grileiros vão se apossando das terras dos antigos moradores, com o intuito de especular sobre essas terras, valorizadas no mercado.

Em todo o Nordeste e particularmente no Estado da Bahia, a grilagem de terras se tornou um ato rotineiro de violência contra os trabalhadores e suas famílias. Essa grilagem cresce favorecida pelos incentivos do Governo e das empresas governamentais que atuam na Região. No Vale do São Francisco, que abrange quatro Estados dessa Região, a grilagem desenvolve-se com a mesma rapidez que os projetos da CHESF e CODEVASF, mais preocupados com a instalação de grandes projetos agropecuários e agroindustriais, de resultados econômicos a curto prazo, do que com a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, apenas considerados como mão-de-obra barata para as grandes empresas monocultoras implantadas na Região.

A VIOLÊNCIA DA ANTI-REFORMA

Os conflitos de terra se alastram por todo o Nordeste, reproduzindo em menor escala, uma situação de violência que é vivida no meio rural de todo o País.

Durante o ano de 1980, a CONTAG denunciou às autoridades do País, graves casos de conflitos de terra em 15 Estados do Brasil e no Território Federal de Rondônia, os quais totalizaram 96 casos de conflitos pela posse da terra. Ao todo, 20.678 famílias de camponeses estiveram diretamente envolvidas nesses conflitos, o que soma mais de 103 mil pessoas lutando pela terra em que vivem e trabalham.

Só no Estado da Paraíba foram denunciados 10 casos de tensão social: Fazenda Camucim e Fazenda Sede Velha de Abiaí, no município de Pitimbu; Alagamar, Piacas, Maria de Melo, Urna, Salomão, Fazenda Nova e Riacho dos Currais, que fazem parte da Grande Alagamar, nos municípios de Itabaiana e Salgado de São Félix, Mucatu, município de Alhandra; Fazenda Sapucaia, Carvalho, Porteira e Capivara, município de Bananeiras e Solânea; Quandu em Barra de Santa Rosa; Cachorrinho e Coqueirinho, município de Pedras de Fogo e Fazenda Sítio, no município de Dona Inês. Todos esses conflitos de terra, que envolvem centenas de famílias de trabalhadores rurais, decorrem fundamentalmente da expansão da cultura de cana-de-açúcar para a produção de álcool em áreas tradicionalmente produtoras de alimentos para o mercado local e regional e de grande concentração de camponeses. A importância dessa produção para a Região Nordeste foi reconhecida pelo Governo Federal, tanto, que declarou essa área prioritária para a Reforma Agrária.

No Estado da Bahia, recentemente, o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais encaminhou às autoridades amplo relatório sobre a gravidade da situação em que se encontram 12 municípios do Estado, vítimas de um processo violento de grilagem, acobertado por autoridades locais. Os municípios de Mucuri, Marcionílio Souza, Boa Vista do Tupim e Iaçú foram considerados áreas críticas, naquele "dossier". Em Mucuri, o Juiz de Direito da Comarca de Caravelas usou um verdadeiro aparato policial, para fazer cumprir uma ordem de despejo contra 60 famílias de posseiros, apesar dessa ordem ter sido sustada pelo Tribunal de Justiça da Bahia, acatando mandado de segurança em favor dos trabalhadores. Um total de 36 chefes de família foram presos por resistirem à ordem de despejo. Em Marcionílio Souza, Boa Vista do Tupim e Iaçú, todos na microrregião de Itaberaba, as violências contra os posseiros foram comandadas pelo Tenente Barbosa, da Polícia Militar, que se coloca a serviço da família Medrado, grande latifundiária na Região. As pressões foram de toda ordem: intimações, prisões coletivas, espancamentos de centenas de famílias, etc. Por diversas vezes, a FETAG-BA denunciou esses casos à Secretaria de Segurança Pública e a outras autorida-

des estaduais. No caso de Iaçú, o Governo Federal desapropriou a área em litígio. São mais de 2 mil famílias ameaçadas nesses 3 municípios.

Em Sergipe, a situação não é diferente dos demais Estados nordestinos. Assim, 70 famílias de trabalhadores rurais, moradoras da Fazenda Santana dos Frades, município de Pacatuba, há mais de uma geração, sofreram inúmeras violências para abandonar a sua terra. A pretexto de notificar os trabalhadores da sentença que negara liminar em ação de manutenção de posse, dois Oficiais de Justiça compareceram ao Povoado acompanhados de dois Delegados de Polícia, dois soldados e mais investigadores de Aracaju, fortemente armados com fuzis, rifles, metralhadoras e revólveres, cometendo uma série de arbitrariedades contra as famílias de trabalhadores rurais. Os trabalhadores, para garantirem a sua sobrevivência e como estão impedidos de plantar, colheram cerca de 90 mil cocos, beifeitorias suas, que tiveram dificuldades de vender, boicotados pela empresa SERAGRO – Serigy Agroindustrial Ltda., grande industrializadora da região e proprietária da área em questão. Em agosto de 1980, a juíza da comarca de Pacatuba expediu mandados de prisão preventiva contra posseiros e contra o presidente do sindicato, acusado de crime por estar defendendo os associados. Os trabalhadores e o presidente do sindicato permaneceram presos por um mês, apesar das denúncias às autoridades e da mobilização para a libertação dos presos em todo o País, feita através do Movimento Sindical, Igreja, Partidos Políticos de oposição e por entidades civis que apoiam a luta dos trabalhadores.

Pernambuco, por sua vez tem sido palco de inúmeras violências pela posse da terra. Em Igarassu e Paulista centenas de famílias de trabalhadores rurais, inclusive crianças, dos engenhos Santa Cruz, Pirajuí, Mulata, Novo e Caiana, foram vítimas de violências cometidas por supostos proprietários, além de sofrerem a destruição de casas e beifeitorias, expulsão de posseiros, etc. Em 1980, o trabalhador rural Jaime Barbosa dos Santos, líder dos trabalhadores, no município de Santa Maria da Boa Vista, foi assassinado, em decorrência de sua luta contra grileiros da região. Um 700 famílias de trabalhadores rurais moradores dos imóveis Fragoso e Ouro Preto, em Paulista, foram ameaçadas de expulsão através de ameaças, destruição de beifeitorias, e 41 famílias de trabalhadores rurais da Fazenda Tabu, Surubim, foram ameaçadas de expulsão da área que cultivam há muitos anos, através de um mandado de despejo judicial. O Movimento Sindical reivindicou a desapropriação dessa área por interesse social.

No Ceará, onde predominam o arrendamento e a parceria, inúmeras têm sido as lutas dos trabalhadores pelo cumprimento das disposições do Estatuto da Terra, no que diz respeito ao valor do arrendamento e o quantum da partilha da produção agrícola. Em Quixadá, os trabalhadores da Fazenda Monte Castelo vêm depositando o foro na justiça e, conseqüentemente, vêm também sofrendo as ameaças e perseguições do proprietário de terras. Trabalhadores da Comunidade Sítio Faveira, Carnaubal, foram obrigados ao pagamento exagerado do arrendamento e sujeitos a violências físicas pelo proprietário, auxiliado por pistoleiros, policiais e pelo juiz local. Muitas vezes, ainda, os grandes proprietários cometem inúmeras violências no sentido de expulsar os antigos moradores de suas terras, tendo em vista a expansão das pastagens. Em Parambu, Paraíba, 150 famílias de arrendatários, moradoras há anos nos sítios Ingá e Fagundes, sofreram todo tipo de ameaça e opressão para abandonarem suas posses. Algumas famílias foram expulsas de suas terras e outras foram proibidas, pelo latifundiário, de executar qualquer tipo de plantio. Em 1980 essa área foi desapropriada por interesse social.

No Rio Grande do Norte, os trabalhadores rurais do Vale do Açu estão ameaçados pela construção de uma barragem, face à incerteza do reassentamento e dos critérios de seleção no Projeto de Colonização. Em 'Baixa da Preguiça', município de Touros, 37 famílias estão ameaçadas de expulsão pelo grupo proprietário da Fazenda Ranho. Em São Bento do Norte, 12 famílias foram expulsas violentamente pela Empresa Refloricultura S/A. para implantar, com incentivos oficiais um projeto de reflorestamento. Tudo isto só para citar alguns exemplos de conflitos neste Estado.

Contra esta situação luta o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, sob a coordenação da CONTAG e das Federações Estaduais. Mesmo nas conjunturas mais adversas essa luta não foi interrompida.

A defesa firme dos interesses da Classe tem feito com que o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, apesar do equilíbrio que caracteriza a sua atuação, seja alvo da violência patronal e da repressão oficial. Violências contra trabalhadores e dirigentes sindicais tomaram-se fatos comuns no meio rural. Basta lembrar que somente em 1980 foram assassinados os líderes sindicais Raimundo Ferreira Lima, de Conceição do Araguaia (Pará) José Francisco dos Santos, de Correntes (Pernambuco) e Wilson Souza Pinheiro, de Brasiléia (Acre), por terem assumido a defesa dos trabalhadores. Ultimamente, no dia 18 de março de 1981, o trabalhador Edson Cardoso de Farias foi covardemente açoitado pelo seu ex-patrão, o

médico e fazendeiro Adelson Henrique Paes por ter recorrido à Justiça de Campos (Rio de Janeiro) para receber o que tinha direito após 23 anos de trabalho.

No dia 27, de março em Santarém, no Pará, foram presos o líder sindical Ranulfo Pelaso da Silva e os trabalhadores Cristiano Freitas Rosas e Raimundo Cícero (este, menor), porque apoiavam numerosas famílias de posseiros da Rurópolis Presidente Médice, que estão ameaçados de despejo. Um dia depois, o companheiro José Pedro dos Santos, Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Capela, em Alagoas, foi assassinado em frente à porta de sua casa, por um desconhecido que fugiu. José Pedro havia atraído contra si o ódio dos fazendeiros da região, porque denunciava, sempre, as irregularidades e desmandos contra os trabalhadores.

Ainda no dia 10 de maio, foi a vez do companheiro Marcelo dos Santos, delegado sindical na localidade de Cajazeiras, município de Codó (Maranhão). Ele foi brutalmente assassinado dentro de sua própria casa, com 7 tiros e nove facadas. Marcelo também apoiava a luta de mais de 400 famílias da região, numa questão em que estão envolvidos nada menos que 4 grileiros.

Todas essas violências aconteceram num prazo inferior a dois meses. E todas elas constituem agressões ao legítimo exercício da atuação sindical. Todas elas foram praticadas com o objetivo de impedir que os trabalhadores continuem se organizando para se defenderem contra a exploração e as injustiças de que são vítimas freqüentes. Todos foram vítimas fatais do braço armado a soldo da ganância ilimitada do interesse econômico, que já atingira o advogado Eugênio Lyra, em 1977, vitimara o advogado Agenor Martins de Carvalho em 1980, e, nesses últimos anos, tem assassinado dezenas de trabalhadores rurais de todo o País, que lutaram para defender suas posses.

Cada vez que as forças anti-democráticas aumentam o seu espaço no quadro político, aumenta a repressão contra as entidades de trabalhadores. Assim foi em 1968, quando a CONTAG teve seu material impresso arbitrariamente apreendido e seus dirigentes obrigados a passar horas e horas depondo em organismos de segurança. Em 1973, foi o Ministério do Trabalho que quis impedir a realização do 2º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Em 1976, as denúncias patronais provocaram a apreensão de material didático da CONTAG no Acre, sendo seu presidente pessoalmente inquirido pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Em 1977, o Ministério do Trabalho suspendeu a posse da diretoria da CONTAG,

e mais uma vez, a CONTAG foi ouvida pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional sobre as publicações do Movimento.

Agora, em plena 'abertura política', proclamada pelo Governo, mais uma vez os órgãos de segurança tentam atingir o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais. O pretexto é a morte do grileiro Nilo Sérgio Oliveira, praticada por um grupo de trabalhadores rurais inconformados com o assassinato do companheiro Wilson Souza Pinheiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília. Pretendem as autoridades de segurança desconhecer que o problema fundiário no Acre é grave e vem de muito tempo. Tanto que diante da intensificação dos conflitos e da tensão social na região, o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais reivindicou a imediata desapropriação de 13 áreas de conflito.

Reconhecendo expressamente a existência de tensão social na região, o Governo Federal, em setembro de 1980 decretou de interesse social, para fins de desapropriação, áreas no total de 262 mil hectares, nos municípios de Brasília, Xapuri e Rio Branco e que coincidiram com as áreas de conflitos, para as quais o Movimento Sindical reivindica a medida governamental.

Apesar de tudo, mais uma vez, sofrem os trabalhadores e suas entidades de classe pela falta de atuação do Governo no sentido de coibir esse estado de coisas. Contra os que assassinaram o Presidente do Sindicato nada de concreto foi feito. Alguns fazendeiros foram chamados para depor e não foi efetuada nenhuma prisão.

Contra os trabalhadores, armou-se um esquema de captura nunca visto. Foram torturados na prisão, tiveram que esperar quatro meses pela concessão de habeas corpus e aguardam julgamento pelo assassinato do grileiro.

Contra os dirigentes sindicais, a Polícia Federal, atendendo à solicitação da Federação da Agricultura do Estado do Acre, abriu inquérito policial militar e indiciou na Lei de Segurança Nacional membros da CONTAG, tendo sido o inquérito remetido à Justiça Militar, em Manaus.

Por se irmanar aos seus companheiros que lutavam pelos seus direitos; por promover a defesa desses direitos junto à Administração Pública e perante a Justiça; por protestar publicamente contra os assassinatos, violências e injustiças de que têm sido vítimas os trabalhadores rurais brasileiros e seus líderes integrantes da CONTAG — incluindo o autor destas linhas — estão sendo processados na Lei de Segurança Nacional.

Entretanto, pode se assegurar que o Movimento Sindical, associado à luta de toda a classe trabalhadora, e com o apoio de pessoas, grupos, órgãos

ou entidades comprometidos com a luta dos trabalhadores, não se afastará de seu compromisso com a organização, coordenação, estudo e defesa dos interesses da classe trabalhadora rural brasileira.

CAMINHOS A SEGUIR

A CONTAG congrega, hoje, 21 federações estaduais filiadas, 1 delegacia com atuação no Acre/Rondônia e 2.447 sindicatos. Representa 11 milhões e meio de famílias dentre as quais mais de 6 milhões e 800 mil trabalhadores rurais sindicalizados, pequenos proprietários, arrendatários, parceiros, posseiros e assalariados.

O interesse da categoria exige, primeiramente, uma reorientação do desenvolvimento e de toda a política agrícola e agrária, de modo a satisfazer as necessidades básicas e essenciais da maioria da população rural, como também urbana, através de uma estratégia de pleno emprego, distribuição de renda e ampliação do mercado interno.

No campo da política salarial, o Movimento Sindical luta para intensificar a prática dos Contratos Coletivos de Trabalho, tanto lutando pela devolução do poder normativo da Justiça do Trabalho, quanto orientando e organizando suas bases para a celebração de dissídios, utilizando-se dos meios disponíveis, inclusive a greve, se necessário.

Já no campo sindical, a luta da CONTAG é no sentido de que sejam eliminadas as normas legais, expressas no Título V da Consolidação das Leis do Trabalho, que limitam ou impedem a organização dos trabalhadores e a conseqüente defesa de seus direitos, estabelecendo a autonomia e liberdade sindical.

Esse posicionamento implica, também, na luta e participação dos trabalhadores rurais, juntando-se às lutas de outros segmentos da sociedade brasileira, pelo pleno restabelecimento das liberdades democráticas e do Estado de Direito, sem o que, qualquer modificação da Legislação Sindical, seria ineficaz.

A luta é também pela reformulação da política agrícola que, na prática, prejudica os trabalhadores, fortalecendo o latifúndio improdutivo. Os trabalhadores exigem uma política que garanta preços justos para seus produtos, acesso ao crédito, assistência técnica, facilidades na comercialização dos produtos, etc. . .

No campo da Previdência Social Rural muito se tem ainda que fazer. Trata-se de uma Previdência incipiente e com uma legislação discriminatória frente à Previdência Social Urbana. Lutam os trabalhadores rurais pela equiparação dos direitos e benefícios que já estão consagrados na Previdência Social Urbana, tais como: salário-família, auxílio-doença, aposentadoria por tempo de serviço e assistência médico-hospitalar, entre outros.

Ditas alterações nos campos da Legislação Trabalhista e da política salarial, da política agrícola e da Previdência Social Rural são necessárias e urgentes, e por isso são objetivos da luta. Mas também é certeza do Movimento Sindical, que essas medidas serão ineficazes se não forem precedidas ou acompanhadas da transformação de nossa estrutura agrária, através da Reforma Agrária, ampla, imediata e com a participação dos trabalhadores rurais, isso porque:

a) Temos no Brasil mais de 11.400.000 famílias de trabalhadores rurais. No Nordeste, conforme estimativa do Banco Mundial, através de seu Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento, pesquisa feita em 1977, são cerca de 6 milhões que fazem a força de trabalho do setor agrícola, dos quais, mais da metade só encontra emprego durante 60 dias por ano. É, pois, uma mão-de-obra desempregada ou subempregada.

b) Os minifúndios utilizam, no Brasil segundo dados de 1972 do INCRA, 48,5% da força de trabalho no campo empregando uma pessoa para cada 7,7 ha. de terra explorada. Já o latifúndio por exploração emprega uma pessoa para cada 61,7 ha., existindo ainda o latifúndio por dimensão, onde vamos encontrar o absurdo de uma pessoa para cada 9.600 ha.

c) O rendimento apresentado pelo minifúndio, de acordo com os mesmos dados, é 3,3 vezes superior ao obtido pelo latifúndio e é, também, superior à produtividade média do País. O rendimento, obtido pelos parceiros, chega a ser superior ao rendimento apresentado pelas empresas rurais.

d) Os minifundistas, parceiros e arrendatários juntos, participam com 20,5% da área total explorada e são responsáveis por quase 40% do valor total da produção agropecuária e extrativa no Brasil. No Nordeste, as menores unidades utilizam cerca de 60% de sua terra com culturas, enquanto que nas grandes propriedades essa percentagem vai caindo até chegar a 15%.

e) Mas, segundo a pesquisa de 1977 do Banco Mundial antes mencionada, se todos os trabalhadores tivessem acesso à terra de forma a terem pleno emprego, uma simples extrapolação sugere que o produto poderia ser aumentado quatro vezes. Extrapolações dos parâmetros de função de produção in-

dicam que o Produto Bruto poderia aumentar cinco vezes se a terra e o trabalho fossem combinados segundo uma condição de otimização”.

Esses dados são suficientes para demonstrar que o latifúndio desperdiça terra, capital e trabalho, afetando a economia do País e trazendo reflexos sombrios para os trabalhadores rurais. Esses dados permitem, também, concluir que Reforma Agrária não é pulverização anti-econômica da terra como muitos crêem, mas redistribuição de renda de emprego, de poder e de direitos.

f) Não há como insistir no argumento de falta de condições e, pior ainda, falta de necessidade: há muita gente precisando de emprego produtivo na terra há terras suficientes, aproveitáveis, mas que se encontram inexploradas e retidas nas mãos dos latifundiários. Conta-se com instituições para fazer a Reforma Agrária e dar assistência técnica; dispõe-se de instrumentação legal, representada pela Contituição Federal, o Estatuto da Terra, o Ato Institucional n.º 9 e, ainda, Legislação Complementar.

A MODO DE CONCLUSÃO

Diante da realidade dos trabalhadores rurais, diante da conjuntura social, econômica e política do País, chega-se à convicção de que não é possível haver solução duradoura para os problemas do País, deixando na marginalidade os trabalhadores rurais, que constituem quase 50% da população. Mesmo o projeto democrático fica comprometido, a longo prazo, se não há uma verdadeira redistribuição da propriedade, da renda e do poder no meio rural, através de uma Reforma Agrária ampla, massiva, imediata e com a participação dos trabalhadores. Do mesmo modo que não se pode pensar, no mundo atual, em democracia verdadeira sem sindicatos atuantes, não se pode pensar em democracia, de fato, no Brasil sem que se integre a massa de assalariados, parceiros, arrendatários, posseiros e pequenos proprietários minifundistas, que constituem a classe de trabalhadores rurais, à vida sócio-econômica do País. Essa integração só se fará através da Reforma Agrária. Por isso, a Reforma Agrária é essencial. Por isso, a Reforma Agrária é a grande bandeira dos trabalhadores rurais.

KARL POPPER:
FILOSOFIA DA CIÊNCIA OU IMOBILISMO IDEOLÓGICO?

Josemir Camilo★

APRESENTANDO POPPER

Karl Popper virou moda da direita, ao sair da Física, tornando-se filósofo da Ciência e enveredando pelo campo das Ciências Sociais. Os dois trunfos políticos são os ensaios *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos* e *Miséria do Historicismo*. Pode-se anexar a estes dois a *Lógica das Ciências Sociais*. Popper passa a dar lição de como fazer Sociologia, Antropologia e História.

Nascido austríaco, em 1902, filho de um liberal do império de Francisco José, Karl R. Popper se iniciou na biblioteca de seu pai, que era doutor em Direito. Conheceu a instabilidade econômica e ideológica das primeiras décadas do século XX, as idéias socialistas e social-democráticas, através de alguns amigos, mas sem se envolver com qualquer delas, a não ser quando em "dois ou três meses considerei-me comunista".

Em sua autobiografia intelectual, brilhante ensaio, Popper coloca paulatinamente sua evolução científica e filosófica, desde sua crise sobre o infinito e sua rejeição ao essencialismo, passando por Spinoza e Kant ainda adolescente. Sua revolta com o chamado socialismo científico, depois de um massacre em que a polícia matou colegas seus, socialistas e comunistas, o levou a duvidar cientificamente da teoria da luta de classes, tornando-se daí por diante seu cavalo de batalha. Sua posição anti-marxista, iniciada aos 17 anos, nasceu sob o calor dos sentimentos e da revolta de ter abraçado uma teoria dogmaticamente. Daí nasceram *A Pobreza do Historicismo* (1935) e *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos* (1943). Para ele, então, o marxismo só teve uma função radical: evitar o dogmatismo e tornar-se um modelo intelectual (ao contrário do que pregavam os marxistas que conheceu que previam o conhecimento total, a arrogância do saber tudo e para tudo ter uma resposta infalível).

Tendo trabalhado no Instituto Pedagógico de Viena, Popper veio a apresentar sua tese de Pedagogia em 1928, *A Propósito do Problema do Método na Psicologia do Pensamento*, que marcava sua passagem para o campo da metodologia. A partir dos contatos com seus professores e dos

★ *Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal da Paraíba, Campus II – Campina Grande.*

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano I	Nº 1	pgs. 147 - 156	jul. - dez. / 1982
-------------	----------------	-------	------	----------------	--------------------

trabalhos anti-marxistas desenvolvidos, mas não divulgados, Popper se tornou bastante conhecido nos círculos intelectuais de Viena. Por esta época, os positivistas lógicos do Círculo de Viena procuravam a demarcação entre Ciência e a Não-Ciência, uma vez que ele mesmo admitia que a metafísica era com freqüência precursora das idéias científicas. Encaminhava-se assim pelo Racionalismo Crítico e pelo Empirismo, como que juntando as correntes do empirismo inglês e do racionalismo cartesiano.

Portador de uma erudição exemplar e músico amador (chegando a criar teoria específica, nesta área), além de matemático e físico, Popper enveredou não só pela filosofia da Ciência, mas também, através de um posicionamento político liberal-burguês, pela teorização das Ciências Humanas. Iniciara-se com *A Pobreza do Historicismo*, sua refuta ao marxismo historicista e providencialista, que vivera nos anos da social-democracia; continuara em *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos*, chegando à *Lógica das Ciências Sociais* (1962).

Além destes títulos, existem ainda em português *A Racionalidade das Revoluções Científicas*, na coletânea Herbert Spencer, editada pela Edusp, e *O Conhecimento Objetivo; Uma Abordagem Evolucionária*, pela Itatiaia. Recentemente a Universidade de Brasília editou *Conjecturas e Refutações*, coletânea de discursos e ensaios, produzidos ao longo de sua carreira, onde pontifica o trabalho *Que é a Dialética?*, escrito originariamente em 1937 e publicado em 1940. Sobre Popper existe um volume da série *As Idéias de...*, escrito por Bryan Magee, da Cultrix/Edusp.

O livro de introdução de seu pensamento científico é sem dúvida *A Lógica da Pesquisa (científica)*, onde propõe seu conceito-limite de ciência e não-ciência. Sua tese central é de que não existe indução, cujo método, diz ele, nunca foi definido clara e cientificamente. O método popperiano é a dedução e o argumento de ciência é a falseabilidade das teorias. Ou seja, a teoria científica é aquela susceptível de testes, a que tenha probabilidade de ser refutável. Popper usa aqui o mesmo ponto de referência científico dos positivistas: a testabilidade dos enunciados teóricos.

Popper nega que teorias universais sejam deduzíveis de enunciados singulares. Acredita apenas que haja teorias “melhores” e “piores” (sic.), de acordo com seu maior ou menor poder explicativo. Quanto maior for seu conteúdo informativo, menor será a sua probabilidade de erro, isto proporcionalmente às diversas maneiras de testabilidade. Para isto, defende que as teorias científicas devem ter alto conteúdo informativo e baixa probabilidade de refutação.

Além destes elementos positivistas (a forma de conceber a testabilidade) Popper se volta ao idealismo, quando defende a metafísica, contra

os postulados do Círculo de Viena. Baseado em Kant, ele afirma que o conhecimento “consiste em teorias, hipóteses e conjecturas que nós formulamos como produto de nossas atividades intelectuais”¹). Diz ainda que se pode comparar o conhecimento como um “estado de espírito subjetivo de certo organismo”. Mais formalmente, ele acha que o conhecimento é um sistema de enunciados, que se torna objetivo (quando exposto à discussão), embora hipotético e conjuntural.

Apesar de recusar o conceito-limite de ciência dos positivistas lógicos de Viena, Popper volta a este conceito (verificabilidade) na etapa de seu raciocínio que é a refutação de uma teoria pelo conflito com um enunciado particular. Embora este último seja refutado em Popper como elemento do suposto método indutivo, os enunciados particulares voltam a ter valor em Popper, como elementos de teste e verificação para o falseamento ou não de uma teoria.

Com toda sua argumentação anti-essencialista e anti-indutivista e com sua carga de vivência ambígua, ideologicamente falando, Popper assentou suas críticas contra o historicismo e a dialética. Tornou-se um vigoroso crítico aos marxistas mecanicistas que ele conheceu, na prática e em obras, chegando a produzir em 1937, como reação, o ensaio *Que é a Dialética?*

Provavelmente Popper se baseia nas obras de juventude de Marx e não em *O Capital*, principalmente nas obras políticas. Sua crítica é procedente, quando denuncia um marxismo providencialista, historicista, mas é de um reducionismo tão simplório, que deixa perceber uma posição exatamente sentimental e ideológica, coisas que ele denuncia nos marxistas. Além deste posicionamento, o seu racionalismo é algo ex-máquina. Senão vejamos como define a tríade dialética.

Em *Que é a Dialética?* Popper a refuta, dizendo que uma teoria que tenha duas afirmações contraditórias, pode-se dizer o que quiser dela. Diz textualmente: “Uma teoria que acrescenta a toda informação que afirma sua respectiva negação não nos informará nada”. Assim, uma teoria que implica uma contradição é inteiramente inútil como teoria.

Popper acha que a síntese é produto do raciocínio e não algo inerente ao ser. Volta, aqui, a colocar a Razão como algo independente da natureza e refuta o esquema de Engels da semente/planta (tese/antítese), alegando se tratar apenas de fases do desenvolvimento de uma só coisa.

Não sabemos como Popper vê, por exemplo, a existência da burguesia, sustentada pelo operariado. Provavelmente não vê contradição nesta existên-

(1) Popper, K: *Autobiografia Intelectual*, São Paulo, 1977, p. 93.

cia, ou, ao menos, não admite que uma teoria se utilize de operários para provocar uma luta, sob o signo da teoria dialética, de que pela contradição se suprime, se nega a situação dada (a tese), a burguesia. Como Popper acha que o marxismo é uma doutrina ideológica, portanto conclui que sem verdades científicas, se torna um massacre levar as massas a lutar por algo de que não se tem certeza se corrigirá ou não as injustiças. Como se vê, o racionalismo popperiano é antes e acima de tudo ideológico. Não precisava sequer que ele dissesse que deixou de ser socialista porque prefere gozar a liberdade (bem entendido, individual) a lutar por uma igualdade, da qual não se tem certeza. Daí que seus posicionamentos de liberal-burguês tornaram-se uma arma para os conservadores, chegando a ser reconhecido cavalheiro da Coroa da Inglaterra.

Sua posição ideológica, mais de uma vez é enunciada de forma categórica contra o marxismo, que chama de método e não de teoria. Ele chega a afirmar que tem a decisão exclusiva de não admitir, a nível teórico, a contradição como elemento de progresso. Para ele, admitir contradições numa teoria, principalmente que estas sejam inevitáveis, seria não admitir a crítica, a ciência. E, para provar que as contradições são vazias, porque delas se pode deduzir o que quiser, Popper recua à lógica formal e até ao silogismo. Mesmo admitindo que a dialética seja uma teoria com contradições, e que possa ser "interessante", Popper tenta provar que é falsa, baseando-se em argumentos de Marx sobre a revolução a partir do modo de produção, o que foi, segundo ele, contrariado pela Revolução Russa, que teria começado por um movimento na esfera política. Aqui reside uma das inúmeras reduções que este autor faz do pensamento de Marx, pois se sabe que o elemento fundamental para uma revolução é a contradição aguçada entre as relações de produção e as forças produtivas. Coisa pela qual a Rússia passava desesperadamente, como comprova o enorme exército de reserva de camponeses famintos e sem terras, e a própria falência da Rússia na I Guerra Mundial.

Mas Popper volta à tona, alegando que a teoria dialética será sempre salva, porque os marxistas a imunizarão, sob a alegação de que os fatos políticos estão evitados de motivos econômicos. A imunização, aqui é condenada. A hipótese auxiliar, tão usada na física teórica, também é condenada. Os marxistas não podem lançar mão desses dois argumentos que contornariam o falseamento da teoria dialética. Para Popper, as teorias abstratas, como as de Newton ou Einstein podem recorrer a hipóteses auxiliares e estarão caminhando para a verdade científica. Mas o marxismo, não. Se assim o fizer apenas estará mostrando desonestidade. Dois pesos e duas medidas, mostrando ainda que o caráter popperiano de falseamento pode ser contornado.

Embora ele alegue, que em tal estado (no uso da hipótese auxiliar) estas teorias (enquanto não refutadas) devem continuar com o caráter de hipótese ou conjunturas.

Submetida a uma análise dialética, a obra de Popper se mostra falha, em sua intenção de fazer filosofia sobre as Ciências Humanas. Falha, porque ignora os pressupostos básicos, históricos, das sociedades constituídas com suas organizações e contradições de classes, suas respectivas ideologias. Ao propor uma engenharia social, Popper parte do dedutivo, do racional do “é” e não do como tem sido ou de como pode e deve ser. Vejamos sua confusão entre historicismo providencialista e os homens como agentes da História. Ou, por que sua ideologia serve ao sistema dominante do capitalismo?

Quem é Popper filosoficamente? Adepto do racionalismo crítico, como se professa, é chamado por seus críticos de neo-positivista, denominação que não aceita, tentando provar que nunca esteve ligado ao Círculo de Viena. Como se só isto fosse necessário ou suficiente para determiná-lo. O autor invoca opiniões de outros para demonstrar que justamente por sua causa é que o neo-positivismo faliu, devido às suas críticas.

Limitar-se-á aqui o presente ensaio a analisar *A Miséria do Historicismo*, que como o título já pressupõe, é uma crítica a Marx, parodiando a *Miséria da Filosofia*. Trata-se de um ensaio esboçado cerca de 1920, retomado em 1935 para leituras em círculos de amigos, e publicado na Inglaterra em 1944/45. A primeira edição no Brasil é de 1980, e seus prefácios são de 1957 e 1959.

Para se descobrir os ataques cerrados de Popper à história, ao historicismo e ao Materialismo Histórico é fundamental ler sua *Autobiografia*. De início, no ensaio d’*A Miséria*, ele coloca a antinomia que lhe preocupou desde os 15 anos: essencialismo versus nominalismo. E foi daí que sentou praça contra o essencialismo, optando obviamente pelo nominalismo. Descobriu posteriormente (à adolescência) que certas concepções da História estavam eivadas de essencialismo. Então transferiu suas primeiras rejeições ao essencialismo de Spinoza para a História. Trata-se do problema dos universais, e a diferença entre estas duas categorias é apresentada um pouco informalmente por Popper. Os essencialistas se perguntam “O que é?” enquanto os nominalistas se perguntam “Como?”.

O ANTI-HISTORICISMO: CIÊNCIA OU IDEOLOGIA?

Pretende-se aqui seguir o raciocínio do autor, sempre que possível, dentro da exposição que se encontra no ensaio. Para isto deverá se questionar desde o prefácio, onde ele expõe o que entende por historicismo.

O que é o historicismo? Ele responde na dedicatória àqueles que tomaram vítimas da crença fascista e comunista em *Inexoráveis Leis do Destino Humano*. Aí está. Historicista é aquele que acredita que a História possui leis inexoráveis, e que assim seria possível prever o futuro da humanidade. Popper tentará provar através da “lógica” que isto é impossível, alinhando-se assim a grande maioria de teóricos não-marxistas na sua divulgação do indeterminismo na História.

Estrutura sua refutação, no prefácio, em várias etapas, tomando como ponto de partida, algo que pode dizer exatamente qual é seu respaldo filosófico: “o curso da história humana é fortemente influenciado pelo crescer do conhecimento humano”. 2) Portanto, a Razão, o Saber, como elemento, senão determinante, mas fortemente influenciador do curso da História. Para não perder a freguesia dos marxistas, ele recorre a estes alegando que tal premissa “tem de ser admitida até mesmo por aqueles para quem as idéias (. . .) não passam de meros subprodutos de desenvolvimentos materiais desta ou daquela espécie”. 3)

Esta sua primeira etapa de refutação, nos leva à conclusão de que seu enunciado ou é totalmente desnecessário ou tentou abrir demais o leque para atingir gregos e troianos e, daí, o vazio do enunciado. O que significa “fortemente influenciado”? Termos, cujo valor conceitual é vulgar e elástico, não prestam para usos científicos.

À segunda etapa, Popper arma um jogo de palavras em que troca História por conhecimento: “Não é possível predizer (. . .) a expansão futura de nosso conhecimento científico”. Seria importante que ele separasse as duas coisas, embora sustentasse a impossibilidade de ambas. Mas, o que ele faz compreender é que, se se admite esta premissa como verdadeira, a sua terceira, por consequência, como ele quer, também seria verdadeira: “Não é possível, conseqüentemente, prever o futuro curso da história humana”. 4) Um silogismo vulgar, pois não. Além de reforçar a preeminência do Saber, da Razão sobre as condições materiais em que a história humana se realiza.

Na quarta etapa, seu pensamento, já arrumado, pelas sugestões anteriores alega que não devemos admitir uma História Teorética (como existe a Física Teorética, assim ele se expressa). Continua: “Não pode haver uma teoria científica do desenvolvimento histórico a servir de base para a predi-

(2) Popper, K: *A Miséria do Historicismo*, São Paulo, 1980, p. 2.

(3) Popper, K: *A Miséria do Historicismo*, São Paulo, 1980, p. 2.

(4) *Idem*.

ção histórica”. 5) E aqui vai residir a neurose obsessiva de Popper: impedir a todo custo que a História tenha um status igual ao de sua Física. Durante todo seu discurso ensaístico, o modelo metodológico da Física virá à tona constantemente. Manuseia-o como um fetiche.

Ao fim da exposição destas etapas, alega que sua refutação apenas se limita a impossibilidade de predizer o desenvolvimento histórico na medida em que possa este ver-se influenciado pela expansão do conhecimento humano. Nega, aqui, implicitamente, a fundamentação do Materialismo Histórico, de que é possível se fazer a História. Nega que a consciência crítica possa levar as classes sociais a fazer história. Para isto, durante o ensaio, se utiliza do universo terminológico da ciência positivista para rechaçar a prática histórica. Confunde (intencionalmente?) “fazer história” com “previsão exata do futuro”.

Já na introdução, Popper se distingue como dualista ao tratar do método para as Ciências Sociais: “. . . procede classificar essas escolas em naturalísticas e antinaturalísticas”. As naturalísticas seriam as “positivas”, aquelas que aplicariam o método da Física, e as antinaturalísticas ou “negativas” as que se opusessem a isto. Como se vê, Popper nem se lembra da dialética.

Nesta introdução, ele diz da forma mais clara o que entende por historicismo, embora espere que ninguém caia no essencialismo de perguntar o que significa esta palavra.

É bom que se entenda a quem Popper chama de historicista. Junta num mesmo rótulo tanto os providencialistas, como deterministas e materialistas históricos. Em parte, verdadeiramente os dois primeiros assim se apresentam, admitindo um progresso histórico. Quanto aos marxistas, seria interessante verificar que corrente está eivada de historicismo, como por exemplo estão os stalinistas e os marxistas do começo do século. É bem mais importante ainda esclarecer que o marxismo não se pretende previsor do futuro (exato) ao colocar o socialismo como caminho (inevitável?) para se sair do caos da exploração capitalista. Dito isto, pode-se retomar a lógica do ensaio.

Em seu primeiro capítulo Popper aborda os argumentos usados pelos historicistas, segundo ele. Expõem-os e os refuta um a um. Ao refutar, apresenta uma construção aparentemente lógica de defesa ao historicismo, como se denota ao analisar o verbete **Generalização**. Sustenta o ponto de vista do historicista e diz que tal concepção (evitar a generalização) só satisfaz aquelas que querem interferir na história, os ativistas. E toma como exemplo

(5) *Idem*, pp. 2-3.

padrão de ativismo a Marx, na sua XI Tese sobre Feuerbach. Além de ativista (no sentido pejorativo que impõe Popper), historicista (“famoso”). Sem querer, Popper tira Marx do meio dos intelectuais de gabinete (como o próprio Popper serve de exemplo) e o transforma num ativista revolucionário.

Às vezes e, para um historiador, Popper dá a entender que conhece muito pouco de Teoria da História. Mostra como elementos do historicismo coisas bastante vulgares, como é o caso da generalização, e outros conceitos como o de experimentação, da novidade (a não-repetição dos fatos), complexidade do fato social-histórico, inexatidão das predições, objetividade, valorização, holismo (a sociedade não é só a soma de seus grupos ou membros, é algo mais), compreensão intuitiva, métodos quantitativos e a discussão sobre a essência das coisas/descrição das coisas (essencialismo/nominalismo).

À refutação do historicismo às idéias de que as Ciências Sociais devem utilizar o método naturalístico da Física, Popper apela para degradar este posicionamento, chamando os historicistas de voluntaristas, relativistas e ativistas. Ao que se percebe, em linhas gerais, é que este ensaio, ou os seus motivos, estão superados há décadas, haja visto as novas correntes historiográficas e as novas formas políticas baseadas na interpretação do materialismo histórico. Quanto aos historicistas providencialistas e deterministas, estes já se encontram calados há tempo, só promovidos por instituições retrógradas a serviço do imobilismo social e da repressão ideológica. Superação esta, devido a última revisão do ensaio ter sido feita em 1956, quando a desestalinização ideológica não havia ainda surgido (o primeiro sinal, como já é público, é o de Sartre; 1957).

Por outro lado, a concepção de História de Popper é paupérrima. Embora ele não a defina, deixa transparecer nas suas refutações e, mais ainda, que, do historicismo ele só se preocupe em refutar a predição futura e exata (ela sempre bate nesta tecla positivista e naturalística). Mais das vezes deixa escapar sua concepção de História como descrição, como dá para entender na página 18 da obra agora analisada, quando se refere à história do sistema solar.

Parece que Popper criou um monstro para com ele lutar. Juntou várias concepções historiográficas (algumas pouco claras e outras nem isso.). O historicismo de Dilthey, o weberiano (a compreensão), o Agostiniano, o dialético e outros que se possam depois perceber, com interpretações vulgares, que nunca tiveram chancela “científica” de História, tudo isto é o historicismo atacado por Popper.

Para reforçar a interpretação vulgar que Popper tem de História, é bom que se veja como ele compreende a tarefa da ciência social: “é a de descre-

ver clara e adequadamente aquelas entidades, ou seja, distinguir o essencial do acidental e isso pede conhecimento das essências".⁶⁾ Apesar do texto ambíguo (não se percebe claramente se o autor está emitindo seu pensamento ou expondo outros cientistas sociais) observa-se a limitação de Popper, ao não conhecer outras interpretações das Ciências Sociais. Novamente Popper se recusa a discutir a essência das Ciências Sociais (já que ele é anti-essencialista) preferindo encarar o "como" as Ciências Sociais trabalham sobre a realidade social.

O essencialismo das Ciências Sociais para Popper estaria no realce qualitativo que se dá aos eventos, na "ênfase posta na compreensão intuitiva (em oposição ao simples descrever)". Aqui, o autor esquece o historicismo positivista que é eminentemente nominalista, haja visto que adotara o método naturalista (das ciências positivas) para a História. Para o positivista a ênfase no evento e sua descrição é que são nominalistas. Portanto, escapa a Popper uma crítica ao historicismo positivista.

Quanto ao valor qualitativo dos eventos, esta atitude parece demonstrar apego muito mais ao nominalismo do que ao essencialismo, ao menos dentro dos padrões que Popper coloca. O questionamento sobre a essência das coisas é visto por ele como uma colocação metafísica e conseqüentemente a-historicista (aqui há uma contradição profunda, porque Popper juntou diversas concepções historiográficas, onde em algumas predomina o essencialismo, mas em geral e tradicionalmente perdura o nominalismo, sem esquecer a dialética). Os positivistas, por exemplo, não procuram descobrir a essência das coisas, como historiadores principalmente. Outras concepções historiográficas buscam a essência e a aliam aos eventos. Só aqueles que se pretendem "filosóficos" e não historiadores críticos se apegam decididamente ao essencialismo.

Popper lança mão, paradoxalmente, ou para mostrar a contradição dos historicistas, do essencialismo para contrariar a outra concepção básica da História que é a mudança. Utilizando-se do suposto essencialismo historicista (ou historiográfico?, Popper às vezes não diz claramente sobre quem aponta a crítica deixando margem suficientes de deslizes) diz ele: "Todavia, cabe dizer, que, na medida da existência de um governo, este é essencialmente o mesmo, ainda que possa ter experimentado considerável transformação. Sua função (sic.) na sociedade moderna, é essencialmente análoga à função que, há quatrocentos anos, desempenhava".

(6) Popper, K: *A Miséria do Historicismo*, São Paulo, 1980, p. 26.

BIBLIOGRAFIA DE POPPER

- 1) AUTOBIOGRAFIA INTELECTUAL. Cultrix/Edusp. São Paulo 1977 (1.^a edição em inglês: London 1976).
- 2) A LÓGICA DA PESQUISA CIENTÍFICA. Cultrix/Edusp. São Paulo 1975 (1.^a edição em alemão: 1935).
- 3) A SOCIEDADE ABERTA E SEUS INIMIGOS. 2 Vols. Itatiaia/Edusp. São Paulo 1974. (1.^a edição em inglês: 1945).
- 4) A MISÉRIA DO HISTORICISMO. Cultrix/Edusp. São Paulo 1980. (1.^a edição em inglês: 1944).
- 5) CONJECTURAS E REFUTAÇÕES. Editora Universidade de Brasília, 1981. (1.^a edição em inglês: 1963).
- 6) A LÓGICA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS. Tempo Brasileiro, 1978. (1.^a edição em alemão: 1969).
- 7) CONHECIMENTO OBJETIVO. UMA ABORDAGEM EVOLUCIONÁRIA. Itatiaia/Edusp. 1972. (1.^a edição em inglês: 1972).
- 8) A RACIONALIDADE DAS REVOLUÇÕES CIENTÍFICAS. In: Problemas da Revolução Científica. Organizado por R. Harré. Itatiaia/Edusp, 1976. p. 91-122. (1.^a edição em inglês: 1973).
- 9) O RACIONALISMO CRÍTICO NA POLÍTICA. Cadernos da UnB, Brasília, 1981.

ENERGIA E DESENVOLVIMENTO *

Jurandir Antonio Xavier **

DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO

Neste ensaio pretende-se abordar a questão energética na sua dimensão econômica-histórica. Este enfoque é tanto mais justificado quanto mais essa temática esteja vinculada aos problemas do desenvolvimento.

Evitando entrar nos estudos das rendas per capita dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos (ou em desenvolvimento, como nos últimos tempos passou-se a denominá-los) para caracterizar os possíveis níveis de desenvolvimento econômico, preferimos optar por uma conceituação menos fantasiosa, porém mais rigorosa no campo econômico, ancorada na economia no tempo do trabalho. Na realidade, o subdesenvolvimento é caracterizado, em última instância, pelo subemprego dos recursos humanos em uma sociedade: em uma dimensão quantitativa, pelo desemprego em massa; em uma dimensão qualitativa, pela baixa produtividade do trabalho. Claro está que estas dimensões são relativas, ou seja, comparáveis aos níveis dados do desenvolvimento (Pleno emprego da força de trabalho ao mais elevado nível da produtividade social do trabalho). Estes níveis, como se sabe, são ilimitados, se considerados numa perspectiva histórica.

OS CICLOS "CLÁSSICOS" DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Nos estudos a longo prazo do comportamento geral de uma economia, existem alguns momentos peculiares que se repetem com relativa periodicidade. Os economistas procuram determiná-los invariavelmente com a maior rigorosidade que lhes permitem o instrumental analítico e os dados sócio-econômicos disponíveis. São os investimentos na renovação das máquinas e equipamentos empregados na produção social de bens. O que conhecemos como custos de amortização dos capitais, incluídos nos preços

★ *Texto da palestra apresentada no encontro "Necessidades Energéticas, Necessidades do Desenvolvimento". Centro Josué de Castro Recife, 10 de setembro de 1980.*

★★ *Professor do Departamento de Economia e Finanças e Coordenador do Núcleo de Ensino e Pesquisa em Política Científica e Tecnológica (NENPPO), da Universidade Federal de Paraíba. Campus II - Campina Grande.*

Rev. RAIZES	Campina Grande	Ano I	Nº 1	Pgs. 157 - 163	Jul. - dez./ 1982
-------------	----------------	-------	------	----------------	-------------------

de venda das mercadorias, constituem uma acumulação na forma de fundos necessários para a substituição dos capitais fixos nos prazos correspondentes de obsolescência.

Estes momentos são decisivos para o aumento geral das atividades econômicas em uma sociedade capitalista. Eles caracterizam a alta conjuntura das atividades das indústrias produtoras de máquinas e equipamentos. Induzem também os demais ramos de produção (por exemplo, as indústrias de bens de consumo duráveis ou não duráveis) a uma reativação geral de suas atividades (elevação do poder aquisitivo global resultante da elevada demanda de força de trabalho por parte do conjunto das empresas).

Desta forma, estes momentos de reconstituição dos capitais fixos, momentos estes ocasionados ciclicamente, representam uma ampliação das bases materiais e humanas da produção social de bens, colocando-as em níveis quantitativos superiores a cada novo ciclo da produção. Resumindo: os chamados momentos de reconstituição dos capitais fixos representam simultaneamente: elevação quantitativa tanto das bases materiais como das bases humanas da produção.

Por outro lado, não há dúvidas de que ocorrem mudanças qualitativas nos processos de produção. De fato, estas ocorrem diariamente no interior das empresas. Deve-se, entretanto, destacar a significação da chamada "ampliação normal" das bases da produção nestes períodos. Nesta ampliação, a componente quantitativa sobrepassaria à componente qualitativa.

Calcula-se que a periodicidade destes fenômenos concomitantes para as economias ocidentais desenvolvidas no período que vai desde a Revolução Industrial até aproximadamente a segunda Guerra Mundial, variaram em torno de onze anos (mais exatamente entre dez e doze anos). Desde então, verifica-se uma aceleração das inovações tecnológicas, que, provocando um envelhecimento prematuro (obsolescência moral na linguagem dos economistas) dos bens de produção, vem reduzindo o ciclo de periodicidade para cinco ou seis anos.

OS LONGOS CICLOS DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Por outro lado, hoje já sabemos que o processo de ampliação da produção, do crescimento econômico e das riquezas das nações não ocorre somente em ciclos "normais". Ainda é recente em nossas memórias a fabulosa expansão econômica dos países europeus do ocidente e, sobretudo dos Estados Unidos, no período que se seguiu à segunda Guerra Mundial. Quase todos estes países tiveram seu "milagre econômico". Esses períodos prolongados de crescimento econômico, também denominados de longos

ciclos da acumulação capitalista, seriam, em última análise, o resultado de uma sucessão dos ciclos antes caracterizados de "clássicos", compostos, como os demais, de uma fase de crescimento acelerado e outra de crescimento retardado.

Se auge e prosperidade dos ciclos normais da acumulação do capital estão identificados com a reconstituição e extensão quantitativa das bases técnicas e humanas da produção, o início e a fase expansiva dos longos ciclos de desenvolvimento econômico estão identificados, na sua componente técnica, com as transformações revolucionárias, as chamadas Revoluções Tecnológicas, ocorridas nas bases materiais e humanas da produção social de uma economia. São os períodos e as fases de reconstituições colossais nas bases técnicas e econômicas da produção. É a reprodução ampliada da produção social em uma dimensão quantitativa: expansão da produção corrente e, provocada pela revolução tecnológica, expansão da produção mediante a criação de novos setores de produção até então inexistentes. E em uma dimensão qualitativa, a Revolução Tecnológica representa: mudança no conjunto das máquinas, equipamentos, técnicas e métodos da produção e do trabalho. Portanto, elevação da produtividade social do trabalho.

Talvez fosse desnecessário acrescentar que estes períodos de transformações são tanto mais transparentes, susceptíveis de previsões e mesmo de planejamentos em suas dimensões, quanto menos o processo da produção estiver condicionado exogenamente, exposto a repentinas, incontrolláveis e arbitrarias variáveis internacionais. Decisiva, para estes períodos sobretudo, é a convergência dos valores gerados na economia para a acumulação à medida em que condiciona as dimensões das transformações.

Por fim, dimensionar o desenvolvimento econômico significaria dimensionar estas transformações ampliadas das bases materiais e humanas da produção social de bens quantitativamente e qualitativamente .

A ENERGIA NA HISTÓRIA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Estas considerações anteriores foram necessárias para incorporar a questão energética ao plano histórico do desenvolvimento. O que foi citado anteriormente como Revolução Tecnológica tem suas raízes técnicas nas mudanças ocorridas na área da energia.

São as transformações técnicas na área da energia, na área da produção energética, que abrem as condições e possibilidades técnicas para as mudanças substituições e ampliações do conjunto das máquinas, equipamentos, técnicas e métodos de trabalho. Com elas, abrem-se, para alguns períodos sucessivos, as fronteiras de um longo ciclo de desenvolvimento econômico, abs-

traindo-se, evidentemente, as determinações sócio-econômicas deste novo longo ciclo.

Olhando em retrospectiva, a origem histórica da Revolução Industrial e do processo de industrialização nos países da Europa Ocidental está associada à substituição dos moinhos de água e de vento, (usados milenarmente na agricultura, na nascente produção artesanal e, posteriormente, na produção industrial manufatureira) pelas máquinas a vapor. Ou seja, pela introdução da energia térmica na produção social de bens.

Durante aproximadamente um século, até o final do século passado, o conjunto das máquinas e equipamentos empregados na produção eram movidos pela energia térmica, obtida a partir da queima do carvão mineral ou vegetal. Neste século, o desenvolvimento econômico dos países em industrialização conhece dois períodos de prolongada acumulação acelerada de capitais.

O primeiro, inicia-se com a própria Revolução Industrial e estende-se até o ano-chave de 1825. Foi o período de incorporação das novas máquinas e técnicas na produção de bens de consumo. (Textil, calçados, etc.). Estas máquinas, porém, eram ainda confeccionadas em grandes manufaturas, ou seja artesanalmente.

Após o período de acumulação retardada, determinado pela "saturação" da demanda para esses tipos de equipamentos, abre-se, a partir de 1848, um novo período de acelerada acumulação que estende-se até 1873. A acumulação caracterizou-se pelo surgimento da produção industrial em grande escala dos motores e máquinas térmicas. Com a introdução das máquinas térmicas na própria fabricação de máquinas, o nível médio da produtividade do trabalho elevou-se em dimensões até então jamais imaginadas. De 1874 a 1893 os países industrializados conheceram novamente um período de acumulação retardada de capitais. Tanto as indústrias de bens de consumo, como as indústrias de bens de produção já estavam sendo movidas pelas técnicas e máquinas térmicas.

O terceiro longo período de expansão quantitativa e qualitativa das bases materiais e humanas da produção social abre-se em torno de 1894, prolongando-se até a segunda Guerra Mundial. As condições técnicas para a renovação e a ampliação do conjunto do "stock" maquinário até então acumulado foram fornecidas pelas transformações, uma vez mais, na área das técnicas de energia e das máquinas energéticas: os motores elétricos e os motores a explosão. Aqui já podemos fazer um a idéia mais concreta daquilo que foi descrito anteriormente como Revolução Tecnológica e suas consequências para a ampliação das riquezas das nações participantes nas origens mesmas destes processos inovativos. Basta lembrar os ramos de produção

desses novos motores e das novas máquinas movidas a eletricidade e a petróleo, o ramo da produção automobilística, da produção de eletrodomésticos, a própria eletrificação, etc., para ter-se uma dimensão do duplo sentido inerente ao desenvolvimento econômico: elevação quantitativa do emprego dos recursos humanos via extensão da produção social e elevação qualitativa do emprego dos recursos humanos disponíveis em uma sociedade via elevação da produtividade social média do trabalho.

Já o quarto e último longo período de crescimento econômico acelerado nas economias capitalistas avançadas, abre-se para o Estados Unidos em 1940, e para os países da Europa Ocidental inicia-se com o pós-guerra. As bases técnicas para o desenvolvimento expansivo do quarto período foram colocadas pelas transformações na área da eletrônica, da petroquímica e da energia nuclear. A utilização produtiva destas novas técnicas começa nas indústrias químicas, estendendo-se para os diversos ramos da produção, novos e antigos. Em 1954, inicia-se, nos setores privados da economia, a utilização das técnicas e máquinas de processamento de dados. Nesta época, inicia-se igualmente a construção das usinas nucleares para uso "pacífico". Em torno deste ano, considera-se por encerrada a fase de reconstrução do pós-guerra na Europa Ocidental e Japão, iniciando-se a Era da Automação da produção social. O pleno emprego é atingido na maioria dos países industrializados e a produtividade do trabalho, em alguns ramos, tende ao "infinito". (Produção energética, Petroquímica, etc.).

Olhando em perspectiva, os países que viveram estas Revoluções Tecnológicas ativamente, isto é os países hoje conhecidos como desenvolvidos, encontram-se na encruzilhada. Não sem perspectivas, entretanto. Como é característico dos longos períodos de acumulação retardada, as crises ou recessões econômicas se avolumam no tempo e seus períodos "normais" de ocorrência diminuem, exigindo e impulsionando novas transformações radicais no conjunto das relações sócio-econômicas e, por último, nas técnicas da produção. Isso porque o conjunto das condições de produção exigem transformações de toda ordem.

Abstraindo-se uma vez mais o conjunto das pré-condições sócio-econômicas para as possíveis alternativas no desdobramento de um longo período de acumulação, o quinto na história do capitalismo, verifica-se que os prenúncios deste novo longo período de expansão da produção social de mercadorias já se anuncia. A construção das usinas nucleares, interrompida em sua expansão vertiginosa pela avalanche de resistências sócio-políticas vão determinar os alcances da Revolução Tecnológica na área econômica. Aceleraram-se, pois, as experiências para a produção e utilização em escala industrial da energia térmica proveniente da fusão hidrogêni

ca. Tanto os Estados Unidos, como os países da Comunidade Econômica Européia, já investem bilhões nesta fonte energética. Será com esta base técnica que os países desenvolvidos arrancarão para um novo longo período de expansão econômica?

UMA OUTRA VARIANTE

O exposto até aqui nos dá uma dimensão do alcance histórico do papel da energia e das transformações energéticas no desenvolvimento econômico dos países mais avançados. Propositadamente e conscientemente foram excluídas aqui as considerações sócio-econômicas e políticas quando da determinação dos ciclos de crescimento econômico. Foram excluídos aqui os jogos com as cifras de custos ou estatísticas e também não foi considerada a questão energética nos países subdesenvolvidos, ou em vias de desenvolvimento. Resumindo: pretendeu-se dar apenas o significado e o alcance histórico das transformações energéticas, quando ocorridas na produção. Pretendeu-se mostrar, portanto, que as relações entre as transformações na área da energia e o desenvolvimento econômico só podem ser consideradas desde e com uma perspectiva histórica, dado o longo alcance e os profundos efeitos destas relações.

Em outras palavras: planejamento na área energética não se faz sob a ótica da conjuntura, como ocorre habitualmente neste país. Sob a ótica conjuntural, não se planeja a produção de energia e muito menos o desenvolvimento, nem mesmo onde ele já existe e, com muito mais razão, nos países onde o subdesenvolvimento relativo aprofunda-se em forma acelerada.

Pode-se considerar, no entanto, os problemas energéticos no Brasil sob o prisma conjuntural. Falar-se-á então de preços relativos. Por exemplo, em que conjuntura de preços para o petróleo proveniente das Arábias, a exploração do carvão vegetal da Amazônia ou o xisto betuminoso de tal ou qual região será rentável. Ou então, em que condições a utilização do álcool será mais rentável que a do petróleo para movimentar o absurdo transporte rodoviário de cargas de longa distância, como o existente no Brasil. No final, depois de se remediar com uma série de irracionalidades, poder-se-á, talvez, apontar para uma possível conclusão, tida como sob menos irracional.

Colocar os problemas energéticos em uma dimensão histórica, é colocar em discussão, em primeiro lugar, as possibilidades, os caminhos, as condições sócio-econômicas e políticas a serem contrapostos às tendências de aprofundamento do subdesenvolvimento relativo, atuantes no passado e profundas no presente da economia brasileira. Neste contexto, poder-se-á inserir os

enormes efeitos desenvolvimentistas desencadeados pelas transformações técnico-econômicas na área da produção energética.

Olhar em retrospectiva a atuação governamental na história energética do Brasil é um tanto desalentador. O monopólio da extração do petróleo pela Petrobrás surge nos anos cinquenta deste século, quando a produção de petróleo nos países industrializados já estava monopolizada desde o final do século passado. A Petrobrás, mesmo assim, não nasceu de planejamentos governamentais, nem de curto, nem de médio nem de longo prazo, senão como resultante das lutas sociais e políticas, principalmente do estudantado daquela época. Nos tempos atuais, como todos sabemos, a Petrobrás está sob ameaça de extinção, via associação aos capitais estrangeiros.

A energia nuclear no Brasil já era ensaiada nos laboratórios de algumas universidades do Rio de Janeiro e São Paulo, desde o começo dos anos cinquenta. Os pioneiros de então foram expulsos das universidades e mesmo do país. Como se sabe, o "pacote" nuclear neste país surge bionicamente, vindo das planícies germânicas, e continua inatingível, ainda que quase unanimemente condenado, pelo menos para aqueles que não participam de seus frutos imediatos.

O Proálcool, por sua vez, poderá limitar as plantações e elevar os preços do feijão, mandioca, batata, etc., apesar de movimentar alguns milhões de automóveis e saturar um ar já poluído.

Se estes são alguns dos planos principais para a área, resta lembrar que o Ministério de Minas e Energia, o Conselho Nacional de Energia (vinculado à Vice-Presidência da República), a Petrobrás, entre outros e outras, planejam "energia e desenvolvimento" neste país. Porém a maior parte do tempo todos esses órgãos estão em permanente conflito.

Concluindo: os fenômenos na área energética, não somente pelos bilhões ou trilhões que eles movimentam, mas, sobretudo, pela dimensão histórica dos efeitos que podem provocar no desenvolvimento econômico do país, não poderiam estar à margem de longas, profundas e fecundas discussões e decisões democráticas. Caso contrário, não se pretenderá falar com fundamento sobre desenvolvimento econômico.

A QUESTÃO COOPERATIVISTA NUMA "COOPERATIVA" DA PARAÍBA*

Ivony Lidia Monteiro Saraiva**

No ramo sisaleiro da Paraíba, as associações com o manto do cooperativismo têm surgido por iniciativa dos médios e grandes proprietários de terra e proprietários de usina de beneficiamento, segmentos que controlam a produção de sisal. Esta aliança se deu em duas ocasiões distintas: na primeira fase de auge da cultura – a qual vai desde a introdução da mesma nos anos 40, até início da década de 60 – quando a produção era totalmente voltada para o mercado externo. Para fugir do sufoco causado pelas empresas estrangeiras implantadas no mercado, ditos segmentos apelaram para o cooperativismo. Na segunda ocasião – que corresponde à fase atual, a qual se prolonga desde o princípio da década de 70 – a aliança é feita novamente, mas agora para romper o esquema oligopolizante imposto pelas quatro firmas exportadoras “sobreviventes” à crise verificada no mercado sisaleiro nos anos 60. Entre essas duas fases de auge há apenas uma diferença quantitativa: na primeira ocasião chegaram a existir quatro cooperativas exportadoras de agave; hoje só existe uma que exporta.

Aquele rompimento era forçado pela conjuntura extremamente favorável no mercado sisaleiro, tanto a nível interno como a externo, principalmente após a crise do petróleo de 1973-74. No primeiro caso, pela expansão dos ramos industriais que empregam sisal como insumo básico; no segundo, pela ampliação da faixa de mercado para os fios de sisal, de vez que a demanda de fibra por parte dos países importadores é função direta da procura por aqueles fios.

A criação da Cooperativa Regional dos Produtores de Sisal da Paraíba Ltda. – COOPERSISAL, é resultado da atuação do Estado na sua função de “mediador”, ou seja, de sua ação tendente a dirimir as contendas dentro da fração dominante. De maneira análoga, o seu desenvolvimento conta também com a ajuda do Estado, aqui na sua função de preservar e

* O presente texto é um extrato das idéias e conclusões fundamentais contidas no trabalho de dissertação defendido pela autora em abril de 1981 no Mestrado em Economia de Campina Grande, Universidade Federal da Paraíba.

** Professora do Departamento de Economia e Finanças da Universidade Federal da Paraíba, Campus II, Campina Grande.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano I	Nº 1	pgs. 165 - 170	jul. - dez./ 1982
-------------	----------------	-------	------	----------------	-------------------

fomentar as condições para a acumulação de capital, seja em geral seja em casos particulares.

Certamente, não é por coincidência que a nível do Estado haja a preferência de impulsionar através da forma cooperativista a modernização da cultura sisaleira que a conjuntura requer. Este processo modernizante consiste na substituição da "AGAVE SISALANA PERRINE", espécie cultivada em todo o Nordeste, por um tipo híbrido de maior produtividade; na mecanização e adoção de novas técnicas de plantio, e na inovação tecnológica dos processos de desfibramento da folha da agave e de beneficiamento da fibra resultante do mesmo.

Surgida em 1974, a COOPERSISAL conseguiu expandir-se dentro do ramo, implementando quase todas as medidas modernizantes. Além disso, logrou penetrar no setor secundário não só do próprio ramo, ao adquirir uma fábrica de cordas e fios de sisal, mas também de outros, tais como o do algodão e o da produção de leite pasteurizado.

A expansão dentro do ramo significou a penetração nas quatro principais atividades estratégicas do mesmo: beneficiamento da fibra, exportação da fibra, industrialização da fibra e exportação do manufaturado. A liderança da cooperativa consegue, assim, afastar o perigo que representam quatro classes de grandes concorrentes, a saber: a dos proprietários de usina; a dos exportadores de fibra, a dos fabricantes de fios e a dos exportadores de fios. Isto representa uma integração vertical e uma concentração de capital, na medida em que um capital vai ocupando novos espaços e se ampliando através deles. O capital comercial e o capital industrial aparecem aqui formando um só corpo.

Pelos avanços mencionados e pelo cumprimento da meta de mecanização do plantio, o grupo está à frente em relação aos outros que operam na exploração do sisal na Paraíba. Porém, o entrave à sua total consolidação está na inovação do processo de desfibramento. Este é o ponto "nevrálgico" da questão porque ele pode reestruturar substancialmente o esquema de poder vigente, ainda modificando as relações sociais de produção. A COOPERSISAL financia, desde 1979, a fabricação de uma nova máquina desfibradora — o que está sendo feito por empresa privada local — mas ainda não começou a operar com a mesma, apesar de já ter testado o protótipo há algum tempo. A cooperativa pretende fabricá-la em grande escala, se possível até para exportação, mas não cogita comercializá-la na Paraíba, utilizando-a apenas na prestação de serviços.

Para obter tal posição dominante, a COOPERSISAL certamente encontra barreiras. Dois fatos indicam estar havendo um confronto de forças. O

primeiro: a Cooperativa Agrícola Mista do Curimataú Ltda. — COAGRO, criada em Cuité — principal microrregião produtora —, em 1975, ainda não conseguiu penetrar no mercado exportador de sisal, seu produto básico, mas tem um projeto para instalação de uma fábrica de cordas. O segundo fato consiste em que o Núcleo de Pesquisa do Sisal — NUPES, criado em 1979, no “Campus” II (Campina Grande) da Universidade Federal da Paraíba, já está com um protótipo de máquina desfibradora de sisal em testes. Tudo indica que na atual configuração de forças, a COAGRO conseguiu se situar relativamente bem, logrando por-se à altura para não sucumbir e sim negociar.

De qualquer modo que se resolva a questão — quer por acordo de intercâmbio de vendas e delimitação de área de ação, ou por fusão, hipótese menos provável — esta terá como conseqüência a consolidação das duas empresas, caso não surja outro grupo com bastante força política para formar mais uma. A “flexibilidade” da legislação cooperativista em vigor a partir dos anos 70, que retirou alguns pontos da anterior que poderiam entravar o crescimento de empresas cooperativas; a gama de incentivos fiscais e financeiros e mais a ênfase que o Estado coloca no cooperativismo como elemento modernizador, fecham o circuito protetor.

Se não fora todo este suporte, existiriam fortes elementos para pensar-se que a COOPERSISAL não teria crescido tanto, já que a análise das relações cooperado/cooperativa revelou fatos significativos.

De um total de 370 associados constantes do Livro de Matrícula à época em que colhíamos nossos dados (1979/80), verificou-se que somente 299 podiam ser considerados sócios de fato, pois o restante subscreveu capital mas nunca integralizou a mínima parcela nem transaciona com a entidade. Desses 299, constata-se que 148 subscreveram capital, mas nunca comercializaram a produção através da cooperativa; dos 151 restantes, 47 (31%) comercializa de maneira constante ou regular através da mesma, e 104 (69%) o faz de maneira inconstante.

É especialmente expressivo o comportamento dos pequenos produtores associados à COOPERSISAL. Como o número absoluto dos mesmos é maior dentre os que nunca comercializaram sua produção com a entidade, isto seria um indicador de que existe um esvaziamento, uma “fuga” da cooperativa. Também, isto significaria que a palavra cooperativa perdeu sua atração, pelo menos, no ramo do sisal, entre aqueles a quem o cooperativismo se destina “pelo verbo”. Pelo seu afastamento dos princípios que o cooperativismo proclama, pode-se considerar inadequado o epíteto de cooperativa para tais empresas, e se lhes deve chamar apenas de “cooperativas”, com as devidas aspás.

Os médios e grandes produtores se destacam na colocação do produto de maneira inconstante. Para esses e para os que nunca comercializaram, a nossa suposição é a de que aplicam capital na cooperativa pelo que chamamos de “expectativa futura”, pois na medida em que a mesma cresce e diversifica os serviços prestados a seus associados, os mesmos se beneficiam.

Um outro dado bastante expressivo do relacionamento cooperado/cooperativa e do esvaziamento paulatino da “cooperativa” (apesar do constante aumento do número de associados), é o da freqüência às assembleias. É muito pequena a quantidade de associados que comparece às mesmas. “De aproximadamente metade em 1974, ano de fundação, desceu para 24% em 1975, 17% em 1976, 14% em 1977, 12% em 1978, e apenas 5,5% em 1979. Nas assembleias extraordinárias a freqüência é habitualmente menor que nas ordinárias. Isto demonstra claramente uma nítida tendência à baixa no referente à evolução do indicador de participação, sobre um pano de fundo de aumento constante do número total de associados”.¹⁾ Este fato não pode ser interpretado de outra forma que como reflexo de que a “cooperativa” favorece apenas a alguns, em detrimento da grande maioria (fundamentalmente composta de pequenos produtores).

O até aqui demonstrado e mais o fato de se constatar que enquanto a “cooperativa” se expande, as sobras líquidas totais à disposição da Assembleia diminuem a cada ano (embora as sobras líquidas do sisal, geralmente, estejam crescendo), tem o mérito de tornar desnecessário proceder-se a qualquer análise econômico-financeira mais detalhada.

É comprando sisal a terceiros — através de agente, não só na Paraíba como nos demais Estados produtores; é admitindo proprietários de motor — segmento importante da intermediação — em seu quadro de associados, como também pessoas jurídicas; e, finalmente, participando do esquema de doações de fibra do Governo Federal, que a COOPERSISAL forma seus estoques, pois a produção colocada pelos associados, segundo nossa estimativa mais otimista, representa, no máximo, uns dois terços do volume total comercializado anualmente.

A análise da procedência dos 151 associados que colocam a produção na “cooperativa” revelou que 111 eram de Pocinhos. Daí a nossa afirmativa no sentido de que a área de atuação da mesma se restringe àquele município, apesar de ser pretensão, estipulada em Estatuto, atuar em 6 das 7 principais microrregiões produtoras de sisal.

1) Observação do Dr. Elbio Troccoli Pakman, membro da banca examinadora, feita no artigo *Cooperativismo: Ilusões, Realidade e Desmistificação*, publicado no jornal *A União* do 9 de maio de 1982, *Jornal de Domingo*, p. 7.

Diante da potencialidade das medidas modernizantes que estão sendo implementadas no ramo do sisal, principalmente as relativas à mecanização do plantio e à inovação do processo de desfibramento, o estudo das condições de exploração da cultura no município de Pocinhos, principal área de atuação da COOPERSISAL, indica os reflexos que advirão sobre os diversos segmentos que compõem a sua estrutura social. Entretanto, essa expectativa deve ser estendida a todos os municípios que, como Pocinhos, dependem exclusivamente da cultura do sisal; e o seu número é relativamente grande.

Assim, a perspectiva para os pequenos produtores de sisal é a de seu alijamento, enquanto tais. Esse processo dar-se-á na medida em que suas unidades produtivas — fontes geradoras de suas rendas — não possam acompanhar as tendências predominantes inviabilizando o seu engajamento, seja no que tange à expansão de novos campos, dada a reduzida área de suas propriedades; seja no parâmetro intensivo dado pelo uso da técnica, devido à total ausência de suporte financeiro próprio e à inacessibilidade às fontes creditícias oficiais ou privadas.

A tendência predominante, portanto, é essas pequenas unidades produtivas desaparecerem por absorção, por assimilação. Isto, por um lado, significará uma maior concentração da propriedade fundiária, e por outro, propiciará o incremento do exército de reserva de força de trabalho mediante a arregimentação de seus proprietários — então desapropriados — àquelas fileiras.

Outro segmento da sociedade sisaleira Pocinhense a ser atingido pelas transformações, é aquele representado pelos proprietários de motor. Esses agentes, em sua maioria, contam apenas com a renda que a exploração desse meio de produção lhes propicia, geralmente contando com a participação do seu trabalho e de alguns membros da família, a fim de minimizar custos com a contratação de força de trabalho alheia. Com a penetração das máquinas de descortçar automáticas, os proprietários de motor tenderão a sair do mercado, tanto pela inacessibilidade a sua aquisição, dada a lógica pretensão de seu monopólio pela COOPERSISAL — e aqui já devemos pensar no plural — assim como pela impossibilidade de competir com as “cooperativas” em termos de custos, pela elevadíssima produtividade a ser atingida com as novas máquinas descortçadoras. O afastamento dos proprietários de motor, sob o prisma do capital, representará um reforço ao exército industrial de força de trabalho, e uma absorção maior de mais-valia, a qual já não é mais repartida com os mesmos.

Sobre a massa de trabalhadores do sisal essas mudanças atuarão no sentido de nivelar — por baixo — o preço da força de trabalho, pela elimi-

nação dos trabalhos realizados pelos “puxadores” de agave, que são os menos mal remunerados em termos monetários absolutos. Com a máquina automática, todas as tarefas do descortiçamento poderão ser efetuadas indiscriminadamente por mulheres, crianças e homens, dispensando-se qualquer nível de especialização para realizá-las.

Desse modo, o saldo de todo o movimento modernizante implementado pelo “cooperativismo” vai ser o engrossamento do exército de desempregados, cuja manifestação principal será o aumento da emigração no Estado da Paraíba.

É esta a realidade do “cooperativismo” no ramo do sisal da Paraíba. Um mito que durou pouco, um paliativo que ficou muito aquém das expectativas de idealistas, de prestidigitadores da economia e de ingênuos.

AOS COLABORADORES:

ORIENTAÇÕES E NORMAS RELATIVAS ÀS CONTRIBUIÇÕES ENCAMINHADAS PARA PUBLICAÇÃO

1. A Revista Raízes só publica trabalhos originais e inéditos.
2. A Revista Raízes, que tem como finalidade geral propiciar e estimular o debate, aceita contribuições de autores das mais diversas tendências, reservando-se porém, o direito de publicar ou não o material enviado à Redação.
3. As colaborações devem ser submetidas à Redação sob um dos gêneros publicísticos seguintes:
 - Artigos
 - Ensaio
 - Comentários
 - Artigos-réplica ou Comentários-réplica
 - Interview Científicos
 - Notas
 - Resenhas de livros
 - Informações científico-acadêmicas
4. Todas as contribuições devem ser entregues à Redação em duas vias, bem legíveis, datilografadas em espaço dois (mesmo as referências bibliográficas e as notas de rodapé), em papel branco tamanho ofício, e com fita de tinta preta, com aproximadamente 30 linhas de 65 batidas cada uma.
5. Os artigos e ensaios devem ter, em princípio, um máximo de 40 páginas datilografadas em um só lado e numeradas consecutivamente no canto superior direito, não devendo ter menos de 15 páginas, incluídas as referências bibliográficas e as notas de rodapé, ambos tipos constando sempre na respectiva página.
6. Os comentários e notas pelo geral deverão ser breves, com limites mínimo de 3 e máximo de 15 páginas.
7. As resenhas de livros não deverão exceder as 3 páginas.
8. A Redação comunica ao(s) autor(es) a decisão sobre a publicação ou não do trabalho. Não se compromete a devolver os originais que lhe são enviados, principalmente quando o envio não seja por sua iniciativa, nem

sequer no caso quando o trabalho não é aprovado para sua publicação. Tampouco se obriga a manter correspondência sobre os mesmos.

9. O título do trabalho deve ir em letras maiúsculas, devendo constar, em nota de rodapé, quando necessários, esclarecimentos respeito ao texto apresentado e eventuais agradecimentos. A seguir, o(s) nome(s) completo(s) do(s) autor(es) indicando, em outra nota de rodapé, a função profissional e/ou a instituição à qual pertence(m).

10. Para indicar que se quer caracteres em letra *cursiva* (itálica), sublinhe as palavras correspondentes com um traço, e para indicar letras em **negrita**, sublinhe com dois traços. Tabelas e gráficos deverão vir em folhas separadas e em arte-final, com especificação do local aproximado em que devem ser inseridas.

11. As referências bibliográficas no texto deverão sempre ser colocadas, numeradas, ao pé da página respectiva. A primeira citação de uma fonte deve ser completa: nome íntegro do(s) autor(es), título completo grifado, local, eventualmente o número da edição, editor, ano de publicação, número(s) da(s) página(s) aludida(s). No caso de periódico: autor(es), título completo do artigo, título íntegro do periódico, local de publicação, número do volume e/ou do fascículo, mês e ano de publicação, número da(s) página(s) citada(s).

As referências bibliográficas e a literatura empregada deverão, quando necessário, ser agrupadas, alfabeticamente ordenadas pelos sobrenomes dos autores, ao final do texto sob a denominação Bibliografia. Neste caso, no texto recomenda-se citação abreviada.

12. Recomenda-se, e é exigência em contribuições que excedam às 6 laudas, a divisão do texto em seções, empregando de preferência subtítulos. Em caso de incumprimento a Redação reserva-se o direito de proceder a tal divisão, e se entender de proveito, introduzir subtítulos (indicando sua procedência com a observação "Subtítulos da Redação").

13. Cada original apresentado será, por regra geral, submetido à apreciação de três membros do Conselho Editorial, na base de cujos pareceres escritos, serão aceitos ou recusados, segundo os considere ou não cientificamente consistentes e de publicação conveniente. A publicação de qualquer contribuição poderá ser condicionada a execução de correções, ou tais modificações podem ser apenas sugeridas ao(s) autor(es). Em caso de recusa de contribuições para sua publicação, a Redação não está obrigada a comu-

nicar suas razões. As provas tipográficas sempre que possível, serão submetidas a correção autoral.

14. As colaborações não são remuneradas, mas cada contribuição publicada fará jus a 5 exemplares do número correspondente, a serem enviados pela Redação a seu(s) autor(es) sem qualquer ônus para este(s).

15. Cada trabalho enviado à Redação deverá, de preferência, ir acompanhado de correspondência com o endereço completo, residencial e/ou profissional e/ou postal, de cada um dos autores, a fim de facilitar e agilizar eventuais consultas.

16. A Redação se reserva o direito, por questões técnicas, de cortar palavras ou linhas (a seu critério) não essenciais das contribuições. Igualmente, reserva-se o direito de modificar a forma dos trabalhos no sentido de os unificar segundo os critérios bibliográficos, ortográficos e tipográficos adotados.

17. Faça as correções necessárias exclusivamente com lápis grafite.

18. TENTE APRESENTAR SUAS COLABORAÇÕES ATENDENDO AOS PADRÕES NORMALIZADOS DA REVISTA, TAIS COMO SÃO OBSERVADOS NO PRESENTE NÚMERO.



*Este trabalho foi composto e impresso
nas Oficinas Gráficas da Editora Universitária/Funape
em Abril de 1983*

Pede-se permuta.

Pidese canje.

On demande l'échange.

We ask for exchange.

Man bittet um Austausch.

Si richiede lo scambio.